

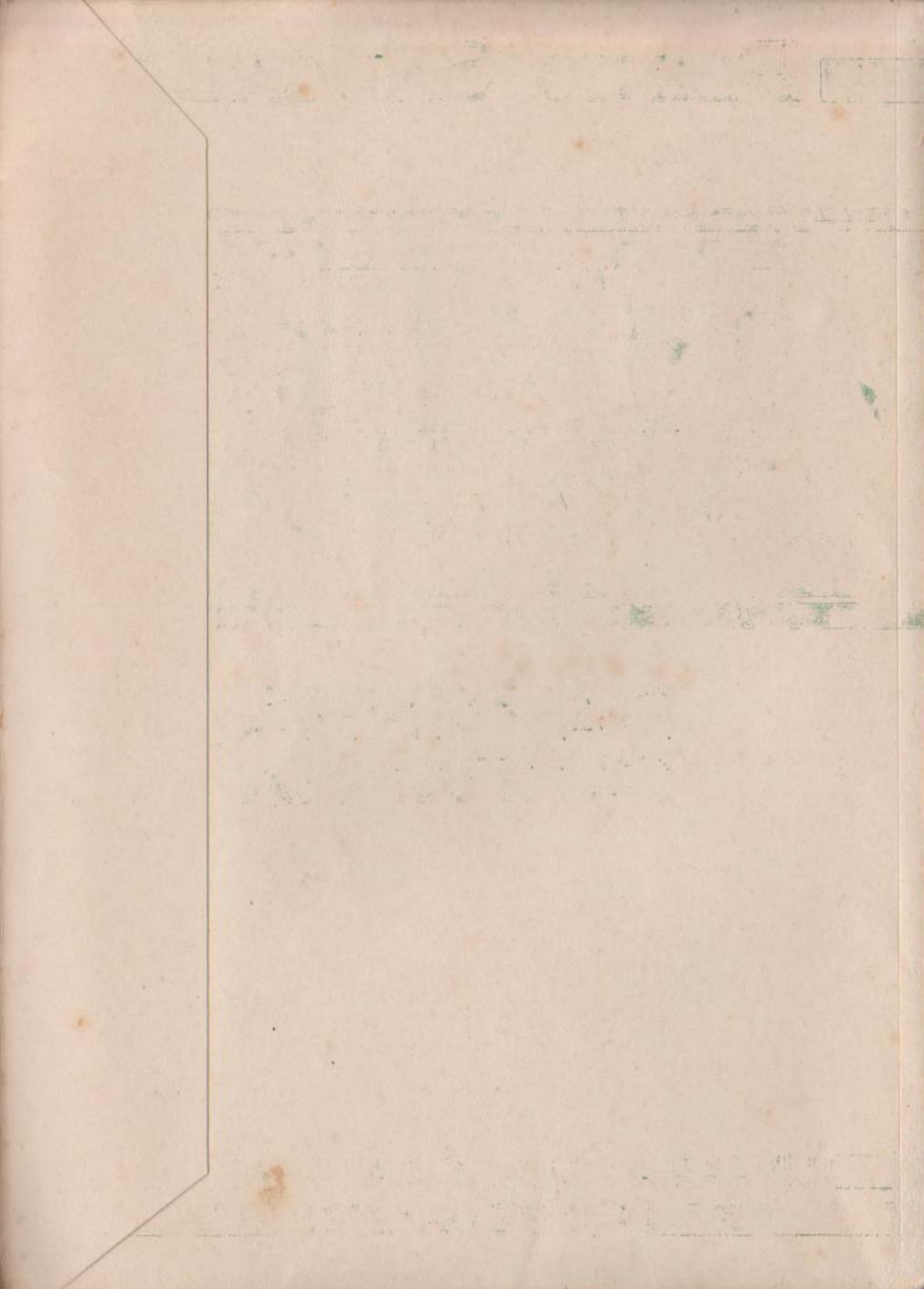
PLINIO SALGADO

LIVRO VERDE

DA MINHA
CAMPANHA

LIVRARIA CLASSICA BRASILEIRA

RIO DE JANEIRO



Ilcides Elsió
Campino, 9 de abril de 1956
Faculdade de Direito, 3º ano.

Fogo Antonio José

**DIGITALIZADO
PELA**



bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

PLÍNIO SALGADO

LIVRO VERDE DA MINHA CAMPANHA



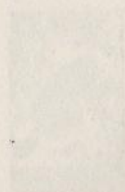
LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA S. A.

— Rio de Janeiro —

1956

ALVARO DE ARAUJO

LIVRO VERDE DA MINHA CAMPANHA



INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

— Rio de Janeiro —

1956

I Parte

DE ONDE VIM, PORQUE VIM
E COMO AGI

DE ONDE VIM, TORQUE VIM
E COMO VIM

ORIGEM DA CANDIDATURA DE PLÍNIO SALGADO

A minha candidatura à Presidência da República teve origem muito anterior a 1955. Pode-se dizer, que, de todas as que concorreram ao pleito de 3 de outubro desse ano, ela é a mais antiga, si bem que a sua propaganda tenha sido de poucos meses.

Não foi o resultado de uma combinação de líderes do partido a que pertença. Nasceu do meu contacto directo com o povo.

Em junho de 1953, na concentração de Diretórios Municipais do P.R.P. no Vale do Paraíba (Estado de São Paulo) o pensamento de uma candidatura própria, com a indicação do meu nome, surgiu, espontaneamente, dos homens do interior, como reflexo de desejos populares.

No mês seguinte, encontrando-me em São José do Rio Preto (Araraquarense) para fins particulares, fui surpreendido por uma invasão de ônibus, trazendo manifestantes de numerosos municípios, os quais, enchendo as ruas da cidade, gritavam: "Plínio Salgado para Presidente da República!".

A 15 de agosto do mesmo ano, tendo sido ora-

dor oficial nas Comemorações Euclidianas em São José do Rio Pardo, ao terminar a exposição que fiz da situação brasileira e dos rumos que se deveriam seguir para restaurar a grandeza dos tempos de Rodrigues Alves, Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Oswaldo Cruz, Pereira Passos, que foram contemporâneos de Euclides, vozes se ergueram exclamando: "O que é que o senhor espera para mudar as coisas no Brasil?" Eram pessoas de vários Estados, que acorrem anualmente para assistir as homenagens a Euclides, na cidade onde êle escreveu "Os sertões".

Já a essa altura, eu começava a receber abaixo-assinados provindos de todos os pontos do território nacional, reclamando a minha presença no pleito de 3 de outubro de 1955, o que se fazia com mais de dois anos de antecedência.

A minha ação política nêsse período foi muito reduzida. Entregava-me, de corpo e alma, à tarefa cultural objetivando esclarecer a consciência da Nação sôbre a sua tradicionalidade histórica e as suas realidades presentes. Acedendo a convites de Prefeitos Municipais, Direções de Ginásios, Escolas Normais, Faculdades de Direito, de Filosofia, de Agronomia, Sociedades Literárias, Associações Operárias, Seminários Católicos, Bispos de várias Dioceses, Vigários de numerosas Paroquias, realizei conferências sôbre História, Filosofia, Sociologia, Literatura, Economia, Política Internacional e Instrução Moral e Cívica.

Em 25 de outubro de 1952, havia-se fundado, sob minha orientação e supervisão, a Confederação de Centros Culturais da Juventude, que tem por finalidade, sem preocupações de partidarismo político, preparar a juventude brasileira para o desempenho de sua missão futura em bem da Pátria. A

multiplicação dos Centros Culturais nos municípios do país reclamou, também, de minha parte, muitas viagens, atendendo aos pedidos dos jovens para a realização de conferências nos seus grêmios.

Em consequência, portanto, dos convites a que atraz me referi e das solicitações dos Centros Culturais, tomei contacto com as populações de mais de duas centenas de cidades do Brasil, entre 1952 e 1955. E, por toda a parte, levantava-se a mesma sugestão, oriunda de pessoas dos mais variados partidos, incitando-me a que me apresentasse candidato à Presidência da República.

O número de abaixo-assinados crescia, elevando-se a milhares em princípios de 1954. Além desses documentos, as cartas particulares chegavam a minhas mãos, tornando-se hoje testemunhos eloquentes de que a minha candidatura não apareceu à última hora, por sugestão de quem quer que fosse, ou a serviço de políticos, como ousaram afirmar os adeptos da candidatura Juarez Távora.

Como amostra dessas centenas de missivas, tomei ao acaso, no meu arquivo, algumas delas :

3 de fevereiro de 1954 — De Paulo Rusca (Descalvado, Estado de São Paulo) : “Grande repercussão meio integralistas e simpatizantes eleitores candidatura V. Excia. Presidência da República única reserva moral salvação nosso país”.

11 de fevereiro de 1954 — De Francisco Soares dos Santos (Altinho, Pernambuco) : “E com muita satisfação que lhe dirijo esta cartinha no sentido de o Snr. não retirar a sua candidatura para Presidente da República. Aqui em Altinho foi recebido o seu nome com simpatia e carinho. O Snr. bem sabe que só temos dado votos perdidos, não adianta mais viver acompanhando partidos que não têm idéias nem para si quanto mais para os outros.

Nós não somos tão pequenos como se pensa, somos uma força e não nos sujeitamos mais a humilhações”.

12 de fevereiro de 1954 — De Dr. Travassos Sarinho (Natal, Rio Grande do Norte) a Alfredo Crispim: “A notícia do lançamento da candidatura do Chefe à Presidência da República pelo Diretório do Distrito Federal teve aqui favorável repercussão. Senti uma receptividade além da expectativa, pois é muito grande o número de desesperados que julga uma necessidade e uma esperança essa candidatura em face da miséria política e administrativa que enlameia a face da Nação. Cheguei a receber inúmeros telefonemas de apôio de gente que eu nunca supuz capaz de votar em Plínio Salgado”.

Nota — O missivista se refere à iniciativa da ala moça do P.R.P. do Distrito Federal que levantou a minha candidatura em fevereiro de 1954, obtendo aprovação do Diretório Regional, que enviou a proposta ao Diretório Nacional.

21 de fevereiro de 1954 — Do Professor Julio dos Santos (Itajubá, Minas) : “No mercado, que é o ponto mais movimentado da cidade, houve verdadeiro comício em torno do seu retrato. Parece mentira, mas um homem chorou de emoção. De todos os lados se ouvia : neste, sim; neste eu voto”.

Nota — O retrato a que se refere era um cartaz de propaganda da minha candidatura, dos muitos que começaram a aparecer confeccionados em tipografias do interior, desde fins de 1953.

26 de fevereiro de 1954 — De Paulo José Ange-

nani (Mocóca, Estado de São Paulo) : “Hoje sou tomado da maior satisfação, ao conhecer do movimento extra-partidário que se concentra em torno do nome de V.S. para candidato à Presidência da República, solidarizando-se a êle a juventude brasileira”.

6 de abril de 1954 — De Rufino Avila (São Paulo, Capital) — “Desde já ficamos agradecidos por sua atenção a êste singelo e esperançoso convite e esperamos vê-lo em breve como Presidente da República”.

28 de abril de 1954 — De Maria Luiza Pinto de Carvalho (Curitiba, Paraná) : “Meu filho tem conversado com espíritas, protestantes, positivistas e católicos e todos acham que se o senhor não fôr o Presidente da República nada endireita”.

23 de Junho de 1954 — De Antonio Jordão (Iguape, Estado de São Paulo) : “Estou lendo a revista “Caretta” dando o inquerito dos candidatos à Presidência da República, com grande vitória para V. Excia., ficando eu entusiasmado. Penso da minha parte que o Snr. se candidate e estou tratando de angariar votos nesta cidade”.

29 de junho de 1954 — De José de Paula e Silva (Sorocaba, Estado de São Paulo) : “Precisamos, desde já, assestar nossas próprias armas para enfrentarmos, com firmeza, a grande batalha de 1955, quando, em homenagem aos nossos martires, teremos de marchar para a conquista do Governo do Brasil, com V. Excia. à frente, como símbolo que é, na luta que haveremos de empreender por Cristo e pela Nação. A Província do Rio Grande é um exemplo que nos empolga e nos causa inveja. Lá, o partido teve coragem de decidir concorrer sósinho, com chapa própria, às eleições estaduais próximas. Urge imediata tomada de posição em todo o Brasil”.

30 de junho de 1954 — De Otávio Cruz Prates (Marília, Estado de São Paulo) : "O meu maior desejo político é que V. Excia. seja candidato a Presidente da República, porque só um Plínio Salgado poderá livrar o Brasil dos constantes perigos que o ameaçam".

20 de julho de 1954 — De um Sacerdote de Ordem Religiosa (São Paulo) : "Um outro voto-promessa, afim de alcançar de Deus, "a quo omnia bono procedunt", a eleição de V.S. a Presidente do Brasil".

2 de novembro de 1954 — De Mario Gardelin (Caxias, Rio Grande do Sul) : "Ouvi a rádio hoje dizendo da nova orientação do partido : batalhar sósinho no pleito que se avisinha. Como isto é belo! Como é agradável padecer por algo que não mente, que não engana !"

*
* *

Como se vê, existia um movimento no país em pról da candidatura de Plínio Salgado à Presidência da República, movimento êsse que, manifestando-se através dos milhares de abaixo-assinados oriundos de tôdas as unidades da Federação, refletia-se em centenas de cartas cujo contexto pouco diferia das acima transcritas e referentes ao ano de 1954.

Nos dias 5, 6 e 7 de setembro, realizou-se uma Convenção Regional do P.R.P. na Capital de São Paulo, à qual compareceram todos os Diretórios Municipais do Estado. Por iniciativa da delegação de Rio Claro, liderada pelos Srs. Alfredo Schumer e Pimentel Junior, a totalidade dos Diretórios Municipais subscreveu uma moção ao Diretório Nacional, solicitando fosse o meu nome indicado para candi-

dato à Presidência da República nas eleições de 3 de outubro de 1955. A moção foi enviada ao órgão supremo dirigente do P.R.P.

Sucessivas Convenções Regionais adotaram a mesma providência.

Foi a 22 de novembro de 1954 que se realizou uma reunião do Diretório Nacional do P.R.P. durante a qual dei conhecimento àquele órgão, não só das moções das Convenções Regionais do Partido, mas também dos abaixo-assinados por mim recebidos de todos os pontos do país, indicando meu nome à sucessão presidencial da República.

Opôz-se imediatamente ao desejo expresso do partido o deputado federal Raimundo Padilha, que se bateu apaixonadamente contra o alvitre, tomando por base o número de Diretórios Municipais do P.R.P. no país e os sufrágios alcançados nas eleições anteriores. Alegava que o Sr. Plínio Salgado iria ter menos votos que o partido, uma vez que nas eleições precedentes, que eram para deputados, os candidatos traziam grande contingente de votos pessoais. E, calculando a votação a ser por mim obtida em cem ou duzentos mil votos, dizia que o Partido não deveria expor o seu Presidente a tamanho fracasso, que representaria a morte política de Plínio Salgado.

Impressionado pela argumentação de Raimundo Padilha, o deputado federal Loureiro Junior propoz que se adiasse o exame do assunto para mais tarde, no que foi apoiado pelos deputados federais Wolfran Metzler e Padre Ponciano dos Santos. Apresentei um substitutivo: ficaria consignado o prazo de dois meses durante o qual os Diretórios Regionais intensificariam a fundação de novos Diretórios Municipais, e no dia 22 de Janeiro, reunir-se-iam no Rio os Presidentes Regionais, apresen-

tando o resultado de seus trabalhos e decidindo o Diretório Nacional a respeito de tão importante assunto. A minha proposta foi aceita pelo Diretório Nacional.

Assim procedi com o fito deliberado de fazer vingar no começo do ano a candidatura que exprimia o desejo unânime dos nossos correligionários de todo o Brasil. O meu propósito de apresentar-me candidato antecedia mesmo as manifestações que principiei a receber de apóio desde os fins de 1952.

Essa minha firme resolução procedia desde quando puz os pés em terra brasileira no meu regresso do Exílio, em 1946, embora só mais tarde eu a revelasse. Era uma consequência lógica da campanha presidencial de 1937, em que fui candidato, a qual foi interrompida pela implantação da Ditadura. Entendia eu que, dirigindo um movimento nacional de opinião e adotando uma doutrina cuja visão integral dos problemas punha todo o seu objetivo no Governo da Nação, tínhamos de reatar a linha de conduta, restaurando no país a atitude assumida em Janeiro de 1936 (lançamento do Manifesto-Programa) e 30 de maio de 1937 (lançamento da minha candidatura).

Era tal a minha convicção a êsse respeito que, havendo sido levantada em junho de 1954 a idéia de ser indicado o meu nome para deputado federal, enviei um ofício ao Diretório Nacional do P.R.P., do qual transcrevo o seguinte trecho :

“Vem agora, entretanto, o argumento de maior gravidade que se apresenta ao P.R.P. em relação ao meu nome. Em 25 de dezembro dêste ano, daqui a 5 meses precisamente, deverei lançar a campanha presidencial em que o P.R.P. irá com chapa própria. Essa minha

resolução é inabalável, porque chegámos a um ponto tal que temos de dar uma satisfação definitiva à Nação. Temos um compromisso de honra com os que morreram por nossa idéia e com milhares de brasileiros que acreditam em nós e esperam algo de nós no atual momento. O P.R.P., como partido, tem crescido muito lentamente, principiando com 90 mil votos em 1945, atingindo 146 mil em 1947, e 252 mil em 1950. As desculpas dadas por muitos brasileiros simpatizantes com as idéias integralistas é a de que o P.R.P. não passa de um partido como os outros, podendo, portanto, todos os que veem no integralismo a salvação nacional, operar em qualquer partido, até ao dia em que um grande motivo chame todos a se unirem.

“Temos, pois, o dever de dar essa oportunidade a todos os brasileiros e tal oportunidade será a apresentação da nossa candidatura à Presidência da República. **E isso deve ser feito já, antes que surjam outras candidaturas**”.

Isso se passava em Junho de 1954. Como, pois, virem os caluniadores da U.D.N., os trompeteiros da candidatura Juarez Távora, insinuar que a minha candidatura foi lançada em combinação com Juscelino, ou Adhemar de Barros (êles ora diziam uma coisa ora outra), com o fito de prejudicar a candidatura de Juarez Távora, se naquele documento de Junho de 1954, antes, muito antes do fim trágico de Getúlio Vargas, numa época em que não se falava em candidaturas presidenciais, eu já dizia que **lançaria minha candidatura em 25 de dezembro** e que essa minha decisão era **inabalável** ?

*

* *

Fui, cronologicamente, o primeiro candidato. Por motivos doutrinários, por motivo de dignidade política, reforçado por um movimento de opinião que se processava e crescia em todo o país, desde fins de 1952.

Não encontrando da parte da direção nacional do meu partido aquela fé absoluta que me permitiria lançar a candidatura a 25 de dezembro de 1954 e cedendo às ponderações dos deputados federais Loureiro Junior, Wolfran Metzler, Padre Ponciano dos Santos, que influenciados pelas argumentações de Raimundo Padilha entenderam que teríamos, inicialmente, de ampliar o número de Diretórios Municipais do P.R.P., retardei para depois de 22 de janeiro uma resolução que já era minha, exclusivamente minha, em consonância direta com os âmbitos municipais do partido e a opinião do povo brasileiro manifestada em milhares de abaixo-assinados. Submeti-me a essa decisão do Diretório Nacional, que esteve de acôrdo com os nossos deputados federais, e aguardei a data designada.

Em fins de Janeiro, convoquei a Convenção Nacional do P.R.P.

Já a êsse tempo, o deputado Raimundo Padilha, sempre manifestando o seu empenho de preservar o meu nome de uma inevitável derrota, com uma votação, no máximo, de duzentos mil votos, publicava em entrevistas à imprensa, o seu desacôrdo com a já então unanimidade do Diretório Nacional, que reconhecia quão inevitável era, para a sobrevivência do partido, a candidatura própria. A Convenção, entretanto, é que deveria decidir.

Realizou-se a Convenção nos dias 19, 20 e 21 de março de 1955.

Até então, os demais partidos se agitavam no esforço de coordenar as correntes mais preponderantes em favor de uma União Nacional. O P.S.D. cindira-se, ficando a maior parte dos seus Diretórios Regionais a apoiar o nome do Snr. Juscelino Kubitschek e a dissidência em oposição a essa candidatura. As Forças Armadas faziam sentir aos partidos a necessidade de uma solução que não viesse agitar o país, mas que favorecesse o processo normal da sucessão num ambiente de calma e isento de paixões. Para fortalecer a sua atitude, as altas patentes declararam à Nação que não haveria candidato militar à Presidência da República.

Diante da impossibilidade de uma composição dos chamados grandes partidos com o objetivo de atender ao nobre apêlo das Forças Armadas, a U.D.N., o P.L., o P.D.C. e a dissidência do P.S.D. trataram de escolher o seu candidato. Já não era a União Nacional, uma vez que ficaram de fora a preponderância do P.S.D., o P.T.B., o P.S.P. e outros partidos. E, no curso das conversações dos opositores da candidatura Juscelino, o general Juarez Távora declarou que não era candidato. E foi por motivo dessa declaração que se escolheu o nome do Snr. Etelvino Lins, uma vez que não quiseram aceitar a candidatura os Snrs. Nereu Ramos e Carlos Luz.

Quando o P.R.P. realizou a sua Convenção Nacional, ainda não estava lançado oficialmente o Snr. Etelvino Lins pela aliança U.D.N. - P.S.D. dissidente, P.L. e P.D.C. e este último parecia desviar-se da linha da U.D.N., sugerindo o nome do general Juarez Távora, aparentemente inviável, não só em razão do pacto dos militares como pelas próprias

declarações do indigitado candidato de que não aceitaria a candidatura. Por conseguinte, o P.R.P. (que, aliás, nunca foi consultado pela U.D.N. e seus aliados) não estava perturbando os objetivos de uma União Nacional, pois esta já não existia.

Compareceram à Convenção Nacional do P.R.P. os delegados de todos os Diretórios Regionais, excetuando Pernambuco que, alegando dificuldades financeiras para mandar uma delegação ao Rio, serviu-se de um portador de confiança para expor a sua opinião, não tendo, todavia, investido êsse portador de poderes para votar. O parecer do Diretório Regional de Pernambuco divergia das manifestações dos Diretórios Municipais daquele Estado, pois enquanto êstes reclamavam uma candidatura própria, aquele se manifestava contrário.

A Delegação do Paraná solicitou uma reunião preliminar dos chefes das Delegações, para obter esclarecimentos sobre diversos assuntos referentes à campanha que se iria iniciar, uma vez que em Curitiba chegavam cartas que lançavam dúvidas no ânimo do Diretório Regional daquele Estado. Recebidas tôdas as informações pedidas, a Delegação do Paraná se poz ao lado das demais Delegações, sustentando a tese da candidatura própria e indicação do meu nome.

No plenário, a sessão que decidiu por votos a atitude do partido foi agitadíssima. A agitação foi provocada pela posição assumida pelo Chefe da Delegação do Estado do Rio, que divergindo de tôdas as demais Delegações, manifestou-se contrário à candidatura própria, levando para isso uma longa exposição escrita. A Convenção ouvia com o máximo respeito a leitura que vinha fazendo o chefe da Delegação Fluminense, quando um membro da mesma Delegação pede a palavra pela ordem e de-

clara que se achavam presentes todos os Diretórios Municipais do P.R.P. no Estado do Rio, os quais lançavam o seu protesto contra uma opinião que não correspondia aos verdadeiros anseios dos referidos Diretórios Municipais, os quais não haviam sido consultados, tratando-se, pois, de uma decisão arbitrária que violentava todo o partido naquele Estado.

O Presidente da sessão, Snr. Vicente Meggiolaro, fazendo voltar a calma ao plenário onde o protesto dos Diretórios Municipais Fluminenses provocara por parte das Delegações dos outros Estados forte manifestação de desagrado ao chefe da Delegação do Estado do Rio, assegurou a palavra a êste, que terminou a leitura da sua exposição e deu livremente o seu voto contrário à candidatura de Plínio Salgado.

Houve, assim, um voto contrário, o da Delegação Fluminense; uma abstenção, a de Pernambuco; e os demais favoráveis à candidatura própria do partido e indicação do meu nome.

No dia 21 de março de 1955, foi oficialmente lançada a minha candidatura no Palácio Tiradentes, em sessão pública e irradiada por diversas emissoras. Foi ali que li a "Mensagem ao Povo Brasileiro" que val noutro capítulo dêste livro.



Os partidários da candidatura Juarez Távora, verificando que os votos obtidos pelo general, somados aos meus, teriam dado a vitória àquele ilustre militar (como poderiam ter dado também a vitória ao meu nome...) lançaram contra mim a calúnia, que a "Tribuna de Imprensa" publicou

duas vezes, dizendo que recebi dinheiro de Juscelino para prejudicar Juarez. Isso quando as apurações começaram a se mostrar favoráveis ao ex-governador mineiro, pois antes, quando Adhemar era o favorito, o dinheiro que eu recebera fôra dêste.

Ora, pelo relato que acabo de fazer, fica provado:

1.º) — Que a minha candidatura, tendo sido por mim pensada e resolvida desde meu regresso do Exílio, em 1946, como um reatamento da minha mesma candidatura malograda em 1937 pelo golpe de Estado, começou por mim a ser preparada a partir de 1950 e principiou a ser reclamada por companheiros e elementos dos mais variados partidos, a partir de princípios de 1954;

2.º) — Que em junho de 1954, manifestei por ofício ao Diretório Nacional do meu partido a **minha resolução inabalável** de tudo fazer para lançar a minha candidatura em 25 de dezembro daquele ano e isso (dizia o meu ofício) antes que surjam outros candidatos;

3.º) — Que, nêsse mês de junho de 1954, ninguém cuidava de sucessão presidencial, a não ser o pacto tri-partite contra Getúlio Vargas, que se constituiu com os Snrs. Etelvino-Juscelino-Garcez, mas ainda sem nome escolhido ou cogitado;

4.º) — Que, precedendo, de muito, os trágicos acontecimentos de 24 de agosto de 1954, a minha candidatura não se relacionava com acontecimentos episódicos da vida brasileira, mas vinculava-se a princípios doutrinários e a uma obra construtiva que sobrepaira às paixões efêmeras;

5.º) — Que a minha candidatura, depois dos apêlos por mim recebidos sob a forma de abaixo assinados e manifestações populares no interior do

país, começou a ser levantada nas Convenções Regionais do P.R.P., a partir de fevereiro de 1954;

6.º) — Que o Diretório Nacional do P.R.P. tomou conhecimento oficial do assunto em 22 de novembro de 1954;

7.º) — Que a Convenção Nacional do P.R.P. decidiu lançar o meu nome em 19 de março de 1954, fazendo-o a 21 do mesmo mês e ano;

8.º) — Que o general Juarez Távora, até então, declarava não ser candidato;

9.º) — Que somente meses depois, surgiu o nome do general, porém indicado pelo Partido Socialista Brasileiro, cuja ideologia materialista e marxista não se conforma com a doutrina pelo meu partido e por mim exposta, que é a do espiritualismo cristão na consideração dos problemas sociais e economicos;

10.º) — Que, dada a hipótese, aceita para argumentar, de que :

a) não houvesse um compromisso de honra em relação à sustentação da minha candidatura;

b) nem houvesse incompatibilidade ideologica entre integralismo e socialismo :

o fato é que nunca fui procurado por Juarez Távora, nem pelos proceres da UDN, para solicitar a retirada da minha candidatura tão antiga, em favor de uma que surgira recentissimamente, limitando-se, os que reclamavam o meu apôio, a me dirigir pelo Rádio e pela Televisão apêlos do tipo dos empregados pelo Snr. Adauto Lucio Cardoso, que procuravam humilhar-me, atribuindo-me a possibilidade de duzentos mil votos, tática estúpida que mais nos consolidava em nossos designios de demonstrar à Nação a força de que dispunhamos;

11.º) — Que se um candidato atrapalhou o outro, a responsabilidade cabe, não ao que saiu primeiro e já se encontrava em plena campanha, mas ao outro, que saiu depois, o qual, se tinha verdadeiros propósitos de impedir a eleição dos que êle não julgava convenientes ao país, não precisava inventar uma candidatura de última hora, de vez que já havia outra, de uma corrente de opinião que a U.D.N., em 1950, julgou digna de uma aliança em torno do Brigadeiro Eduardo Gomes e cujos votos, agora, não eram julgados indignos, porque eram solicitados ao Rádio e Televisão, pelos elementos daquela mesma U.D.N.

•

* *

A U.D.N., repudiada pelo General Juarez Távora como autora de sua candidatura, mas aceita como simples aderente do Partido Socialista Brasileiro, julgou que o P.R.P. iria correr a ela como um laçao, a receber suas ordens. Ora, nem a dignidade do meu partido, nem a minha, estavam dispostas a tolerar semelhante situação. Desde as primeiras conversações quando se cogitou de uma União Nacional, não fui ouvido nem sondado pela U.D.N., nem pelos dissidentes do P.S.D. Trataram-nos com imenso desprezo. E só os integralistas desavergonhados poderiam pretender que nos fizessemos capachos da granfinagem política do nosso país. Agora, êsse partido orgulhoso, que se julga o dono de tôdas as virtudes cívicas do Brasil, acusa-me pela sua derrota. E mais: o jornal de Carlos de Lacerda aponta-me como recebendo dinheiro de Juscelino para atrapalhar Juarez, quando foi êste que me atrapalhou e eu poderia, se fosse tão vil

como os meus adversários, dizer que foi ele quem se conluiou com Juscelino para impedir a minha eleição, uma vez que eu já estava em campanha quando ele apareceu...

A matéria dêste capítulo já me enoja. Passemos a outros assuntos.

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO

Finalmente, eis-nos a 21 de março de 1955.

No recinto da Câmara dos Deputados (Palácio Tiradentes), achavam-se delegações de todos os Diretórios Regionais e Municipais do P.R.P. e representantes de todos os partidos nacionais. Depois de aclamado o nome de Plínio Salgado para candidato à Presidência da República, foi este introduzido no recinto, pronunciando o discurso oficial do lançamento da campanha, o qual foi irradiado por quinze grandes estações emissoras e cerca de uma centena de emissoras do interior do país. Esse discurso foi o seguinte :

“A atitude do Partido de Representação Popular adotando uma candidatura própria à Presidência da República, nas próximas eleições de outubro, sem que para isso tivesse tido entendimentos prévios com outras agremiações partidárias, longe de significar uma desconsideração aos méritos e aos patrióticos propósitos dos outros partidos, exprime um sincero desejo de cooperar com eles, num plano diferente, no sentido da educação do nosso povo para o exercício político do sistema democrático.

Não foram apenas os apêlos de milhares de brasileiros, das mais variadas condições sociais e

colorações partidárias, sob a forma de abaixo-assinados oriundos de todos os pontos do país, reclamando do P.R.P. o lançamento do meu nome, que levaram o meu partido à deliberação hoje tomada. Essas manifestações, que se vêm registrando de dois anos até agora, contribuíram, é certo, para a criação de condições psicológicas de entusiasmo em meus amigos e seguidores. O exame, entretanto, da vida brasileira atual, realizado com frio raciocínio, e a meditação conscienciosa sobre a função dos partidos no regimen, suscitaram o argumento impositivo que determinou a resolução desta Convenção Nacional.

PROPOSTAS DE UNIÃO NACIONAL

Bem compreendemos a preocupação patriótica de ilustres personalidades do nosso país, quando procuram, no atual momento, a conciliação das diversas correntes de opinião, sobre uma base mínima de objetivos comuns, no sentido do lançamento de um candidato único para as eleições de outubro vindouro.

Esse estado de espírito é semelhante ao que ocorreu em 1853, quando o Marquez do Paraná, com as melhores intenções, realizou um Ministério de União Nacional, apelando para a tregua dos partidos.

Mas, do mesmo modo como, naquela ocasião, a iniciativa trouxe o resultado da desmoralização dos partidos e, conseqüentemente o enfraquecimento da Monarquia, é com justo temor que encaramos os perigos a que se expõem as atuais instituições, fazendo morrer, no seio das agremiações

partidárias, aquêlê amôr a suas bandeiras, o qual seria substituído pelos interêsses pessoais e ambições de cargos, tal como aconteceu ao iniciar-se a segunda metade do século XIX.

RETROSPÉCTO HISTÓRICO

São expressivas, a êste respeito, as palavras do Conselheiro Paulino de Souza, em carta ao Barão de Penedo, que se póde encontrar no arquivo do Itamaratí. Diz êle: "Quando, no sistema constitucional, desaparecem os partidos e com êles as idéias, o interêsse individual ou a corrupção é o meio para o qual inevitavelmente apelam os govêrnos, baldos de outros recursos com que, em épocas normais, poderiam formar maiorias. Infelizmente estamos nêste caso e é desagradável entrar nos comícios quando a dissolução se apodera de Roma".

Igual opinião foi a do Barão de Uruguaiana quando, exclamava na Câmara: "Conciliação de homens e não de idéias, que falseia o sistema parlamentar, rebaixa os caracteres, satisfazendo os interêsses e estimulando as ambições".

Homens como o Marquez de Olinda, o Visconde do Uruguai, Eusebio de Queiroz e Itaboraí, prevendo o enfraquecimento da própria Monarquia pela dissolução dos partidos, abstiveram-se de participar dos sucessivos govêrnos nascidos à sombra da Conciliação. E o andar do tempo veio demonstrar a verdade das suas previsões, porque foi a partir daqueles acontecimentos políticos que se verificou, dia a dia, a morte lenta dos partidos do Império.

SUBSTANCIA E ESTRUTURA DA DEMOCRACIA

Nada mais natural. Se a substância da Democracia é o voto dos cidadãos, a sua estrutura no atual sistema são os partidos. E se se abrem bréchas nessas estruturas, a perda da substância é inevitável.

O convívio de correntes doutrinariamente adversas, nas composições políticas tendentes a um apaziguamento julgado imprescindível, determina o resfriamento do ardor nos correligionários de cada parcialidade, facilitando as mudanças pessoais de atitudes de acôrdo com os interesses de cada um. Cria-se um clima de oportunismo, de abstenção de todos os sacrifícios entre os quais o mais belo de todos é o ostracismo com dignidade e coerência de princípios.

CONSEQUÊNCIA DA CONCILIAÇÃO DE 1853

O transcurso da história política brasileira até 1889 torna evidente a cada vez maior incapacidade do eleitorado para conceber as nobres lutas pela sustentação de idéias e para expungir os prêlios cívicos das eivas dos pequeninos interesses de empregos ou de negócios. Os partidos deixam de ser organizações portadoras de princípios e programas, para se tornarem sindicatos eleitorais e agências de colocação. Assim, passado o período da Conciliação de Paraná, viu-se logo a impossibilidade do funcionamento normal do regimen, que precisou, para a sua subsistência, da transformação do Poder

Moderador do Monarca naquele Poder Pessoal, tão malsinado nas últimas crises do Império.

Por culpa dos seus altos dirigentes, o povo brasileiro tornara-se oportunista, comodista, agindo cada qual segundo o seu egoísmo e as suas ambições. No seu livro "O ocaso do Império", Oliveira Viana, põe em destaque as ocorrências verificadas quando da queda do Gabinete Zacarias em 1868. Não havendo mais partidos ideologicamente definidos, mas simples conluíus conquistadores dos postos a que ascendiam e onde queriam perpetuar-se, o Imperador era obrigado a provocar as crises mediante as quais forçava artificialmente a substituição dos Ministérios.

DESAPARECIMENTO DOS PARTIDOS

Foi o que se deu quando Zacarias de Góis, por motivos frívolos, pediu a sua demissão. Ele tinha, nêsse momento, a unanimidade da Câmara, o que significa ser o seu partido o da preferência do povo brasileiro. Mas essa preferência não era inspirada por motivos ideológicos, antes pelo contrário, inspirava-a o argumento mais decisivo para um eleitorado nacional sem convicções doutrinárias: o fato de estar Zacarias no poder havia cerca de oito anos. Infringindo as normas do sistema, o Imperador chama os conservadores, com Itaboraí à frente, para formar o novo Ministério. A Câmara vota, imediatamente, uma moção de desconfiança. O Monarca dissolve a Câmara e convoca novas eleições. E, então, se viu a que ponto chegara o oportunismo de um eleitorado, que, em consequência da Conciliação de 1853 e dos anos seguintes, extravasara dos

âmbitos dos partidos e perdera, com a substância ideológica, o amor a suas bandeiras. Os Liberais de Zacarias, que tinham a unanimidade da Câmara, perderam nas eleições tôdas as cadeiras, instalando-se o novo Gabinete Conservador, com um Câmara unanimemente conservadora. Não havia mais partidos no Brasil.

ADVENTO DA REPÚBLICA

Campos Sales, no seu livro "Da propaganda à Presidência", pinta-nos o quadro da política brasileira mostrando como os partidos do Império na realidade não mais existiam. A essa altura surgia, com uma fôrça nova, o Partido Republicano. Era pequeno, contava trinta e poucos clubes e uma elite intelectual na Capital do País, com influência sobretudo na Escola Militar. Sim, era pequeno, mas possuía o que os outros, os grandes, não possuíam : firmeza de convicções, fidelidade a sua bandeira, amor aos princípios, o que tudo se resumia na mística de uma ação clarividente e firme.

Uma manhã, a 15 de novembro de 1889, êsse pequeno partido apoderou-se do Govêrno da Nação destronando o Imperador. E os outros partidos, os grandes partidos, que faziam revesadamente unanimidades da Câmara, que fizeram êles? Faltavam-lhes convicções para fazer alguma coisa. De seu seio não se ergueu um único protesto. "O povo" — disse Aristides Lobo, um pos próceres republicanos — assistiu àquillo bestializado". O termo é rude, mas exprime a realidade histórica. Não havia mais opinião pública no país. E quando as nações já não possuem opinião pública, as suas instituições se encontram em perigo.

SITUAÇÃO ATUAL DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Ora, no atual momento brasileiro, o quadro político não é diferente do que nos pintou Campos Sales. Os homens perderam amor aos partidos a que dizem pertencer. Todos os dias, estamos vendo deputados, eleitos por uma legenda, passarem-se para outra, com a maior naturalidade. A própria lei parece ter em vista atender a êsse estado de espírito de disponibilidade ideológica dos homens públicos. Exigindo que os candidatos a cargos de representação se inscrevam previamente numa legenda, não os considera mais obrigados a essa legenda depois de eleitos. O candidato é de partido, antes das eleições, mas passadas estas, se logra êxito, passa a ser deputado do povo, podendo emigrar livremente para a legenda que quizer.

Notamos, igualmente, na Câmara e no Senado da República, o fato mais expressivo dos descompromissos ideológicos ou partidários: a propósito de um problema qualquer, formam-se a maioria e a minoria com a colcha de retalhos de representantes das mais variadas bancadas. Os partidos não são suficientemente fortes para se manterem invulneráveis diante de qualquer questão lançada no plenário. Os casos do petróleo, do divórcio, do parlamentarismo, mostram-nos, de um lado e de outro, parlamentares da mesma legenda.

Cumpre, ainda, notar que os partidos, no Brasil, encontram-se numa fase que poderemos chamar de feudalismo político. Sendo de caráter nacional, conforme a lei e a inscrição no Superior Tribunal Eleitoral, as suas secções estaduais gosam de uma

autonomia que poderemos chamar pragmática, ou utilitária, só compatível com a indisciplina ideológica e a ausência de objetivos nacionais claramente definidos a influir na uniformidade das atitudes, a que se deveriam subordinar as secções regionais em todo o país. Em cada Estado, existem êsses barões feudais de castelo e burgo, infensos a todo sentido de centralização política e a praticar apenas o que convém à regionalidade de suas ambições imediatistas.

O povo, por sua vez desiludido, e até mesmo desorientado pela contradança dos líderes partidários, e nada vendo senão confusão, na hora dos seus agudos desesperos econômicos, não pode nem quer mais confiar nessas organizações, que jamais lhe falam de programas ou de soluções a problemas angustiosos, mas apenas se exprimem numa linguagem de diatribes contra os adversários ou numa torrente de intrigas de que estão cheias cotidianamente as colunas da imprensa.

A CASA MAL-ASSOMBRADA

Para agravar a perplexidade de um povo que se perde no denso nevoeiro das incertezas e das inseguranças, correm nas caladas da noite nacional os boatos dos golpes e as hipóteses mais desencontradas das soluções ilegais, transformando-se o Brasil numa casa mal-assombrada, com bater de portas e janelas, passos misteriosos nos corredores, visões de fantasmas provocando calafrios. Nas conversas cotidianas proliferam os “constas”, os “dizem que”, dos bruxos divinatórios, instabilizando os espíritos e imobilizando as iniciativas salutares de que depende a sorte das instituições.

Se nos últimos dias do Império a situação era de uma real inexistência dos partidos, ao ponto do Monarca perguntar a Euzebio de Queiroz: "onde estão os partidos, senhor Euzebio?", agora vivemos um período pior, pois além de não funcionarem nacionalmente e ideologicamente as agremiações partidárias, ainda vemos moverem-se estas numa atmosfera de gases asfíxiantes.

REABILITAÇÃO DOS PARTIDOS

É pela reabilitação dos partidos, pela sua revitalização, pelo seu funcionamento que assumimos esta atitude, lançando-nos no pleito eleitoral, a sustentar nossa própria bandeira.

Poderão acusar-nos de contraditórios, por haveremos tantas vezes concitado o povo brasileiro a uma união sagrada na defesa da Pátria e dos fundamentos cristãos da Nacionalidade. Mas este apêlo subsiste, não no sentido de se levarem os partidos àquele leito de Procusto a que se referiu o Visconde do Uruguai, ao falar da Conciliação do Marquez do Paraná, mas no alto e nobre sentido de conjugação dos esforços de homens livres e de partidos autônomos, objetivando a unânime sustentação dos princípios cristãos em que fomos nascidos e criados e que se resumem nas palavras: Deus, Pátria e Família.

Para isto não é preciso anular a personalidade e a independência dos partidos, levando-os ao oportunismo das composições que destróem praticamente as entidades coletivas de caráter político. Será plausível, talvez, que por motivos ideológicos de afinidades doutrinárias, unam-se dois ou três partidos,

no apóio a um candidato. Mas pretender que se unam agremiações de bandeiras contraditórias ou, pelo menos, de estilo e comportamento adversos uns aos outros, é abastardar o exercício dos atos políticos, deseducando o povo e incapacitando-o para a prática do regimen democrático.

Um governo, saído de tal conubio, como poderá gerir a coisa pública ?

E se, a cada momento difícil nos socorrermos de medidas extra-legais, então jamais habituaremos o povo brasileiro à auto-determinação esclarecida e decorrente de uma consciência histórico-social. Cairemos na instabilidade que tem sido o mal das Repúblicas Sul Americanas e da América Central, rejeitando aquele equilíbrio que, apesar de tudo, com exceção de raros momentos passageiros, tem distinguido a vida nacional brasileira.

AS FÔRÇAS ARMADAS

A manutenção dêsse equilíbrio devemo-la, em grande parte, ao nível elevado das nossas Fôrças Armadas, cuja preocupação constante da legalidade manifestou-se em várias crises que assoberbaram o país. Foi assim na proclamação da República, quando o Exército, após haver consolidado o regimen e implantado a ordem no país, entregou nas mãos de um civil, Prudente de Moraes, o govêrno da Nação. Foi assim em 1945, quando os chefes militares, tendo tudo nas mãos, convocaram o Presidente do Supremo Tribunal, para que desse os lineamentos do Direito a uma situação "de fato". E foi, recentemente assim, em agôsto de 1954, que os nobres militares do Brasil, sempre olhando para

os altos interesses da Pátria e do Regimen, sempre preocupados em dar o exemplo aos povos do Novo Mundo, de uma abnegação que só pode proceder de um alto nível de cultura, não permitiram que se quebrasse o ritmo do funcionamento constitucional do país.

Representa, por certo, uma das maiores glórias para nossa Pátria, possuir ela defensores de tal porte e de tão elevada cultura. Já teríamos caído no cáos da anarquia, se não contássemos, nas horas extremas da desordem e das visíveis catástrofes, com êsse elemento precioso que corresponde, na República, ao Poder Moderador da Monarquia e que, nas horas normais da vida política se retrai abstendo-se de intervenções perturbadoras.

A NOSSA BANDEIRA

Tudo isso pensando, e considerando, e tendo em vista a perfeita tranquilidade interna do país, onde o eleitorado aguarda o momento de depositar nas urnas os votos da sua preferência, o Partido de Representação Popular quer legar à posteridade o exemplo de uma atitude que será tão salutar nos dias correntes como engrandecida pelo historiador no futuro.

Apresentamo-nos com nossa própria Bandeira.

É certo que, num futuro cuja distância ainda não podemos prever, desejaríamos realizada a Democracia Orgânica, na síntese social e política a que as nações inevitavelmente terão de chegar. Não nos escapa à observação o fato de, a partir dos meados do século passado, as associações de classe inscreverem, cada vez mais, como instrumento de

reivindicações econômicas, sucessivas reivindicações de inegável aspecto político. Ao mesmo tempo, não deixamos de observar que os partidos, dos quais são protótipos o Trabalhista Inglês, os Socialistas do Continente Europeu e, posteriormente, os Sociais Cristãos, inspirados em Keteler e Mercier, gradativamente foram inscrevendo em seus programas políticos reivindicações de caráter econômico. Não são, pois, duas linhas paralelas mas linhas convergentes, que um dia se encontrarão na Democracia Orgânica, que realizará a síntese política-social.

Nesse dia, os povos do mundo saberão que houve um movimento no Brasil que consubstanciou em linhas precisas de organização nacional sobre base puramente democrática, o sistema mais adequado às novas condições humanas criadas pelo progresso técnico e pelo desenvolvimento econômico, em consonância com a elevação cultural e moral dos povos.

Esse tipo de Democracia é objeto de constantes estudos no seio da nossa agremiação, mas o que nos interessa, de modo imediato, é a própria subsistência do regime democrático vigente, o qual tem por base a permanência e o funcionamento dos partidos.

Dentro desse regimen atual, que consagra na sua Constituição o pluripartidarismo, é que encaramos o panorama da problemática nacional.

PANORAMA DAS REALIDADES BRASILEIRAS

Não temos a menor dúvida de que atravessamos um dos períodos mais difíceis da nossa His-

tória, conquanto um grande otimismo nos inspire a certeza de que poderemos conjurar os males que hoje pesam sobre a nossa Pátria.

Na verdade, o nosso povo está sofrendo. O estrangeiro que descer na Capital do País, contemplando os nossos soberbos arranha-céus, os nossos palácios e vivendas maravilhosas, o desfile procesional de automóveis de luxo pelo asfalto das nossas avenidas, o requinte das recepções elegantes de que as revistas da moda nos dão conta em reportagens granfinas, os espetáculos de gala do Municipal, os bailes de Carnaval em que esplendem fantazias de centenas de contos de réis, imaginará que se encontra no país da fartura.

Mas se êsse estrangeiro for observador, verá as filas quilométricas da classe média e sub-média, castigadas pelo sol ou humilhadas pelas pesadas chuvas tropicais, a espera de condução à hora em que o corpo, cansado do trabalho do dia, pede descanso; verá os trens de subúrbio, onde o sêr humano perde a sua própria dignidade, comprimindo-se em verdadeiras manadas e arriscando todos os dias a vida em acidentes; verá as favelas miseráveis, aonde foram parar os que se fascinaram pela miragem da Cidade Maravilhosa, abandonando a vida dos campos; verá nas estações das estradas de ferro, ou nas rodoviárias, ou espalhadas a mendigar pelas ruas, mulheres esqualidas e homens sub-nutridos, com pencas de crianças nas ilhargas, pobres excessos demográficos das zonas assoladas pela inclemência das sécas, tristes "paus de araras" que circulam pelas estradas do país dependurados em caminhões desconfortáveis; verá, nas feiras das grandes cidades, as mães de família, gente da mediania social, regateando, de sacola em punho, o feijão, a batata, o arroz, elevados a preços de joa-

lheiros; e verá a fila dos engeitados da sorte, implorando uma cama em hospital onde possa morrer sob um tétó, porque o número de leitos é insuficiente para as necessidades dos desamparados; verá dezenas de milhares de crianças sem escola, porque os estabelecimentos são insuficientes para a população infantil.

Esse espetáculo se repete nas grandes capitais brasileiras, mesmo em São Paulo, que é o maior centro industrial da América do Sul. E se o turista percorrer os arredores rurais das grandes cidades, verá terras abandonadas, onde medram sapezais e tiguéras, porque ninguém teve a idéia de amparar os pequenos lavradores e transformar êsses desertos próximos em fontes de abastecimentos urbanos.

No entanto, se a sua viagem se prolongar, o estrangeiro verá fazendas com as casas dos trabalhadores da gleba fechadas e silenciosas, porque o exôdo rural determinou as dramáticas migrações internas, criando crescentes ondas dos deslocados. Observará que a nossa agricultura é primitiva, dispondo de raros tratores e máquinas modernas, enquanto nas ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo e das outras capitais, circulam, afrontando a nossa pobreza, poderosos carros de luxo. Conversando com o lavrador, ficará sabendo que êle não tem assistência técnica da parte dos govêrnos estaduais e federal, nem assistência financeira, uma vez que os Bancos lhe emprestam a prazo curto e juros altos, nem transportes, porque nada é mais difícil do que conseguir um vagão das nossas insuficientes vias-ferreas. Saberá que o lavrador está escravizado aos intermediários, por circunstâncias de dependência financeira e pela impossibilidade de transportar os seus produtos pondo-se em contacto direto com os centros consumidores. Verá cereais apodre-

cendo em estações longínquas. Ouvirá do nosso caboclo a notícia de que a safra do ano lhe deu prejuizo. Verá frutas apodrecendo num raio de cinquenta a cem quilômetros das grandes cidades, essas mesmas frutas que o consumidor das capitais compra a preços astronômicos. Encontrará uma infinidade de desempregados, de inadaptados, porque não existindo escolas profissionais nas cidades do interior, mas apenas gínásios, o infeliz que tira o curso liceal, não podendo continuar os estudos em curso superior por deficiência financeira, torna-se um indivíduo praticamente sem profissão, a solicitar, para viver, aquele trágico e indefinível “qualquer coisa”, que é o pior dos ofícios. Verá, por todo interior brasileiro, um povo lacerado por moléstias que lhe tiram a eficiência para o trabalho e tôda a alegria de viver : são as verminoses, o paludismo, a doença de Chagas, a úlcera de Baurú, o tracoma, a schistosomose, a lepra, a sífilis, a tuberculose, a brucelose, o alcoolismo, todo um cortejo de inimigos biológicos, a trabalhar enquanto os políticos se divertem em intermináveis discussões de casos pessoais. Verá a mortalidade infantil, cujos índices nos reduzem a uma condição de bárbaros, o que representa um crime, num país que recorre à imigração estrangeira, podendo dispor de grandes reservas humanas tiradas de si mesmo, e reservas do mais alto valor, pois é sabido que o desbravador dos sertões, o plantador de cidades e o iniciador das lavouras nas remotas paragens antes desaproveitadas, é sempre o caboclo heróico brasileiro, em cujo rastro vem depois o estrangeiro, menos apto à luta contra os meios hostís. O viajante que, como Saint Hilaire, Martius ou Agassiz, fizer observações sôbre as nossas matas e os nossos rios, terá de concluir pela nossa loucura : o espetá-

culo da devastação das nossas florestas é estarrecido em todo o mapa da nossa Pátria, agravando-se nas regiões montanhosas, onde a erosão completa a obra do depauperamento do sólo, levando para os nossos rios, debilitados de ano para ano pela modificação do regimen pluvial, o humus da nossa terra que, na parte sul, vai enriquecer as planícies do Prata. Notará que nenhum sistema rigorosamente científico e técnico é aplicado no reflorestamento, que em áreas reduzidas se processa de modo empírico, desatentas as leis do equilíbrio que preside o tipo florestal adequado à gradação das latitudes no planeta.

PAÍS DOS DESEQUILÍBRIOS

O quadro geral das calamidades do país confrange os que amam esta Pátria. O Brasil é o país dos grandes desequilíbrios. Desequilíbrio demográfico, pelas sucessivas deslocções internas sem orientação, sem direção, sem amparo. Desequilíbrio assistencial, bastando dizer que nos orçamentos da República, tanto estaduais como federal, as verbas destinadas a hospitais, asilos, ambulatórios e outros serviços, consignam 70% para as capitais e apenas 30% para toda a população do interior. Desequilíbrio na discriminação das rendas, tocando para os municípios, que constituem a célula-mater da economia nacional, uma ridícula percentagem que os torna escravos dos políticos influentes, à hora turbulenta das implorativas solicitações de verbas. Desequilíbrio no ritmo da exploração e da importação, que nos transforma em eternos mendigos internacionais, a comer as migalhas dos banquetes dos

países de economia saudável. Desequilíbrio na circulação monetária, uma vez que 90% do dinheiro circula nas grandes capitais. Desequilíbrio cultural, pela reduzida minoria culta e imensa massa de analfabetos e meio-analfabetos. Desequilíbrio político, pela incapacidade do funcionamento dos partidos. Desequilíbrio moral, pela perda acelerada da consciência cristã da nacionalidade e desregramento dos costumes, sobretudo nas altas rodas em dissonância com os fundamentos espiritualistas da Nação Brasileira. Tudo neste país é descompensado, arritmico, jamais se tendo visto desorganização melhor organizada...

O CÍRCULO VICIOSO

Em resumo, a situação brasileira é hoje a seguinte :

Não exportamos, porque produzimos tão caro que não podemos concorrer nas praças internacionais. Não exportando, não temos divisas. Não tendo divisas, não podemos importar. Não importando, não podemos dar maior eficiência e velocidade à produção agrícola e industrial. Decrescendo a produção, encarecemos a vida; encarecendo a vida, precisamos elevar os ordenados dos funcionários, o que acarreta déficits orçamentários, e os salários dos operários, o que aumenta o custo da produção. Aumentado o custo da produção menos podemos exportar, e nesse círculo vicioso, não exportando, não importando, não produzindo, vamos sendo, dia a dia, levados ao desespero em que nos valem dos anestésicos dos expedientes imediatistas, que iludem a dor sem extirpar a sua causa.

Até quando, patrícios, continuaremos essa política ?

AS CAUSAS FUNDAMENTAIS DOS NOSSOS MALES

Todos êstes males se originam de dois : incapacidade para apreciar os problemas em conjunto e nas íntimas conexões; e incapacidade de raciocinar a longo prazo. Tudo se vê, através de uma unilateralidade arbitrária, empírica e deplorável; e sôbre nenhum assunto se fazem previsões e se estabelecem planos de demorada execução. Temos vivido ao sabor dos acontecimentos imprevistos. As questões mais graves nos surpreendem e como que nos tomam de assalto. Veja-se, por exemplo, o caso das sêcas do Nordeste. Sabemos que se trata de fenómeno cíclico, a repetir-se em cada século, com rigorosa coincidência dos interregnos. "Entretanto" — diz Euclides da Cunha, há mais de cinquenta anos — o problema que se pode traduzir na fórmula aritmética mais simples, permanece insolúvel". Por certo, Euclides se refere às soluções técnicas para conjurar o flagelo, as quais não podem ser abandonadas; mas temos, como problema imediato, o próprio deslocamento das populações flageladas e a penúria em vasta área do país; pois bem : cada vez que ocorre tal desgraça, somos surpreendidos, como se se tratasse da primeira vez, organisando-se atabalhoadamente comissões de socorro, angariamentos precipitados de dinheiro e mantimentos, os quais nem sempre chegam aos necessitados. Outro exemplo é a atual crise de energia elétrica. Fomos tomados de assalto pelo problema, porque não

vimos, nestas últimas décadas, a sua marcha inexorável. Os que nos precederam não raciocinaram a longo prazo. Outro exemplo, é o da política do café. Sempre foi discutida sob o império dos interesses imediatos e sob a pressão das situações desfavoráveis. Outro : o problema dos transportes : as nossas vias ferreas são poucas e insuficientes, a nossa marinha mercante vai se extinguindo dia a dia, numa proporção de 2% anuais de subtração da sua eficiência.

Somos o país dos improvisos nas situações de emergência. Precisamos ser o país da previsão nas situações normais que preparam os dias tranquilos do futuro.

CONCEITO ORGANICO DA NAÇÃO E DO GOVERNO

Para isso é mister considerar a Nação como um corpo humano, pois do mesmo modo como a expressão vital dêste decorre do funcionamento saudavel e harmônico dos órgãos, também a vitalidade de uma Nação é o resultado do funcionamento conexo e interdependente de tôdas as suas atividades. Um governo nacional capaz de realizar a felicidade do povo há-de, antes de tudo, nortear-se por uma orientação rigorosamente uniforme, sujeita a critérios lógicos e inspirada por um único conceito político-administrativo.

Temos tido, até hoje, governos doutrinariamente vãos, praticamente oportunistas, filosoficamente fatalistas, os quais em vez de procurar os problemas, que estão caminhando na sua direção, preferem esperar que eles cheguem de surpresa. A

formação dos nossos Ministérios tem obedecido ao critério político da representação dos Estados ou dos Partidos, não ao critério das aproximações ideológicas, das afinidades mentais, da identidade dos objetivos, o que determina uma composição homogênea de inteligências a revelar-se na coerência rigorosa do corpo ministerial. Dessa forma, domina em cada ministério o sentido da sua específica unilateralidade, a contrastar com as demais unilateralidades dos colegas de gabinete. E como não existe nenhum problema nacional que não se relacione com outros, a disparidade dominante do Legislativo, torna insolúveis tôdas as questões vitais do país.

FAVORES DOS "AMIGOS DA ONÇA"

A questão social, por exemplo, é considerada com tapa-vistas, que impedem as visões laterais, burlando-se os operários, que encontram nos seus protetores verdadeiros "amigos da onça", cuja ação demagógica constante determina o encarecimento da produção, o que importa, praticamente, na redução de salários, sob a ilusão do maior ganho, uma vez que o nosso trabalhador, à proporção que mais recebe, menos dinheiro lhe sobra, mais pobre fica, pagando a preços elevadíssimos, o feijão de cada dia, a roupa, o calçado, os remédios para seus filhinhos. Tem-se mentido ao operário brasileiro e já é tempo de lhe dizer a verdade, ensinando-lhe que o seu bem estar, o seu conforto com maior dignidade reside numa só coisa : o aumento da produção e o seu barateamento. Esta questão está, portanto, vinculada à da economia nacional.

CONEXÃO DOS PROBLEMAS

Mas, do mesmo modo como a questão social se entrosa com a econômica, também esta se liga à questão financeira. Não pode haver finanças saudáveis num país de economia doente; nem pode haver economia sã quando os manipuladores dos expedientes financeiros que se tornaram o modo de vida de uma Nação depauperada, impedem o desenvolvimento da produção, apertando-lhe ao pescoço a corda das restrições de crédito, dos juros excessivos, dos prazos exíguos, dos impostos escorchantes e da perseguição burocrática, que desanima todo homem que quer trabalhar no Brasil. Mas igualmente se intercomunicam os problemas dos transportes e o da economia e o olvido dessa conexão tem feito de nossa Pátria um corpo sem veias, por onde corra facilmente o sangue da produção, a alimentar os tecidos do organismo nacional. E se considerarmos o problema da saúde pública e o da instrução, não apenas literária e científica, mas profissional e técnica, veremos como ele se vincula ao da economia nacional, já que a valorização do ser humano pelo aumento de eficiência física e preparo mental, corresponde a um enriquecimento do país.

Seria longa a exposição desta matéria que exigiria estudo pormenorizado. Mas facilmente se conclui de quanto havemos dito, que achando-se todos os assuntos que se relacionam com a vitalidade da Nação intimamente ligados e interdependentes, só a visão de conjunto deles, o consequente planejamento, a unidade de orientação dos Ministros de Estado sob a firme direção de um governo coerente, poderão a todos atender.

O DESPERTAR DA NAÇÃO

Perguntarei, entretanto : bastará um governo assim orientado e constituído para levar a bom termo os negócios do Estado e promover a felicidade a que o povo brasileiro tem direito ?

Não, patricios; é preciso mais alguma coisa. Os governos nada podem realizar sem a cooperação do seu povo, e o povo não pode cooperar sem estar esclarecido sobre as duras realidades e animado pelo ardente desejo de supera-las. Esse conhecimento e esse desejo produzem a mística pela qual todos se dispõem ao sacrifício nas horas graves das crises nacionais. É preciso criar em nosso povo o sentimento heróico da existência, o qual decorre do justo orgulho do seu passado e das suas responsabilidades em relação ao futuro. Essa capacidade de heroísmo e de sacrifício incute a noção do Dever e infunde a firme decisão do Querer. Foi essa capacidade que levou o povo inglês, na mais aguda de suas crises econômicas, ao fim da última guerra, a criar uma mentalidade cujo lema era "exportar ou morrer". Foi essa capacidade que tornou possível ao povo alemão, após a destruição de suas cidades e de suas usinas, a reconstruir-se tão depressa, que nós brasileiros, que estivemos ao lado dos vencedores, é que fomos vencidos na guerra. Foi essa capacidade que transformou Portugal, de Nação desorganizada, devedora, numa Nação economicamente forte cujas realizações tanto admiramos. Para recuperarmo-nos, temos de criar a mística da Pátria. A mística da Pátria é o nacionalismo concebido em suas expressões cristãs, o que importa dizer em suas expressões brasileiras, porque nossa

origem é cristã. As forças animicas de um povo, que se empregam nas construções do Presente, procedem da consciência da personalidade nacional e esta se consubstancia e se estrutura com as tradições históricas. Desenvolver intensa propaganda no sentido de criar essa consciência de estirpe e de nobreza no povo brasileiro é o primeiro passo para obter-se, com a noção do Dever, o ritmo da disciplina e o espírito do sacrifício, numa palavra : o esplendido heroísmo da Nacionalidade.

É o despertar da Pátria. É a ressurreição de um povo, que até hoje só tem sido lembrado pelos governos, para pagar impostos, cumprir exigências legais e votar nas eleições, mas que agora se levantará, durante a campanha que empreenderemos, sentindo uma vida nova, cheia de ideal e de beleza.

DEVERES DE GOVERNANTES E GOVERNADOS

Volverei, ainda e finalmente, a indagar : e isso será bastante ?

Patrícios ! Falta agora o principal. E esse principal é o amor e o temor de Deus. As relações entre governantes não podem reger-se apenas pelas leis escritas e pelos usos e costumes. Elas devem ser reguladas por leis eternas escritas no coração de todo homem. Essas leis incutem verdadeiro conceito da responsabilidade dos que governam e dos que são governados. No contacto entre a Nação e o Governo, tendo como instrumento jurídico os lineamentos do Estado, comparece um terceiro contratante, quando a Nação é constituída por um povo que se proclama cristão. Essa terceira pessoa é Deus, Criador e Senhor, a quem todos devemos prestar contas dos deveres cumpridos e dos direitos utilizados.

O Governante, para não mentir ao Povo, para cumprir rigorosamente suas obrigações, para jamais praticar ou consentir que se pratiquem atos desonestos, deverá estar convencido de que terá de responder perante Deus, não só pelos seus atos, mas pelas próprias palavras que pronunciar. Do mesmo modo os Governados, para respeitarem as leis; para concorrerem com a sua disciplina para o êxito das nobres iniciativas; para evitarem as bur-las, as chicanas, a desordem nos círculos das respectivas atividades; para colocarem, acima dos egoísmos e interesses pessoais, o Bem Comum e a Grandeza da Pátria, precisam estar conscios de que a Deus terão de dar contas de quanto houverem feito ou deixado de fazer.

Com essa formação mental e moral, Governantes e Governados cumprirão seus recíprocos deveres e a paz social será a garantia das felizes realizações materiais.

Governantes e Governados, sabendo de sua origem e finalidade divinas, compreenderão que o Dever é um fim e que o Direito é um meio pelo qual se garante a liberdade para o cumprimento do Dever, razão pela qual, logicamente, o Dever tem precedência sobre o Direito, ainda que sem este aquele não possa ser cumprido.

Quando, numa Nação, todos clamam por seus direitos e ninguém proclama os seus deveres, a consequência inevitável é o desaparecimento dos direitos porquanto a aplicação da justiça é ela mesma a prática de um dever e ainda porque, a Nação se arruina primeiro moralmente, depois materialmente, empobrecendo-se e arruinando a todos os seus componentes.

Para compreender estas proposições, precisamos de espírito de humildade. É êsse espírito de

humildade que nos eleva a Deus, preparando-nos para receber aquelas graças com que Ele galardôa os indivíduos e os povos voltados para a sua Luz.

A GRANDE OPORTUNIDADE

Brasileiros ! Tendes aí meu pensamento, minha fé, minha esperança, meu amôr por vós, já êste provado em mais de vinte anos de constante apêlo às fôrças animicas da Nacionalidade para que surjam no cenário histórico e construam o Brasil digno e forte, respeitado e feliz.

Ao lançar esta campanha, convido-vos para esta oportunidade rara, talvez a primeira, depois de tantos anos de decepções e desilusões, a oportunidade de acompanhar, não um homem, mas uma doutrina; não um partido, mas um programa; não um candidato apoiado por govêrnos ou saído do bojo das confabulações de chefes políticos; mas um humilde homem do povo, que se apresenta sem dinheiro, sem empregos, sem negócios rendosos para ninguém, mas apenas com uma bandeira que sempre esteve nos seus pulsos, desde os albores da juventude, por vosso amôr e por vossa glória.

COERÊNCIA HISTÓRICA DA MENSAGEM DE 1955

(Confronto com o discurso de maio de 1937)

Houve quem estranhasse a posição que assumi defendendo a sobrevivência e pugnando pela reabilitação dos partidos brasileiros. Já prevendo tais comentários, inseri no texto do meu discurso êstes períodos :

“Poderão acusar-nos de contraditórios, por havermos tantas vezes concitado o povo brasileiro a uma união sagrada em defesa da Pátria e dos fundamentos cristãos da Nacionalidade. Mas êste apêlo subsiste, não no sentido de se levarem os partidos àquele leito de Procusto a que se referiu o Visconde do Uruguai, ao falar da Conciliação do Marquês do Paraná, mas no alto e nobre sentido da conjugação dos esforços de homens livres e partidos autônomos, objetivando a unânime sustentação dos princípios cristãos em que fomos nascidos e criados e que se resumem nas palavras : Deus, Pátria e Família. Para isso não é preciso anular a personalidade e independência dos partidos... etc.” (vêr o texto completo no capítulo precedente).

Pois bem; essa minha atitude não foi improvisada ao sabor das circunstâncias. Encontrei-a, examinando meus arquivos, no número de "A Ofensiva", do dia 30 de maio de 1937, que publica o discurso por mim proferido na véspera daquele dia. Esse documento histórico, que ocupa toda uma página daquele jornal, poderia ser publicado hoje, com uma atualidade espantosa para uma distância de 18 anos! Inseri-lo-ei no volume que, com o título de "A linha política do Integralismo", darei à publicidade em breve. Mas não resisto ao desejo de dar aos leitores deste livro trechos daquela oração. Leiamos alguns :

"O espírito da Constituição e das Leis — Diante do dever que se impõe à Ação Integralista Brasileira, como partido político de âmbito nacional, devidamente registrado no Superior Tribunal Eleitoral, de comparecer ao magno comício de 3 de janeiro, tive de meditar sobre os meios que deveríamos empregar para agirmos animados pelo próprio espírito da Constituição e das Leis, traçando a linha precisa segundo a qual **não se atentasse contra o regimen vigente**, através de cuja prática honesta objetivamos, de futuro, as reformas indispensáveis à sua estabilidade definitiva".

"O fundamento das Democracias — É condição fundamental para a vida das democracias : 1.º) — ou a existência de partidos políticos cuja viabilidade se expresse nas legítimas deliberações dos seus componentes (condição hoje negada pelos chamados "coordenadores" de governos estaduais); ou a existência de corporações captadoras e ordenadoras da livre vontade dos cidadãos, classificados segundo interesses econômicos, intelectuais e morais de cada um e da Nacionalidade. Uma vez que este segundo tipo de Democracia não é vigente no

Brasil, segue-se que, na atual situação, **cumpra facultar o funcionamento dos partidos**".

"Uma confissão gravíssima — Se se confessar que é de todo impossível que os partidos livremente se manifestem sem interferência dos Governadores (diríamos hoje do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, dos Clubes Revolucionários, etc...) então se terá também confessado que o regime democrático representativo se encontra em agonia e urgem imperativamente reformas que lhe assegurem a vitalidade".

"A questão é de princípios — Não quero ferir com estas palavras a respeitabilidade pessoal de cada um dos senhores governadores, quer daquele que se adiantou manifestando a sua preferência por um candidato, quer daqueles que temeram a iniciativa de se reunirem para coordenar a opinião da maioria dos atuais executores do Estado de Guerra. Estou levantando, não uma questão pessoal, mas uma questão de princípios.

A campanha eleitoral ainda não foi aberta e é cedo para entrarmos no mérito das preferências. O momento é para se levantar esta preliminar, em face da Constituição e nas circunstâncias do Estado de Guerra, preliminar que eu ofereço ao estudo do Poder Judiciário da República, como interprete, sem contraste do espírito constitucional e legal..."

"A atitude do Integralismo — Temos todo o interesse em que as eleições se realizem" (também se falava em golpes naquele tempo...) "Pomos todo o empenho em que a ordem seja respeitada no país. Queremos a paz necessária às lutas eleitorais. Não nos animam quaisquer intuitos de violência. Não estamos ligados a **quem quer que seja** fora das nossas fileiras. Respeitaremos as autoridades constituidas como queremos que elas respeitem nossos

legítimos direitos, dentro da Lei e Perante a Justiça. Dêsse caminho não nos apartaremos”.

“O comunismo — A Ação Integralista Brasileira sabe que, infiltrados nas duas correntes” (exatamente como agora, 18 anos depois!) ”estão habilíssimos agentes do bolchevismo, a obedecer a palavra de ordem do Comintern e a preparar ambientes propícios à traição da Pátria”.

.. “A idéia dos partidos nacionais — A Ação Integralista Brasileira, para se colocar dentro da Constituição vigente e da teoria política de seus próprios adversários, apela para o último recurso com que se possa salvar a idéia do partido político nacional na sua máxima pureza democrática”.

“Os golpistas — Os adversários da Ação Integralista Brasileira... que gritam com toda a força dos pulmões ser necessária uma união sagrada contra aqueles que querem destruir as famosas liberdades democráticas, são justamente êsses que pretendem desferir o golpe de morte no regimen que dizem defender”.

“Pela Lei e confiantes na Justiça — Com estas disposições iremos ao pleito. Iremos confiados nas garantias que nos oferecem a Constituição e as Leis do país. Iremos confiados na toga imaculada do Poder Judiciário”.



Êstes pequenos trechos do longo discurso de 1937 foram extraídos e passados para estas páginas para que os leitores os confrontem com a minha Mensagem ao Povo Brasileiro, que se encontra no capítulo anterior.

Dizem muitos que mudei. Que agora sou li-

beral-democrata. Que antigamente era diverso o meu modo de falar. Mas eu compareci ao pleito de 3 de outubro de 1955, com o mesmo pensamento, a mesma linha de conduta, quasi com as mesmas palavras com que me apresentei ao sufragio da Nação em maio de 1937, iniciando a campanha para o pleito de 3 de janeiro de 1938, que não se realizou por motivo do "golpe" de 10 de novembro de 1937.

Os discípulos de Vargas, que se dizem seus adversários mas adotam exatamente sua doutrina golpista, aplicada em 1930 para impedir a posse do Presidente eleito, como de fato impediu, e em 1937 para impedir a realização das eleições presidenciais, como de fato também impediu, êsses discípulos já pregavam o golpe quando lancei a minha candidatura a 21 de março de 1955.

Daí o tom do meu discurso na noite daquele dia, no Palácio Tiradentes. Eles continuaram a falar em "golpe", antes de terem um candidato e continuaram a falar a mesma coisa depois que perderam as eleições. São os defensores da Democracia, que acusavam e acusam o Integralismo de totalitário. Quanto a mim, apesar de todos os desmemoriados (e alguns atacados pela amnesia dentro de minhas próprias fileiras, felizmente bem poucos) e apesar de todos os que enlouqueceram sob a ação hipnotica de plunitivos irresponsáveis, continuei na mesma posição.

Bem sei quanto é difícil manter a dignidade doutrinária e a fidelidade a princípios, quando essas palavras perdem a significação numa época de ferozes pragmatismos e confusões desnorteadoras. Mas é preciso cumprir o dever.

IV

DECLARAÇÃO DE BENS

A partir de abril, se bem me recordo, iniciou-se pela imprensa uma campanha, que exigia dos candidatos à Presidência da República a declaração dos bens que possuíam, com o fim de ser investigada a origem dos mesmos e, também, para no caso de eleição de qualquer dos candidatos, saber a Nação com quanto o novo Presidente entrava no Poder, pois dêsse modo saber-se-ia se roubou durante o seu mandato, conforme saísse com fortuna maior do que aquela que declarara.

Dizer-se isto é confessar que o Brasil chegou ao extremo da degradação moral, ninguém mais merecendo confiança do povo. Mas o fato é que o assunto foi objeto de discussão na Câmara dos Deputados, sendo nomeada uma Comissão de Inquérito para apurar a veracidade das declarações dos candidatos à Presidência da República, cuja palavra era posta em dúvida!

Não possuindo eu nenhuma fortuna, tive um certo acanhamento de me apresentar como o primeiro, ou dos primeiros a fazer declarações, pondo por meúdo a narrativa da minha sub-mediania de homem comum.

Retardei, portanto, a minha declaração, até

junho de 1955. No dia 20 daquele mês, enviei ao Deputado Luis Alexandre Compagnoni, líder da Bancada do P.R.P. na Câmara dos Deputados, uma carta em que, não somente arrolei o pouco que tenho, mas também fiz relato pormenorizado das origens desse pouco, pois entendi que o principal, no caso, era oferecer tôdas as indicações para que a Comissão de Inquerito pudesse investigar.

Muito me admirei de não ter querido a Comissão verificar a veracidade das minhas informações. Talvez assim procedesse porque a minha "declaração" era excessivamente minuciosa, o que a torna completa. Seja lá como for, agradeço à Comissão de Inquerito a homenagem que me prestou com o seu eloquente silêncio.

A carta ao Deputado Compagnoni foi a seguinte :

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1955

Prezado Amigo Deputado Luís Alexandre Compagnoni.

Tem esta o fim de autorizá-lo a levar ao conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquerito da Câmara dos Deputados a seguinte declaração dos bens que possuo com a origem de onde vieram :

1) — Em consequência de casamento no regime de comunhão de bens, sou meeiro na parte de 1/14, havida por minha mulher em herança de seu pai, sobre os imóveis Agrícola Pastoril Santa Luzia e Agrícola Pastoril Boa Vista, no município de Taquaritinga, Estado de São Paulo, partes avaliadas em inventário, no ano de 1946, respectivamente por Cr\$ 18.571,40 e Cr\$ 27.428,57. Pela mesma origem sou meeiro numa parte (1/14) de uma

casa na cidade de Taquaritinga, a qual foi avaliada no mesmo ano de 1946, por Cr\$ 4.794,28. Esses bens, dada a desvalorização da nossa moeda e correspondente valorização de terras e imóveis outros, devem hoje valer muito mais, porém eu mesmo nunca cogitei de saber disso, por se tratar de bens cuja administração e usufruto entregamos a D. Maria Pagliuso Patti, mãe de minha mulher. D. Carmela Patti Salgado e minha sogra, a qual é meeira de todos os bens deixados por meu sogro sr. Fortunato Patti. Há ainda, nas mesmas condições, 20 alqueires de terras na comarca de Formosa, Estado de Goiás, no valor de Cr\$ 2.000,00, correspondendo a minha mulher, de que sou meeiro, uma parte no valor de Cr\$ 142,85. Essa parte decorre também daquele inventário.

2) — Estou obtendo financiamento na Caixa Econômica Federal, (Processo n.º 28.000) para a compra do apartamento em que resido, à Rua Samuel Morse, 12, ap. 902. No ato da escritura de compromisso de compra e venda, paguei à vendedora a quantia de Cr\$ 350.000,00, obtendo essa quantia por empréstimo em Banco, o qual estou amortizando com dinheiros auferidos por direitos autorais a mim pagos por várias editoras entre as quais a Atica, de Lisboa; Livraria Clássica Brasileira, do Rio; Editora das Américas, de S. Paulo.

3) — Possuo direitos autorais sobre os seguintes livros por mim escritos :

- “O Estrangeiro”, 4.^a edição;
- “O Esperado”, 4.^a edição;
- “O Cavaleiro de Itararé”, 4.^a edição;
- “A Voz do Oeste”, 4.^a edição;
- “O sofrimento universal”, 4.^a edição;
- “A quarta Humanidade”, 5.^a edição;
- “Psicologia da Revolução”, 4.^a edição;

- "Despertemos a Nação", 2.^a edição;
"Nosso Brasil", 2.^a edição;
"Geografia sentimental", 3.^a edição;
"Páginas de combate", 2.^a edição;
"Cartas aos camisas-verdes", 2.^a edição;
"A doutrina do Sigma", 3.^a edição;
"Palavra Nova dos Tempos Novos" 3.^a edição;
"Tabor", 1.^a edição;
"O que é o integralismo", 4.^a edição;
"VIDA DE JESUS", 15 edições em língua portuguesa, 2 em língua espanhola, 1 em língua italiana;
"Conceito Cristão da Democracia", 2 edições em Portugal e uma no Brasil;
"A mulher no século XX", 2 edições em Portugal e 2 no Brasil;
"Primeiro, Cristo", 1.^a edição em Portugal;
"Madrugada do Espírito", 2 edições em Portugal e 2 no Brasil;
"A imagem daquela noite", 1.^a edição em Portugal;
"Como nasceram as cidades do Brasil", 2.^a edição, em Portugal;
"A Aliança do Sim e do Não", 2 edições em Portugal e 3 no Brasil;
"O Poema da Fortaleza de Santa Cruz", 2 edições brasileiras;
"Extremismo e Democracia", 1.^a edição;
"Viagens pelo Brasil", 1.^a edição;
"O Oriente", 3.^a edição;
"Literatura e Política", 1.^a edição;
"A anta e o curupira", 1.^a edição;
"O espírito da burguesia", 3.^a edição;
"A tua Cruz, Senhor...", 2.^a edição;
"São Judas Tadeu", 1.^a edição;
"Direitos e Deveres do Homem", 2.^a edição;

- "Discursos" 1.^a série, 1.^a edição;
- "O Integralismo perante a Nação", 2.^a edição;
- "Boa Nova", opusculo, 1.^a edição;
- "Como se prepara uma China", opusc. 2.^a ed.;
- "Mensagem às pedras do deserto", 2.^a edição;
- "O ritmo da História", 1.^a edição;
- "Discursos às estrelas", 1.^a edição;
- "Reconstrução do Homem", no prelo;
- "Sete noites de Joãozinho", no prelo;
- "O cavaleiro de Miranda e José Bonifácio", inédito;
- "Trepandé", inédito;
- "A inquietação espiritual na literatura Brasileira", inédito;
- "Roteiro e crônica de mil viagens"; inédito;
- "Críticas e prefácios"; inédito;
- "Estudos brasileiros", em 2 volumes; inédito
- "Discursos", 2.^a série; inédito;
- "Contos e fantasias", inédito;
- e outros em preparação.

Uma parte desses livros consta de contratos de direitos autorais para uma edição apenas, achando-se desonerados para as seguintes, e outra parte está livre de quaisquer contratos.

Os honorários que recebo em cada edição correspondem a 10% sobre os preços de venda, no Brasil, e em Portugal me pagam 20%.

Não posso calcular o valor em dinheiro de todos esses direitos autorais, que me pertencem em vida e depois de minha morte a meus herdeiros. Sei, apenas, que esse patrimônio foi o resultado de um trabalho exaustivo, em que gastei horas noturnas a fim de dedicar meus dias à vida pública.

4) — Um automóvel tipo médio (220) Mercedes, comprado em março de 1953, pela quantia de Cr\$ 148.000,00, que paguei do seguinte modo :

Produto da venda de um Dodge já velho, que em 1946, me deram meus amigos	50.000,00
Comissão sobre anúncios que angariei para o jornal "A Marcha" ...	20.000,00
Promissórias a 60 e 90 dias, no Banco Irmãos Guimarães, de 35 contos cada uma, que resgatei depois com dinheiros ganhos de editores	70.000,00
De minhas economias particulares	8.000,00
	148.000,00

5) — Minha biblioteca, com cerca de 8.000 volumes, adquirida no curso de longos anos, sendo grande parte oriunda de presentes. Constitui meu instrumento de trabalho e não posso precisar o valor, uma vez que em se tratando de livros êsse valor varia conforme a estimativa.

6) — 300 ações ao portador da Livraria Clássica Brasileira S/A — do valor nominal de Cr\$ 500,00 cada uma, as quais recebi por transações sobre direitos autorais, a mim atribuídos por Livrarias de Portugal.

7) — Os móveis de minha casa foram adquiridos parte em Portugal onde estive exilado 8 anos, com dinheiro ganho de editores e de jornais em que escrevi, a fim de não onerar demasiadamente os amigos que me auxiliaram naquele período amargo da minha vida; outra parte paguei em prestações estando a dever algumas.

DÍVIDAS :

Devo, presentemente, em vários bancos, estando prevista a forma de serem pagos, com os resultados de meus trabalhos, principalmente mediante

os contratos que tenho com a Editora das Américas, de São Paulo, que está publicando uma edição de minhas Obras Completas.

Eis ai, meu caro Deputado Compagnoni, a minha vida como um livro aberto. Quero acrescentar o seguinte :

Nunca ocupei, cargos públicos, a não ser, de 1927 a 1930, o de deputado estadual no Estado de São Paulo.

Nunca recebi dinheiro de governos, sob nenhum pretexto, nem nos âmbito federal, nem no estadual, nem no municipal.

Nunca tive comissões no exterior.

Além do exercício de minhas atividades, de escritor, tenho sido jornalista desde 1919 até hoje, ganhando salários, não como empregador, mas como empregado.

Poderei dar esclarecimentos totais sôbre tudo o que ganhei e de quem ganhei, desde os 17 anos de idade até ao presente.

Não faço alarde de pobreza. A pobreza, por si só, não é virtude, porque existem homens pobres nos quais não se pode confiar, como existem ricos honestos, que juntaram o que tem pelo trabalho aliado ao bom senso. O essencial não é apenas dizer-se o que se tem, mas como se tem e de onde veio o dinheiro para se ter.

Ponho-me à disposição da Comissão de Inquérito para qualquer esclarecimento e muito me satisfará se ela mandar verificar a verdade do que aqui declarei.

Com os agradecimentos e a estima de sempre

(a) Plínio Salgado.



DESPEZAS COM A PROPAGANDA

— Como arranjar dinheiro para as despesas da propaganda ?

Eis a pergunta que me foi muitas vezes dirigida pelos cétricos, ou pelos malevolos, quando me decidi a enfrentar a luta, sem apóio de Governos Estaduais, sem coligações partidárias, sem escoras de grupos financeiros.

Os cétricos não faziam a pergunta por mal, porém em tom desanimado. Os malevolos faziam-na como uma insinuação perfida de quem imagina que por detraz da minha resolução inabalável havia mistérios financeiros.

A primeira suposição dêstes malvados fôra a de que o Banco Nacional Interamericano, de São Paulo, não estaria alheio ao que êles chamavam de “aventura política”. E isso pelo fato de ser diretor superintendente daquele estabelecimento o Dr. Orozimbo Roxo Loureiro, irmão de meu genro, o deputado Loureiro Junior. Na sua cegueira, não atentavam para o fato de que o Dr. Orozimbo pertencia ao P.R. e por êste fôra eleito deputado, colocando-se politicamente em posição adversa a seu irmão, que fôra candidato na mesma eleição pelo P.R.P. na chapa do P.S.D. Ignoravam que nem pes-

soalmente o superintendente do B.N.I., nem o próprio Banco algum dia me deram qualquer cooperação, quer do ponto de vista partidário, quer em relação a obras sociais ou culturais por mim empreendidas. E quando, por circunstâncias que não me compete examinar, aquele Banco foi levado a uma liquidação extra-judicial, os meus secretos adversários ficaram convencidos de que haviam matado a minha candidatura, a qual ficaria sem os recursos necessários à sua propaganda.

E, logo, por intermédio de um escriba de quinta categoria que comparecia nas colunas de "O Jornal", julgando morta a minha candidatura, trataram de jogar-lhe terra em cima, desmoralizando-a com a insinuação de que ela como "aventura política", fôra também o produto de uma "aventura financeira". E todos os ataques que me fizeram nêsse período traziam invariavelmente o veneno distilado ofidicamente e que consistia em fazer constar dos artigos, contra mim publicados, insinuações a respeito de um Banco com o qual nem o P.R.P., nem as minhas organizações sociais e culturais tiveram jamais relação.

Com surpresa para êsses caluniadores, a minha propaganda prosseguia. Donde vinha o dinheiro? Uma vez que o Banco sôbre o qual pairavam suas suspeitas havia cerrado as portas numa liquidação extra-judicial, como é que Plínio Salgado arranjava dinheiro? Restava a suspeita sôbre outros. Mais um Banco, no Rio, foi posto fora de combate; outro em São Paulo, resistiu galhardamente uma corrida em consequência de notícias estampadas em jornal comunista. A pesquisa continuava. Como nada se provasse, lançaram os boatos de que os sustentadores da minha candidatura eram industriais de São Paulo.

Essas miseráveis insinuações prosseguiram. E como nada se provava, voltava-se ao ponto de partida: acusavam-me de ter, em certa ocasião, ido ao Ministério da Fazenda, para implorar do sr. Oswaldo Aranha recursos do Banco do Brasil para o Banco Nacional Interamericano.

Ora, eu só procurei o meu amigo Oswaldo Aranha no Ministério da Fazenda, duas vezes. A primeira, para agradecer-lhe a nomeação que eu lhe solicitara do Dr. Raimundo Barbosa Lima para o seu Gabinete; fui em companhia dêste o qual assistiu a minha conversa com Oswaldo; e é testemunha de que não teve nenhuma relação com o B.N.I. O dr. Barbosa Lima confirmará esta minha declaração se for solicitada por quem quer que seja. A segunda vez, procurei Oswaldo Aranha para um assunto particular, que foi a solicitação de um empréstimo no Banco do Brasil, mediante garantia da parte em fazendas onde sou condômino, no interior de São Paulo, e como meios de pagamento os contratos com meus editores, Livraria Clássica Brasileira e Editora das Américas, que me facultam uma renda respectivamente de dez mil cruzeiros mensais a primeira e trinta e cinco mil cruzeiros a segunda. Expliquei a Oswaldo que não desejava falar diretamente com Marcos Sousa Dantas, então Presidente do Banco do Brasil, por ter sido êle um antigo integralista.

Pois bem; estavam na ante-sala, quando cheguei, os deputados Raimundo Padilha, Wolfran Metzler e Loureiro Junior. Se por acaso eu fosse tratar de assuntos do B.N.I., é evidente que não seria Loureiro Junior, irmão do superintendente daquele Banco que iria espalhar a notícia. Restam os outros dois deputados cuja palavra deve ser solicitada porque ninguém mais me viu no gabinete do

sr. Oswaldo Aranha. Este, porém, que apesar de muitas divergências que temos tido, nunca faltou com a sua palavra esclarecedora sobre calúnias que me têm sido atiradas, poderá dizer quais foram os objetos de minhas duas visitas ao seu gabinete.

Minha campanha não foi, pois, financiada por nenhum Banco nem por industriais de São Paulo. Entre milhares de dirigentes de indústrias na Capital Bandeirante, se quatro ou cinco pessoas ligadas a qualquer estabelecimento concorreram individualmente para a minha campanha, foi o máximo, e com quantias que não autorizam a afirmativa de haverem financiado a minha propaganda. O dinheiro de que nos utilizámos veio do povo, pois pela primeira vez no Brasil, um candidato encontrava eleitores que pagavam para votar.

Vejamos como isso se deu.

*
* *

1) — O começo da arrecadação — A arrecadação de fundos para as despesas de propaganda da minha candidatura principiou no Distrito Federal, com a iniciativa dos Comitês Populares, constituídos por operários, comerciários e pequenos funcionários. Cada chefe de Comitê possuía uma lista, em que recolhia a assinatura e a declaração do doativo conseguido. Já no mês de março, essa arrecadação atingia a mais de vinte mil cruzeiros. Todos os dias 10 de cada mês compareciam os chefes de Comitês e, respondendo à chamada iam à mesa entregando a lista mensal e o dinheiro arrecadado. Era comovente. Havia listas com mais de uma centena de assinaturas, somando quantias de dois ou três mil cruzeiros, sendo interessante verificar que

as contribuições variavam entre quantias de um, dois, cinco cruzeiros, até cem cruzeiros, cada qual de acôrdo com suas possibilidades. Já no mês de julho, o total mensal arrecadado ia a oitenta e tantos mil cruzeiros e, nos últimos meses, ultrapassava a cifra de cem mil.

Era o dinheiro dos pobres, com o qual fizemos nossos primeiros cartazes.

2) — Campanha das promissórias — Depois de fixar a origem operária dos fundos da propaganda, lançámos, para a classe média, a chamada “campanha das promissórias”, no Distrito Federal e na Capital Paulista.

Essa campanha consistia no seguinte :

Os companheiros e simpatizantes que se achavam em condições de o fazer, aceitavam promissórias a 60, 90 e 120 dias, no valor respectivo de 3,3 e 4 mil cruzeiros, ou de 6,6 e oito mil cruzeiros. De posse desses títulos, avalisados por pessoas idoneas, ia-se a um Banco, onde eu aceitava um título maior, correspondendo à soma de todos os títulos pequenos, que eram dados em garantia e em cobrança. O título maior, de meu aceite, levava o aval de duas pessoas conceituadas no comércio, escolhidas entre os meus partidários, ou quando o Banco se julgava suficientemente garantido com apenas um aval, assim se procedia.

No Distrito Federal fizemos duas operações desse genero. Numa delas, o título maior, de meu aceite, foi avalisado pelos nossos companheiros de partido Renato Hanzelmann, industrial e Antonio Teixeira Garrido, diretor de emprêsa imobiliária; na outra, bastou a co-responsabilidade do Dr. Paulo Raposo Bandeira, medico e funcionário.

O total apurado nessas operações bancárias foi de Cr\$ 600.000,00, porém como muitos companhei-

ros preferiram, em vez de aceitar as promissórias, fazer pagamento em cheques ou em moeda corrente, o total apurado nessa campanha, no Distrito Federal, foi de Cr\$ 730.000,00.

Em São Paulo, operámos também em dois Bancos. Em um deles, por êsse mesmo processo, levantámos Cr\$ 700.000,00; em outro Cr\$ 300.000,00.

Temos ahi um total, da campanha das promissórias, de Cr\$ 1.730.000,00.

Parte dêsse débito nos dois Bancos do Rio e nos dois de São Paulo ainda não foi coberto por se acharem em cobrança os últimos títulos pequenos de que temos falado acima.

Somando-se aos Cr\$ 475.894,00 obtidos na campanha dos Comitês Populares do Distrito Federal, temos Cr\$ 2.205.894,00.

3) — **Donativos de companheiros e simpatizantes** — Os donativos de companheiros e simpatizantes oriundos de todo o território Nacional montaram a Cr\$ 4.740.000,00. Houve casos como o do companheiro Juvenal de Oliveira, de Vitória da Conquista, que além do dispendido por sua conta naquela cidade e afora contribuições menores obtidas no município, concorreu de seu bolso com Cr\$ 200.000,00, para a caixa nacional da campanha. Houve as contribuições valiosíssimas de Itabuna, Ilhéus e Salvador, onde se arrecadaram, em donativos de companheiros e simpatizantes, apreciáveis quantias. Fato idêntico se deu em muitas cidades do Paraná, São Paulo, Minas, Santa Catarina, Distrito Federal, Espírito Santo e Estado do Rio, o que tudo atingiu, com 109 doadores de quantias variáveis a soma de Cr\$ 4.740.000,00.

Campanha do Rádio — A campanha do Rádio esteve a cargo, no Distrito Federal, do Deputado Luís Compagnoni; em São Paulo, do dedicadíssimo

batalhador Ricardo Gonçalves; nos Estados, a cargo de cada Comité Estadual, e nos Municípios a cargo de cada Comité Municipal.

Não darei os dados precisos das despesas em São Paulo e nas demais Capitais, por ser assunto referente a arrecadações e dispêndios nos respectivos âmbitos de cada Estado e o mesmo acontece em referência aos Municípios. Dessas arrecadações especificamente destinadas às finalidades das irradiações, existem, em cada Estado e Município, dados completos.

Vejamos no Distrito Federal, sob a responsabilidade do Comité Nacional de Propaganda da minha candidatura.

Essa campanha esteve a cargo do Deputado Compagnoni, como se disse acima. Contratámos a Rádio Globo à razão de Cr\$ 20.000,00, por vinte e cinco minutos. No início da campanha, falei uma vez por semana; nos dois últimos meses, usámos o microfone duas vezes por semana.

O Deputado Compagnoni recebia, de todo o país, cheques enviados pelos radio-ouvintes. Eram dos mais variados valores, desde vinte cruzeiros até cinco mil. Com isso, pagou as irradiações da minha palavra, uma vez por semana nos primeiros meses e duas vezes nos últimos. Pagou ainda irradiações especiais, importando tudo, Rádio Globo e outras emissoras, em Cr\$ 1.160.000,00. Faltaram, no final da Campanha, perto de Cr\$ 60.000,00, para liquidar nossas contas na Rádio Globo, mas para isso, Compagnoni e eu aceitámos uma promissória, que descontámos em Banco, e que deveremos pagar, se não formos acudidos por algum ou alguns auxílios nêstes próximos 90 dias...

4) — Campanha dos Bonus — Já um pouco tardiamente, lançámos a campanha dos Bonus. Eram

cédulas de 10, 20, 50, 100, 200 e 500 cruzeiros, que foram distribuídos nos Estados. Reproduzimos alguns tipos de tais cédulas nos clichés anexos. Eram vendidos, nas cidades do Interior, ou por emissários para ali enviados, ou diretamente pelos Comitês de Município. Nas grandes Capitais, instalavam-se barraquinhas, a cargo de senhoras e senhoritas que vendiam as cédulas e, ao mesmo tempo, distribuíam material de propaganda aos transeuntes.

O resultado da venda dos bonus, conforme o caso, era empregado da seguinte forma: uma parte para despesas locais; outra parte para despesas estaduais; outra parte para despesas nacionais. Muitas vezes, ficava tudo para as despesas estaduais, como foram os casos do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio; outras vezes, a renda se destinava exclusivamente a despesas no município; e em certos casos vinha tudo para o Comité Nacional, como aconteceu em relação a vários municípios da Bahia e de Minas.

Dada a variedade das combinações entre o Comité Nacional e os Estados e entre os Estaduais e Municipais, ainda não chegaram de todos os pontos do território do país dados precisos sobre o volume dessa arrecadação por meio de bonus. Mas como estou aqui me referindo à parte diretamente por mim fiscalizada, que é a relativa ao Comité Nacional, posso informar que a êste tocou, nesse gênero de contribuições, a quantia de Cr\$ 1.188.140,00.

5) — Venda de material de propaganda — A venda de material de propaganda (bandeirolas, distintivos, retratos artísticos, fósforos, lapis, carteirinhas, flâmulas, livros, discos, objetos diversos) deduzido o capital empatado na confecção e outras despesas, deu um lucro líquido, na parte devida ao

Comité Nacional, de Cr\$ 388.141,50.

Em resumo :

Arrecadação do Comité Nacional

Comités Populares do Distrito Federal	475.894,00
Campanha das Promissórias (Rio-São Paulo)	1.730.000,00
Donativos de companheiros e simpatizantes em todo o país	4.740.000,00
Campanha do Rádio	1.102.480,00
Campanha dos Bonus (parte recebida pelo C. N.)	1.188.140,00
Venda de material (lucro)	388.141,50
Total	9.584.655,50

Despesas do Comité Nacional

Pagamento aos jornais "Diário da Noite", "Tribuna da Imprensa", "O Jornal", "Gazeta de Notícias", "O Radical", "A Noite", "Mundo Ilustrado", do Rio; "Diário de S. Paulo"; "Correio do Povo", de Porto Alegre, para publicação do discurso de lançamento da candidatura	217.160,00
Pagamentos à Rádio Globo e outras, a cargo do Deputado Compagnoni	1.160.000,00
Retransmissão do discurso de Plínio Salgado no dia do lançamento da candidatura em estações do Rio e dos Estados, não incluindo as que foram pagas pelos Comités locais	142.000,00

Irradiações de comícios na Capital da República e nos Estados, além das que foram pagas pelos Comitês Estaduais	320.000,00
Retransmissões da Rádio Globo, durante a campanha, além das que foram custeadas por Comitês Municipais	74.000,00
Publicações de várias propagandas em jornais do Rio, de São Paulo e outros, além dos custeados pelos Comitês Estaduais	25.600,00
Suprimentos ao jornal "A Marcha", para distribuição gratuita de .. 65.000 exemplares, além de sua tiragem normal, em 5 meses	350.000,00
Impressão de cartazes no Rio	700.000,00
Impressos diversos (folhetos, boletins, bonus, diplomas, cartões, retratos, recibos, listas, selos, e outros, no Rio	1.420.833,30
Passagens de avião para todos os Estados, enviando oradores, emissários, coordenadores e algumas vezes o candidato e sua comitiva	722.655,00
Avião da Nacional fretado para viagem a diversas cidades da Bahia	140.000,00
Avião da Real, fretado para viagem do candidato e comitiva a Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará e regresso até Salvador	322.000,00
Avião da Real fretado para viagem ao Norte do Paraná e Alta Sorocabana (São Paulo)	85.000,00

Suprimentos para a permanência de coordenadores em Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás	185.000,00
Aluguel da sede do Comité da Juventude Bandeirante, em São Paulo, durante 5 meses	150.000,00
Despesas conforme discriminação em demonstração apresentada por Mario Cabral Junior, deduzidos os pagamentos por suprimentos de Plínio Salgado já mencionados em outra rubrica e incluídos pagamentos que fez no Rio	1.947.741,10
Material fotográfico, ordenado de fotografos, viagens e estadias dos mesmos em diversos pontos do país	83.832,00
Despesas em São Paulo, supridas com os fundos da Campanha das Promissórias realizadas naquela Capital (Cr\$ 1.000.000,00) e com parte dos donativos obtidos naquele Estado	2.100.000,00
Despesas de correios e telegrafos, telefones interurbanos e inter-estaduais, em 7 meses	135.329,80
Material de escritório e artigos de papelaria	62.111,80
Descontos bancários, juros e comissões de remessas	95.151,20
Despesas de remessas de material por via aérea	152.600,00
Viagens de automóvel, concertos de carros, compras de pneus, taxis	

diversos e transportes de material via terrestre	101.226,00
Despesas do Gabinete da Presidência do P.R.P. durante 7 meses..	154.000,00
Estampilhas para promissórias	20.760,00
Ao "Jornal Pequeno", de Recife	160.000,00
Pequenos donativos a instituições de caridade, esportivas, literarias e auxílios pessoais, em todo o país	45.000,00
Ordenados a funcionários, em 7 meses	42.000,00
Soma.....	11.184.000,00

Como se vê, houve um deficit para o Comité Nacional de Cr\$ 1.559.344,70.

A Campanha das cédulas — O deficit acima ficou reduzido a Cr\$ 1.487.833,20, por motivo da chamada "campanha da cédula", lançada quando se supunha que não seria aprovada a "cédula única" pelo Congresso. Nessa ocasião, apelei para todos os municípios, no sentido de me enviarem ajuda, pois estavam desprevenidos em face de uma despesa de milhares de contos. Logo depois, foi aprovada a cédula única, deixando os municípios, na sua quasi totalidade, de me enviar aquele socorro, pois não havia mais precisão dêle. Entretanto, alguns, que se adiantaram, perfizeram a quantia de Cr\$ 71.511,50, que foi aplicada em pagamento de nossas dívidas. Ficaram, pois, estas, reduzidas a Cr\$ 1.487.833,20, o que constitui a nossa maior aflicção após a campanha.

*

* *

Sôbre a veracidade das informações e das ci-

fras que apresento neste capítulo, autorizo meus leitores a fazerem suas verificações, caso queiram, com as seguintes pessoas, que lhes darão trocado por meudo o que sucintamente menciono aqui. No Rio : Vicente Meggiolaro, Ernani Lomba Ferraz, Paulo Raposo Bandeira; em São Paulo : Celso Monteiro, Mario Cabral Junior.



Houve grande admiração pelo que os meus inimigos chamaram a “espetacular propaganda” da minha candidatura. Eles teem razão. Pois além dêses 11.184.000,20 despendidos pelo Comité Nacional de Propaganda, teremos de anotar as despêsas dos Comités Estaduais e as dos Comités Municipais, cujos dados ainda não possuo, mas suponho darão, logo que me cheguem todos, uma quantia igual à dispendida pelo Comité Nacional.

Em cada município, pintaram-se paines artísticos nos muros; imprimiram-se boletins; fizeram-se cartazes, irradiaram-se programas em estações locais. Pelas estradas, nas pedras, nas porteiras, nas árvores, viam-se dizeres inscritos por êsses bravos companheiros. Eles não pouparam sacrifícios.

Nas Capitais dos Estados, os Comités Estaduais se esforçaram heroicamente, quer no serviço do angariamento de fundos, quer na execução dos seus planos de propaganda. Houve companheiros que se arruinaram. Houve gente pobre e até pauperrima, que deu o máximo que podia e até o que não podia. Foi uma campanha como nunca se viu no Brasil, em tempo algum.

A renda dos comícios — Os outros candidatos

perguntavam: "quanto custou êsse comício?". Eu perguntava: "Quanto rendeu êsse comício?".

Em Belo Horizonte, aberta a bandeira para que o povo depositasse os seus óbulos, verificou-se uma arrecadação de 87 mil cruzeiros. Em Campinas, o comício rendeu mais de 30 mil; na Capital da República, o povo depositou na bandeira que se abriu na Esplanada do Castelo, cento e três mil cruzeiros. Essas importâncias pertencem às receitas locais e não entram no compute da arrecadação nacional. Quando tivermos os dados completos de todos Estados e Municípios, ver-se-á o esforço formidável dêsses oitocentos mil eleitores que pagaram para votar. Mas a demonstração que fiz da receita e das despesas do Comité Nacional já é suficiente para evidenciar ao povo brasileiro a origem dos dinheiros de que nos servimos nessa propaganda a qual não contou com o apôio dos Governos Estaduais e das suas facilidades... Nem de grupos financeiros. Nem de caixinhas antecipadamente preparadas, sabe Deus como.

O próprio povo presenciou, junto às bancas onde vendíamos bonus e material de propaganda, de onde vinha o dinheiro para a nossa campanha.

Milhares de brasileiros, que concorreram com suas contribuições, nos âmbitos municipais, estaduais e no nacional, são as melhores testemunhas da limpeza, correção e honestidade com que agimos, os encarregados da propaganda e eu próprio no transcurso de tôda a batalha eleitoral.

VI

INCOMPATIBILIDADE DOUTRINÁRIA COM O SOCIALISMO

O que distingue a orientação traçada pela direção do P.R.P. daquelas adotadas pelos partidos brasileiros é a sua intransigência doutrinária. Somos sempre propensos a conversações, acôrdos, alianças, coligações, sempre que não firam os princípios da nossa doutrina.

Não houve uma só eleição para Presidente da República, para Governadores de Estados ou para Senadores, em que, não tendo o P.R.P. candidato próprio, não fizesse preceder o seu apôio a qualquer candidato extranho a sua grei de uma carta solicitando uma definição doutrinária. Em nosso arquivo guardamos as respostas de ilustres brasileiros, as quais foram atentamente examinadas pelo nosso Diretório Nacional, antes de decidir apoiar êste ou aquele nome.

Entre as normas estabelecidas para a ação política do P.R.P. no país, uma foi emanada pelo órgão supremo dirigente, autorizando os Diretórios Regionais e os Municipais a entrar, quando entendessem, em acôrdos ou alianças com os demais partidos brasileiros, menos o Partido Comunista e o Partido Socialista. Com êstes nunca fomos e nem iremos a eleições.

Podemos nos orgulhar de constituirmos o único partido que jamais teve em suas chapas elementos comunistas, nem mesmo por engano, porque para evitar esse engano, mantemos um Serviço de Informações e um fichário com centenas de milhares de nomes reconhecidamente comunistas ou evidentemente suspeitos.

Quanto ao Partido Socialista, não fazemos distinção entre êle e o Partido Comunista, pois a base de ambos é o materialismo dito científico ou dialético, ao passo que a nossa doutrina política se baseia no espiritualismo cristão.

O Socialismo é, bem examinado, mais materialista do que o Comunismo, pelo menos quanto à concepção de suas respectivas técnicas de ação.

O Comunismo é apenas uma seita do Socialismo. Ambos procedem de Carl Marx. E nem êste, nem os teóricos como Kautzky ou Plekanov, se dizem comunistas, porém socialistas.

Na Rússia, o novo regimen leninesco tem o nome de "União das Repúblicas Socialistas Soviéticas", e não "das Repúblicas Comunistas Soviéticas".

Qual então a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Comunista? Acaso é a de princípios? Não, porque ambos se inspiram no ateísmo, no materialismo. Ambos negam a existência de Deus e a imortalidade da alma humana. Trata-se, porventura, de uma divergência de fins? Não; porque ambos objetivam a absorção pelo Estado das propriedades particulares, das liberdades dos indivíduos e dos grupos naturais.

Em que consiste, portanto, a diferença entre o Partido Comunista e o Partido Socialista?

Consiste no seguinte: o Partido Comunista entende que as elites revolucionárias podem inter-

ferir nos acontecimentos históricos, aproveitando-se dos processos psicológicos das massas em momentos adequados, precipitando o desenvolvimento das diferentes fases da evolução do sistema político capitalista, no sentido de apressar a implantação do Estado Socialista; enquanto o Partido Socialista filia seus processos à ortodoxia materialista, que não admite o livre-arbitrio do Homem, como fator de modificação do curso evolucionista da História.

O partido Comunista, desde quando Lenine, em Zimmerwald, rompeu com a Segunda Internacional, passou a valorizar a capacidade de interferência dos chefes, no processo psicológico determinante de condições propícias à explosão revolucionária ou ao golpe de Estado.

Nestas condições, o Partido Comunista embora ateu e materialista como o Partido Socialista, transige com o espiritualismo, aceitando a possibilidade da intervenção do livre-arbitrio humano, no desenvolvimento determinista dos fatos econômicos e sociais, ao passo que o Partido Socialista é coerente com o seu ateísmo e materialismo, uma vez que rejeita a Revolução e mantém a linha doutrinária do determinismo, que decorre muito mais rigorosamente da concepção materialista da Vida e da História.

Por êsse motivo o P.R.P. proíbe, desde a sua fundação, qualquer aliança de seus partidários, tanto com o Partido Comunista, como com o Partido Socialista.

*
* *

Pois bem; a candidatura do General Juarez Távora foi registrada pelo Partido Socialista Bra-

sileiro. Pergunto : em face das considerações acima, podia o P.R.P., mesmo aceitando para argumentar a hipótese de que tanto a agremiação como o seu candidato rompessem com graves compromissos assumidos perante o Povo Brasileiro, podia o P.R.P. adotar a candidatura Juarez Távora ?

Não colhe o argumento de que o Partido Democrata Cristão também se ligou ao Partido Socialista na sustentação do nome do mesmo candidato. E isso pelos seguintes motivos :

I — O Socialismo vem sendo sistematicamente condenado pelos Sumos Pontífices, desde Pio IX, nas Encíclicas “*Qui pluribus*”, 1846; “*Noscistis et Nobiscum*”, 1849; e nas alocuções “*Quibus quantisque*”, 1849; “*Singulari quandam*”, 1854; “*Quanto conficiamur*”, 1863.

O seu sucessor Leão XIII, em 1878, dirigiu ao mundo uma Encíclica especialmente contra as diversas seitas socialistas. Foi a “*Quod apostolici muneris*”, em cujo texto é feita a distinção entre o Socialismo e o Comunismo, a ambos condenando veementemente. Referindo-se ao Socialismo, Leão XIII o qualifica com esta frase : “*peste proveniente de miasmas*”. E exorta os Bispos de todo o mundo, dizendo : “*Tomai o máximo cuidado para que os filhos da Igreja Católica não deem o seu nome nem façam favor nenhum a essa detestável seita*”.

Novamente, em 1881, Leão XIII volta a condenar os três grandes perigos do século, que “*se chamam comunismo, socialismo e nihilismo*”, os quais “*são tremendos monstros da sociedade moderna, cujos funerais representam*”.

Após essa Encíclica, que é a “*Diuturna*”, o grande Papa volta ao tema na Encíclica “*Libertas*”, não já se limitando a condenar o Socialismo, mas condenando os próprios socialistas que (diz) “*tão por-*

fiadamente maquinam para abalar os alicerces das nações”.

Finalmente, em 1891, Leão XIII desenvolve, de maneira completa, a crítica e a condenação do Socialismo, na célebre Encíclica **“Rerum Novarum”**. Nota-se que Leão XIII não fala em Comunismo, mas no próprio Socialismo, pois o Comunismo não é mais do que uma das expressões políticas do Socialismo.

Decorridos 40 anos, já no segundo quartel do nosso século, Pio XI comemora a **“Rerum Novarum”**, com a monumental **“Quadragesimo ano”**, na qual, distinguindo os dois ramos do Socialismo (o comunista, propugnador da violência, e o socialismo moderado) examina o que há nêste de aparentemente comum com as justas aspirações humanas, alertando, entretanto, os católicos, com estas palavras: **“Quem sòmente pretende isso, não tem motivos para agregar-se ao Socialismo”**. E previne, ainda, os católicos, dizendo-lhes: **“Não vá alguém pensar que os partidos ou grupos socialistas, que não são comunistas, se contentam todos, de fato ou de palavras, com isso apenas”** (refere-se à justiça social)” **“Eles suavizam, de algum modo, a luta de classes, ou a abolição da propriedade, porém não as suprimem”**.

E, mais adiante, em expressões definitivas, Pio XI declara: **“Socialismo religioso, socialismo cristão, são têrmos contraditórios; ninguém pode, ao mesmo tempo, ser bom católico e socialista verdadeiro”**.

E, de maneira perentoria, afirma que **“o socialismo é filho do liberalismo e pai do bolchevismo”**.

Coroando as exposições doutrinárias de seus antecessores, Pio XII — o atual Papa reinante — comemorou o cincoentenário da **“Rerum Nova-**

rum", referindo-se à Encíclica de Leão XIII e a "Quadragesimo ano", de Pio XI, que se tornou o documento atualizador e confirmador da Carta Universal de 1891. Fazendo-o, Pio XII confirma e proclama o valimento de ambas as Encíclicas que, de modo tão claro, condenam o Socialismo.

II — Em face da palavra da Igreja, não tem para nós o menor valor, como argumento, o fato de o Partido Democrata Cristão, por mero oportunismo político, haver-se ligado ao Partido Socialista, que é contra a Democracia por pretender que o Estado absorva os grupos naturais e os indivíduos, e é contra o Cristianismo por ser materialista.

Sei que, para iludir a boa fé de incautos, se disse que eu citara Encíclicas já derogadas, documentos pontifícios já invalidados por uma nova orientação da Igreja em favor do Socialismo. Quem afirma semelhante absurdo não pode ser católico. Porque :

- 1.º) — Adota um critério relativista da moral social e dos direitos humanos;
- 2.º) — Toma como condições efêmeras os princípios permanentes da doutrina da Igreja;
- 3.º) — Submete a essência do magistério da Igreja ao meramente circunstancial histórico, numa palavra o Eterno ao efêmero;
- 4.º) — Torna suspeito todo o ensinamento ministrado pela sucessividade dos Papas, uma vez que pode haver critérios teológicos e filosóficos sujeitos a mutações periódicas segundo os caprichos dos interesses políticos;
- 5.º) — Desconhece a absoluta concordância

da palavra emanada através dos tempos, pelos Pontífices.

O fato é que as Encíclicas de Pio IX, Leão XIII, Pio XI estão de pé nem houve palavra oficial que as tornasse nulas.

Por êsses motivos, tanto o P.R.P. como o seu candidato não deram a mínima importância às alegações de certos católicos que, tendo adotado uma política de nenhum modo cristã, nem democrática, pretenderam forçar-nos a assumir uma atitude idêntica.

III — A tradição do P.R.P. jamais se quebrou quanto à orientação traçada de jamais fazer alianças com o Partido Socialista nos pleitos eleitorais. Em 1950, tendo apoiado o Brigadeiro Eduardo Gomes para Presidente da República, numa aliança com a U.D.N. e com o P.L., procurou, em todos os Estados, fazer valer essa aliança nas eleições para Governadores. Entretanto, em São Paulo, o P.R.P. não pôde apoiar o candidato da U.D.N., o ilustre Dr. Prestes Maia, pelo simples fato de vir êle apoiado pelo Partido Socialista. Nas eleições para Governador, em Pernambuco, o candidato dos socialistas, aliado na ocasião aos comunistas, e reprovado pelo Arcebispo de Olinda, teve no P.R.P. um dos mais decididos opositores. Como se vê, trata-se de uma linha inflexível do nosso partido.

No capítulo 1.º dêste livro, mostrámos como os compromissos assumidos por Plínio Salgado já contavam perto de dois anos e correspondiam a uma atitude doutrinal irremovível. Lançada a sua candidatura, ela não podia ser objeto de negócio. Não podia ser retirada em favor de qualquer candidato. Mas, se o General Juarez Távora tivesse procurado Plínio Salgado, como em 1950 o procurou o Brigadeiro Eduardo Gomes, mesmo assim não seria pos-

sível a retirada da candidatura lançada pelo P.R.P., não somente pelos compromissos anteriormente assumidos, mas pelo motivo doutrinário de ter aparecido, à última hora, a candidatura Juarez lançada pelo Partido Socialista Brasileiro.

O fato é que nem a direção do P.R.P., nem Plínio Salgado foram procurados por Juarez ou qualquer procer da U.D.N. ou do P.D.C. É que o Partido Socialista Brasileiro, também fiel a sua doutrina, assumira havia tempos uma atitude igual à do P.R.P., publicando uma nota em que declarava jamais poder fazer alianças ou coligações com o mesmo P.R.P. Agora, naturalmente, quando levava Juarez Távora a dizer publicamente que concor dava com 95% do programa do Partido Socialista, era este partido que proibia seus aliados de procurar Plínio Salgado ou sua agremiação partidária.

Nada tenho a censurar na atitude dos socialistas. Principalmente do Partido Socialista Brasileiro, único no mundo cujos chefes publicaram no "Correio da Manhã" e no "Diário de Notícias" artigos de louvor ao comunista Stálin, comparando-o a Napoleão e apontando-o como o maior homem do século, por ocasião de sua morte.

É sabido que os partidos socialistas de todos os países sempre foram adversários do Partido Comunista e da Rússia Soviética. Pois no Brasil, os chefes do Partido Socialista louvaram, nos necrologios a Stálin, o regimen dominante na Rússia. Tenho no meu arquivo os seus artigos laudatórios. Além do mais, o Partido Socialista Brasileiro nunca deixou de aderir às campanhas lançadas por Moscou.

Por conseguinte, nada há a extranhar que o general Juarez Távora, que se declarara favorável ao reatamento de relações comerciais do Brasil com a

Rússia e que estava 95 por cento com o programa do Partido Socialista, fosse aconselhado por esta agremiação política a não me procurar, nem procurar o P.R.P., do mesmo modo como, evidentemente fôra aconselhado a não surgir como candidato da U.D.N., êsse partido burguez que apenas teria o direito de aderir à candidatura da Segunda Internacional...

Foi bom. Não o iríamos atender. Também não temos de que nos queixar da atitude coerente do Partido Socialista.

Temos, sim é de estranhar as recriminações dos granfinos udenistas e dos sacristães do P.D.C., quando me acusam e ao meu partido, de havermos atrapalhado a vitória de Juarez.

Não se limitaram a isso : caluniaram-me, espalhando no Rio que recebi oito mil contos de Juscelino, para tirar votos de Juarez, e em São Paulo, que recebi grande soma de Adhemar de Barros para tirar votos de Juscelino.

Dentro da cabeça dêsses caluniadores não existem, na verdade, miolos. O que há lá dentro é da competência da City, ou das Águas e Esgotos, conhecedoras do material que conduzem as descargas das sentinas.

Só Deus sabe (e os companheiros que comigo carregam êste pêso) as dívidas que ficaram por pagar, ao cabo desta campanha honesta e limpa.

As incompatibilidades doutrinárias com o Socialismo, as responsabilidades morais por mim assumidas de sustentar a minha candidatura até ao fim, tudo isso nada vale para aquêles que só raciocinam no terreno dos interesses mesquinhos.

Quem usa, cuida !

VII

O CASO DA VICE-PRESIDÊNCIA

Não me interessei pela vice-presidência na minha chapa.

Pelo seguinte :

Sendo a minha candidatura nítidamente doutrinária e visando reformas amplas e profundas não compatíveis com os objetivos ecléticos dos demais partidos políticos, eu teria de ter como companheiro um membro do partido a que pertença, ou uma personalidade super-partidária, ou a-partidária, que representasse alto valor moral em nosso país.

Sem nenhuma intenção desprimorosa em relação aos três candidatos à Vice-Presidência da República, não me era possível adotar um deles por serem todos homens de partido e estarem ligados a compromissos quanto à Presidência.

O Sr. João Goulart estava vinculado à candidatura Juscelino e representava o programa do P.T.B. O Sr. Danton Coelho comprometera-se com a candidatura Adhemar. O Sr. Milton Campos era a própria U.D.N., empenhada na sustentação da candidatura Juarez lançada pelo Partido Socialista.

Como se vê, restava-me solicitar ao P.R.P. e

aos Comitês Populares que me apoiavam, a indicação de um nome nas condições acima mencionadas.

Foi quando me fizeram a ponderação de que, a não ser um homem de partido, que por si mesmo ou pela sua agremiação provesse os meios financeiros da sua propaganda, não poderíamos arcar com as despesas de uma candidatura à Vice-Presidência, porquanto já nos estavam sendo pesadas as relativas à Presidência.

O problema das cédulas, por exemplo, muito nos afligia. Ainda não fôra aprovada a cédula única. Esta veio à última hora. O orçamento que fizemos para eleição de Presidente, com distribuição em todo o país, incluindo impressão e transportes, atingia mais de dez milhões de cruzeiros, e isso imprimindo a décima parte do número de cédulas que estavam sendo confeccionadas pelos outros candidatos... Viria a cédula única? Eis uma pergunta angustiosa!

Nestas condições, não poderíamos ter o candidato à vice-presidência nas condições convenientes à nossa posição doutrinária, isto é, um membro do nosso partido, ou uma personalidade a-partidária respeitável. Porque, das duas uma: ou abandonaríamos à sua própria sorte o nosso candidato, ou teríamos de duplicar a nossa despesa e não nos sentíamos com forças para isso.

Quando veio a cédula única, já não havia tempo para uma propaganda eficiente do candidato à vice-presidência. Foi então que deixámos inteiramente ao arbitrio dos nossos companheiros e simpatizantes a escolha individual do nome para Vice-Presidente, dentre os três candidatos lançados, respectivamente, pelo P.T.B., P.S.P. e U.D.N., qualquer dos três vinculados aos nomes dos Srs. Juscelino, Adhemar e Juarez.

Entendi e entendeu o meu partido que o cargo de vice-presidente da República, definido pela Constituição e com atribuições específicas, fosse qual fosse o eleito, em nada iria influir quanto às diretrizes de um Presidente cômico de suas responsabilidades e disposto a não se deixar influenciar por ninguém.

Além do mais, nós viamos a Nação dividida por ódios mortais. E como a nossa intenção, se vencedores, era a de unir os brasileiros, para uma obra de construção nacional, nós demonstraríamos ao nosso povo que se elegeassemos o Presidente da República, êste se entenderia cordialmente com qualquer dos três candidatos que se apresentavam à Vice-Presidência. Firmavamos, assim, um exemplo de boa vontade, sem adotar oficialmente nenhum candidato, mas dispostos a conviver com qualquer dêles, uma vez eleito.

Começámos a verificar que a tendência do nosso eleitorado nos setores operários era para votar no Sr. João Goulart; que a propensão dos nossos eleitores no interior de Minas, São Paulo e outros Estados era, preponderantemente, para o Sr. Milton Campos; que uma certa corrente se inclinava para o Sr. Danton Coelho.

O Sr. Milton Campos, entretanto, perdeu, na última semana, mais de noventa por cento dos eleitores que, votando em meu nome, iriam também, sufragar o seu. E isso em razão da campanha difamatória, movida contra mim pelos adeptos da candidatura Juarez, justamente quando, achando-me num leito de hospital, gravemente ferido em desastre de automóvel, não me podia defender. Sem que houvesse a mínima instrução de minha parte ou do meu partido, mais de trezentos mil eleitores dos oitocentos mil que sufragaram meu nome resol-

veram, à última hora, não mais votar no candidato da U.D.N.

Os votos, portanto, dados pelos que sufragaram o meu nome aos candidatos à vice-presidência da República fôram espontâneos e pessoais, não tendo havido entre mim ou meu partido combinação anterior, ou simples conversação com qualquer dos três.

II Parte

OS BATRAQUIOS

THE
JOURNAL OF THE
ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE
OF GREAT BRITAIN AND IRELAND
VOLUME 11
PART 1
1911

11 PINE

OF BATHURST

VIII

A CAMPANHA DE CALÚNIAS E DE INJÚRIAS

Não há precedentes, em nenhuma campanha pela sucessão presidencial da República, de um caso como este, em que se viu um homem exposto à execração pública por processos tão mesquinhos e perversos como os que foram adotados contra mim pelos partidários da candidatura Juarez Távora.

Duas batalhas eleitorais ficaram indeleveis na memória do povo brasileiro pela violência dos ataques da oposição aos candidatos do situacionismo: a luta contra o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e o combate ao Dr. Arthur da Silva Bernardes.

As verrinas e diatribes contra ambos jamais atingiram a virulência com que se atiraram contra mim os Aretinos da nossa imprensa.

Como explicar êsse fato singular na história política do Brasil? Penso que dois são os motivos principais do desencadeamento de uma odiosidade sem limites, a utilizar-se de mentiras cínicas e de linguagem baixíssima e muitas vezes sordida: 1.º) — o ínfimo nível moral a que chegou a sociedade brasileira em nosso tempo; 2.º) — a influência e,

por vezes, a ação direta do comunismo, que criou uma nova técnica de sofismas, embustes e falsidades com a qual vem ludibriando a opinião pública na vida interna do país e no campo internacional.

Mixto de Tartufo e de Maquiavel, de Elia Eremburg e de Chu-En-Lai, de Thenardier e de Iago, o jornalista do tipo Comintern sabe misturar os venenos florentinos com a estrumeira de Augias, conhecendo a química da calúnia, a técnica do estelionato, da falsificação e da chantagem, na preparação de seus sordidos ingredientes.

A imprensa brasileira conheceu os precursores desses espécimens de alma negra, onde se emaranham a perfídia, a inveja, o rancor mortal, o calculismo abjeto, o sadismo cruel. Tivemos, no Rio, nos primeiros tempos da República, o famoso "Cor-sário", cujo diretor pagou com a vida a sua imprudência, ao explodir contra ele a colera de um grupo de militares. Em São Paulo editou-se o "Parafuso", da mesma estirpe diabólica, em cujas colunas se atassalhava a honra das famílias e que só cessou quando o autor das reportagens nauseantes poz termo à própria vida com um tiro no ouvido.

Com o surto do comunismo no mundo, atualizaram-se os processos, a técnica, a forma, o estilo do panfletarismo irresponsável e perverso. "Para o corpo a violência e para a alma a mentira", ensinou Lenine, baseado no "caluniai, caluniai, sempre ha-de ficar alguma coisa". Os velhos de Babilônia, as mulheres de Putifar, os deturpadores da verdade de todos os tempos surgiram executando uma obra sistemática de destruição de todos os valores positivos da nossa idade. Mobilizaram-se as paixões humanas a serviço do terrível flagelo: a ambição política, a inveja literária, o orgulho, a

sêde de popularidade. É o exército de Satanaz em trabalho constante contra tudo aquilo que possa impedir o domínio do Mal.

É como explico terem surgido nas colunas da imprensa, na última semana da campanha presidencial de 1955, os tremendos ataques por mim sofridos. Páginas inteiras de "matéria paga", importando num gasto de dezenas de milhares de cruzeiros por dia e em cada jornal diário do Rio e dos Estados (uma fortuna !) eram publicadas ora como editoriais anônimos, ora com assinaturas de cripto-comunistas e muitas vezes com assinaturas de conhecidosíssimos agentes de Moscou.

Bem percebi na campanha cínica e impudente (da qual só tive conhecimento quando saí do hospital, já na véspera da eleição), a marca da fábrica de tais infâmias. Os sofismas eram aqueles mesmos usados por Molotov, por Chu-En-Lai e outros maquiaveis para embair a cretinice do mundo ocidental; as calúnias eram as mesmissimas editadas pela falecida revista "Diretrizes" ao tempo em que os diretores da "Última Hora" e da "Tribuna de Imprensa" andavam de mãos dadas ao compasso do pacto germano-soviético, ou as mesmissimas da exposição do Taboleiro da Bahiana, onde se viam as datas de 1944 em armas americanas ditas como apreendidas em 1938 aos integralistas e de fabricação alemã; frases inteiras eram chavões usados em boletins do Partido Comunista e já muito conhecidos meus.

Não havia dúvidas : a origem dos ataques desferidos contra mim pela corrente sustentadora da candidatura Juarez Távora era nitidamente comunista. E basta uma pergunta : porque os Srs. Adhemar de Barros e Juscelino Kubitschek, adversários e competidores, tanto quanto eu, da candi-

datura Juarez, não foram atacados de modo tão sistemático, tão violento, com aquele ranger de dentes do ódio mais feroz, com que fui agredido pelos jornais e pelos aretinos que assistiam nas suas colunas? A razão é uma só: aqueles dois candidatos nunca lutaram metódicamente, insistentemente, contra o comunismo, como tenho feito há 25 anos. Vejam-se os boletins do Partido Comunista em todo o país: os políticos em evidência não vêm lá citados, mas Plínio Salgado aparece invariavelmente como bandido, nazista, afundador de navios, traidor da Pátria, lacaio do capitalismo americano, ladrão, etc.

A ordem para que assim fosse eu tratado veio de Moscou em 1936 enviada por Dimitrof, em instruções que li pela Rádio Mayrinck Veiga, expuz ao público e reproduzi em opusculo editado naquele tempo.

Recrutaram-se, desde então, os esquerdistas, os socialistas, os católicos da mão estendida, os materialistas, os agitadores e os agitados de toda espécie, imensa "massa de manobra" tangida pela "aristocracia revolucionária" do bolchevismo, visando destruir-me.

Dizem que nada valho, que estou superado, que sou um fracassado, um tipo impopular, politicamente morto. Mas me atacam sem cessar, por todas as formas, desde o ridículo à infâmia, enquanto outros homens públicos, cheios de prestígio e de atualidade, são poupados!

Se nada valho, qual o interesse em me atacar? Se estou superado, porque insistem em pronunciar o meu nome? Se sou impopular, que mais querem? Se estou morto, porque me temem?

Sim; não há dúvidas: a campanha contra mim desencadeada, pelos propagandistas da candida-

tura Juarez, tem fundo comunista. Porque só os comunistas sabem (êles sòmente) o que representa para seus tenebrosos intuitos o meu esforço no sentido de salvar o Brasil das garras da mais execravel das potências imperialistas que a História já conheceu.

Examinando, uma por uma das calúnias e injúrias que me foram assacadas, terei o cuidado de não escrever os nomes dos caluniadores e mais plumitivos ao serviço do comunismo e impulsionados por mesquinhos sentimentos. E isso por dois motivos: uns são de tão baixa estirpe, que não me ficaria bem polemisar com êles; outros (de há muito venho observando...) agridem-me com a frequência dos atormentados por idéia fixa, mas com o intuito de fazer nome literário à minha custa, tornarem-se conhecidos se eu lhes der confiança de uma resposta citando seus nomes desconhecidos.

A êstes, não lhes darei êsse gôsto...

IX

COM A PALAVRA SUMMER WELLS

Ao terminar a guerra em 1945, Sir Oswald Mosley, o chefe nacionalista inglês, foi procurado por jornalistas que lhe disseram :

— Sir Mosley, foi descoberto na Itália um documento pelo qual se prova ter o senhor recebido dinheiro de Mussolini, para ajudar o seu movimento na Inglaterra. Quer dizer alguma coisa à reportagem ?

Com o tranquilo humor britânico, o entrevistado acendeu o seu cachimbo e perguntou :

— Acharam só um documento ?

— Só temos conhecimento de um, por ouvir dizer, esclareceram os moços da imprensa. Mas, sir Mosley, porque nos faz essa pergunta ?

E Oswald Mosley, numa risada :

— Porque tendo a Rússia ganho a guerra, deveria haver documentos contra mim, em tal quantidade, que se poderiam vender a um penny cada tonelada...

De fato. Os exímios falsificadores estavam e estão senhores da situação no mundo. Forjar documentos para inutilizar adversários incômodos é a coisa mais fácil dêste mundo para o Comintern. Foi com documentos falsos, provando que o Cardeal Midzensky e o Arcebispo Stepiniac recebiam

dinheiro dos Estados Unidos, que o bolchevismo justificou perante as Nações o internamento daqueles prelados nos campos de concentração onde agonisam perante o indiferentismo covarde dos povos ocidentais.

Um documento dessa espécie apareceu contra o integralismo. Nem era de admirar, uma vez que, durante a guerra, se fez uma exposição no Taboleiro da Bahiana constituída das maiores falsidades, inclusive com a exibição de armas, de fabrico americano, com a data de 1943, trazendo um cartaz que dizia: "Arma de fabrico alemão, apreendida pela polícia aos integralistas, em 1939".

Mas agora, o documento publicado pela imprensa, era uma página do Diário do Conde Ciano. Lá estava a data: 9 de novembro, sem mencionar o ano. O escrito vinha, parte em italiano e parte em português(!!!) dizendo que êle, Ciano, estava mandando para o integralismo quarenta contos de réis por mês... Que ridículo! Basta raciocinar: se Ciano mandasse dinheiro para os integralistas, haveria de referir-se a liras e não a contos de réis; além disso, que significava para o integralismo, que gastava só com os déficits de seus oito jornais diários a quantia de cento e vinte contos mensais, a irrisória quantia de quarenta contos? Valia à pena comprometer o movimento, que arrecadava de seus centenas de milhares de associados em todo o país e dos simpatizantes como os Rocha Miranda, os Guinle, Carlos Lira, Henrique Lage, Pedro Morganti, Fileno Miranda, Raul Leite, Inacio Nogueira, Gonçalo de Melo, e tantos outros, mensalidades mais vultosas, montando tudo em mais de trezentos contos mensais, valia à pena receber quarenta contos de Ciano, quantia irrisoria para o vulto do integralismo no país?

O documento é ridículo e pertence ao número daqueles a que se refere sir Oswald Mosley, os quais podem ser vendidos a um penny (diríamos um vintem) a tonelada. Mas, examinemo-lo em face do próprio Diário do Conde Ciano.

1.º) — Existe êsse Diário? Afirmar Summer Wells no Prefácio da edição inglesa, que existe. Dá o seu testemunho pessoal, pelo conhecimento que teve do mesmo Diário, que lhe foi mostrado pelo próprio Ciano, antes da Itália entrar na Guerra (aliás, os Estados Unidos também ainda não haviam entrado na guerra, que se circunscrevia à Alemanha e Rússia de um lado, e a Inglaterra, a França e a Polônia do outro lado. Ouçamos a própria palavra de Summer Wells :

“A primeira notícia que tive da existência dêste Diário, agora publicado, **integralmente**, me foi dada pelo próprio Conde Ciano, que chegou a me ler vários trechos. Não resta, portanto, dúvida alguma quanto à sua autenticidade, nem tenho motivos para acreditar que nos seus últimos e trágicos dias, à espera de execução como traidor, êle tivesse oportunidade ou o desejo de obedecer às ordens de Mussolini para que modificasse o texto do que já estava escrito há tanto tempo. O próprio Diário nos mostra que foi escrito **SEM NENHUMA INTERRUÇÃO DIRETA, DESDE O INÍCIO DE 1939 ATÉ AOS FINS DO INVERNO DE 1943**, quando foi removido pelo Duce da sua posição de Ministro das Relações Exteriores”.

E, mais adiante, Summer Wells afirma :

“A muitos que o leram, através de capítulos truncados” (truncados, repararam nessa palavra de Wells ?) “aparecidos na imprensa norte-americana, o Diário trouxe um certo que de desapontamento, pela falta encontrada das sensacionais reve-

lações que era lícito esperar-se. MAS AQUELES QUE O VÃO LER AGORA, EM SEU TEXTO COMPLETO E SEM CORTES, terão certamente a oportunidade de chegar a um perfeito discernimento da atitude e das ações de Hitler, de Mussolini e de suas repercussões na Alemanha nazista e na Itália fascista”.

Duas conclusões se tiram desses trechos do Prefácio de Summer Wells :

1.º) — O Diário foi escrito desde o início de 1939 e terminou nos fins do inverno de 1943.

2.º) — A edição a que se refere o prefaciador americano reproduz o texto completo desse documento.

Na edição brasileira do Diário do Conde Ciano, que traz a nota no ante-rostro dizendo: “**Com um prefácio de Summer Wells — traduzido do manuscrito original italiano, cópias fotostáticas**”, nessa edição, que é da Companhia Editora Nacional, de São Paulo, 1946, não se encontra o trecho publicado pelos caluniadores a serviço secreto de Moscou. Tivemos o cuidado de examinar todos os textos que traziam a data 9 de novembro, em 1939, 1940, 1941 e 1942. Nada existe sobre o Brasil nem sobre o integralismo.

Diante dessa verificação, não resta dúvida de que o documento apresentado é falso. Porque das duas, uma : ou Summer Wells é um grandíssimo mentiroso, quando afirma que o Diário de Ciano compreende, apenas, o período de 1939 a 1943, ou qualquer outro Diário, com outras datas, não passa de mais um daqueles papéis fabricados, à vontade, por comunistas e editores e que podem ser em tamanha quantidade que, no dizer de sir Oswald Mosley, vender-se-ão a um penny cada tonelada... Eu prefiro acreditar em Summer Wells.

X

OS ACONTECIMENTOS DE 1938

Quero iniciar este capítulo com um trecho da carta que me enviou de Montevideu, com data de 17 de fevereiro de 1940, o Dr. Raymundo Barbosa Lima, que, como se sabe, foi incluído entre os cabeças da revolução de maio de 1938, por se encontrar naquele mês oculto da polícia e na companhia de Belmiro Valverde.

Leiamos esse importantíssimo depoimento histórico :

“Quantas vezes, à primeira vista, pensamos, embora reconditamente, que estava errado, e, logo depois, evidenciava-se o acerto do seu pensamento. Hoje, então, que folheamos com mais vagar o livro do “passado” e que presenciamos a **atuação daqueles que quizeram manobrar por nosso intermédio** para realizar as suas vis ambições, e **apesar dos seus conselhos e ponderações**, é que, de olhos fechados, direi sempre que o sr. tem sempre razão e que está sempre certo. Se o Sr. não tivesse ordenado que inutilizasse uma carta que escreveu de São Paulo, **a mim e ao Belmiro**, aquele documento teria hoje um valor histórico inestimável, evidenciando a sua clarividên-

cia e experiência dos homens e do mundo. Foi uma verdadeira lastima que se tivesse perdido aquele documento, que ficou apenas do conhecimento **meu e do Belmiro**; nas suas preocupações e angustias, conhecendo melhor os homens e especialmente alguns fardados, o Sr. viu realmente tudo o que se ia dar, **como se deu...**".

A carta refere-se aos fatos ocorridos em maio de 1938. Essa missiva tem uma importância total no caso, por ter sido Barbosa Lima, então exilado no Uruguai, o confidente de Belmiro Valverde, sempre ao seu lado, até à data da insurreição de 10 de maio. Refere-se a uma outra, que lhes escrevi e é sobre o assunto de que tratei que irei agora falar.

Começo dizendo que o ataque ao Palácio Guanabara e ao Ministério da Marinha não foi uma revolução integralista.

Em 3 de dezembro de 1937, um decreto ditatorial fechou todos os partidos políticos, sem nenhuma menção especial à Ação Integralista Brasileira. O Ditador permitiu que esta continuasse a funcionar como uma sociedade cultural e educacional, mas enquanto o meu advogado e procurador, Dr. Alcibiades Delamare, promovia o registro da entidade e levava os papeis ao Ministro da Justiça, que protelou o despacho o mais que pode, deixando finalmente de dá-lo, os interventores nos Estados e o Chefe de Polícia do Distrito Federal desencadeavam a mais tremenda perseguição aos integralistas, depredando suas sedes e prendendo numerosos líderes.

Foi a essa altura que me entrevistei com o Dr. Otavio Mangabeira por três vezes : uma no escritó-

rio do Professor Murilo Fontainha; outra na residência do Professor Madureira de Pinho; e finalmente na residência do Professor Arquimedes Memoria. Em consequência desses encontros, tomei contacto com o General Castro Junior e, posteriormente, com os Generais Guedes da Fontoura e Basilio Taborda. Ao mesmo tempo, outros companheiros se articulavam com o General Flores da Cunha e com o grupo do Sr. Julio Mesquita Filho, em São Paulo. Dessas conversações resultou a mobilização de fortes correntes militares e de partidos políticos, objetivando a restauração da Carta Constitucional de 1934, que restituiria a liberdade de ação para todos.

Em fins de março me foi designado o Estado de São Paulo para minha ação; a Bahia para o Dr. Otavio Mangabeira; o Paraná para o General Guedes da Fontoura, e assim por diante, cada qual no seu setor. Ficou assentado que o General Castro Junior seria o chefe do movimento de tôdas as correntes políticas e militares e que somente êle designaria a data e comandaria a ação.

Encontrava-me na Capital Paulista, quando uma tarde, o Sr. Neptuno Gasparini, ex-chefe das oficinas do diário integralista e já então trabalhando nas oficinas do matutino "O Estado de São Paulo", passou por minha casa, perguntando se desejava alguma coisa para o Rio. Interrogando-o sobre o que ia fazer, respondeu-me que era portador de uma metralhadora que os amigos de Belmiro Valverde lhe estavam mandando. Ao mesmo tempo, o Dr. Jaime Regalo Pereira, que estivera na redação do "Estado de São Paulo", me informava confidencialmente que se preparava, à minha revelia, um ataque ao Palácio Guanabara.

Escrevi um manifesto aos integralistas, con-

denando qualquer espécie de atentados, golpes violentos, homicídios, o que era contrário à nossa doutrina e recomendei que aguardassem o grande movimento nacional, não de caráter integralista, mas de todo o povo brasileiro, no sentido da volta à Constituição de 34 e das liberdades que tanto almejavamos. Foi portador o Dr. Lafayette Soares de Paula e, posteriormente, recebi a informação de que no Rio todos os exemplares que mandei foram queimados.

Chegávamos a fins de abril. Eu dera autorização, por escrito, não isoladamente a Belmiro Valverde, mas a êle e Barbosa Lima com responsabilidade conjunta, no sentido de manter a articulação dos integralistas do Distrito Federal, não tomando nenhuma iniciativa sem ordens superiores. Sabendo, agora, que a preocupação única de Belmiro, que se aliara a Severo Fournier, homem que não merecia a mínima confiança dos integralistas, era desferir, com pequeno grupo, um ataque direto ao Palácio Guanabara, mandei ao Rio o Dr. Loureiro Junior, para impedir que tal loucura fosse executada com sacrifício de vidas de nossos companheiros e sem nenhum resultado prático. Foi êle o portador da carta a que se refere a missiva do Dr. Barbosa Lima em 1940.

Nessa carta, para dissuadir Belmiro Valverde de seus propósitos insensatos, eu dizia: "Não tomem nenhuma iniciativa de golpes armados, porque o movimento sendo civil e de todos os partidos nos seus propósitos, a ação deve ser exclusivamente militar e o chefe é o general Castro Junior, única autoridade no assunto. Lembrem-se de que uma tropa que fica no quartel e sem iniciativa de ação, é tropa que virá, certamente, contra qualquer movimento, pois se enquadra na disciplina hierar-

quica de seus comandos. Se vocês tomarem qualquer iniciativa de ataque, desrespeitando a unidade do movimento nacional, não contarão com apôio militar e o seu fracasso, longe de atingir os objetivos que desejamos, só servirá para fortalecer a Ditadura. Não contem com promessas ilusórias nem fantasias de certos militares. Além do mais, temos compromissos de honra que não podemos romper sem indignidade para nós”.

Era, em síntese, o que continha a tal carta a que o Dr. Barbosa Lima se refere. E como nela havia citação de vários nomes de políticos e de oficiais do Exército e da Marinha, dei ordem para que a carta fôsse queimada na presença do portador, pois eu bem sabia do costume de Belmiro, que já em 1935, levava a cadeia numerosos integralistas bahianos, enviando a Araujo Lima um plano revolucionário contra o Governador do Estado, enumerando nomes e mais nomes de nossos companheiros e... arranjando um portador que era nem mais nem menos do que um agente secreto da polícia insinuado na sua confiança! Fato idêntico se deu depois, nas célebres listas escritas por Fournier e Belmiro e deixadas num automóvel em que aquele fugira, as quais vieram comprometer muitíssima gente que de nada sabia... Conhecendo com quem lidava é que mandei queimar a carta. Mas as palavras do Dr. Barbosa Lima em fevereiro de 1940, suprem a falta daquele documento.

Não me limitei a escrever. Dei instruções ao Dr. Loureiro Junior para promover uma reunião de altas personalidades responsáveis do movimento que se preparava em todo o país. Ficou assentado, bem claro, bem positivo, que somente o General Castro Junior poderia designar a data do movimento e transmitir ordens de ação, competindo esta aos

militares, apenas com o apôio de civis, se preciso para determinados fins. Todos assumiram compromisso de honra nêsse sentido.

Como, entretanto, eu não confiava no auto-domínio de Belmiro Valverde, pedi que lhe dessem assistência, acalmando seus possíveis ímpetos, serviço que ficou a cargo de dois militares os então capitães Albuquerque e Bittencourt) e dois civis (o Professor Santiago Dantas e o Dr. Henrique Brito Pereira).

A êste, principalmente, competia uma vigilância constante para evitar qualquer loucura. E, assim, a 7 de maio, tranquilizei-me em São Paulo com as providências tomadas no Rio e aguardei o resultado do trabalho do General Castro Junior, que se empenhava no momento em prôl da adesão do então Coronel Eduardo Gomes, a qual me foi comunicada, no dia 8, em telegrama cifrado do General.

De tudo quanto estou relatando são testemunhas, além das pessoas já citadas, o Almirante Fernando Cochrane, êsse paradigma de honradez, e lealdade, êsse homem de bem que jamais mudou de atitudes, que respeitou compromissos assumidos, que está hoje como hontem, ao meu lado, como um documento vivo a iluminar com a luz da verdade a minha posição nos acontecimentos de 10 de maio de 1938.

No dia 10, ao meio dia, fui procurado na minha residência em São Paulo, pelo Dr. Jayme Regalo Pereira que me informou o seguinte: recebera por um aparelho rádio-amador, um recado de Belmiro dizendo que "o Braz vendeu hoje a boiada por vinte e quatro contos". Esclarecia o Dr. Jayme: "Braz é o Belmiro; vender a boiada deve ser revolução; vinte e quatro contos deve ser meia noite".

Respondi-lhe: "Não é possível. Tenho aqui telegrama do General Castro Junior, datado de ante-hontem. Ele nada fala a êsse respeito e não creio que Belmiro rompa um compromisso de honra. Além do mais, lá estão o Carlos Albuquerque, o Bittencourt, o Santiago Dantas e o Brito Pereira, que me avisariam de qualquer coisa. O Brito Pereira, principalmente, que está incumbido de uma vigilância constante sôbre o Belmiro, não me faltaria com seu alarme, pois é homem de grande senso moral e conhecedor da sua responsabilidade".

As 19 horas daquele dia, procurou-me o Dr. Almeida Sales. Comunicava-me que havia chegado a São Paulo e me pedia audiência imediata, o Dr. Brito Pereira.

Foi um golpe no meu coração. Compreendi tudo, num relance.

As 20 horas, chegava Brito Pereira em minha casa. Entrou visivelmente transtornado e abatido, atirou-se a uma poltrona e exclamou: "Estamos perdidos. O Belmiro vai fazer hoje a burrada".

Perplexo, indaguei: "E o General Castro Junior? O que faz que não impede? Ou êle está também envolvido nessa estúpida aventura? E Brito Pereira explicou-me: "O Belmiro disse que não precisa nem do General, nem do Exército, que faz a coisa sôzinho com o Fournier. O General não pode impedi-lo".

"E a Marinha"? perguntei inquieto pela imensa afeição que me ligava a oficiais e marinheiros daquela arma, afeição que ainda conservo. E Brito Pereira respondeu-me: "Creio que o Sr. pode estar tranquilo, porque o Almirante Cochrane sabe dos compromissos por nós assumidos e não é homem para atender aos caprichos do Belmiro. Só existe o perigo de algum ou alguns oficiais que ignoram as

conversações de cúpula, serem arrastados por alguma versão falsa a respeito do assunto”.

Pedi, pouco depois, para me certificar de pormenores da situação, que o Dr. Jayme Regalo Pereira, em companhia do Dr. Loureiro Junior, fosse à redação do “Estado de São Paulo” para sondar alguma coisa junto ao Dr. Julio de Mesquita Filho, ligado a Belmiro e Fournier. O Dr. Mesquita Filho fez-se de desentendido, dizendo que nada sabia, ao que Loureiro retrucou que muito se admirava, uma vez que Neptuno Gasparini tinha sido portador de uma metralhadora, sendo um funcionário nas oficinas daquele jornal.

Aguardámos penosamente a meia noite. Pelo rádio, tomámos conhecimento de tudo quanto aconteceu. Houve um momento em que me revoltei. Foi quando se leu um manifesto da Junta Revolucionária, cuja linguagem logo evidenciava não haver sido redigido por homens de responsabilidade. Aguardei a leitura das assinaturas e, então, o meu pânico e indignação não tiveram limites, pois eram nomes sem hierarquia superior, alguns até por mim desconhecidos.

O rádio dava a revolução como vitoriosa. E eu, no auge da mais justa colera, exclamei em presença de Brito Pereira, Loureiro Junior, Almeida Sales, Jayme Regalo e outros companheiros de São Paulo, que poderão testemunhar lendo esta página :

— Não porei os pés no Rio. Si eles venceram, que façam bom proveito. Eu não me subordino a um triunfo de indisciplinados.

Já madrugada, o rádio anunciava a firmeza do Governo e a derrota dos integralistas. A rebelião tomara o nome de “integralista”. Era o que convinha à Ditadura para se apresentar perante os Estados Unidos, como um regimen democrático, que

esmagava os fascistas. Nem mesmo depois do inquérito, em que se evidenciaram, como chefes da revolução pessoas não integralistas, ainda o rótulo continuou.

Para atingir a nossa finalidade, que era a restauração da Carta Constitucional de 1934, cuja vigência interessava a todos os partidos, inclusivé a Ação Integralista Brasileira, que sempre desejou viver sob a Lei, vencer com a Lei e realizar reformas através dos meios da Lei, para atingir essa finalidade não podíamos nunca recorrer à ação violenta. Só poderíamos anuir com todos os demais partidos, com o povo e as Fôrças Armadas, na volta ao regimen legal. Era o que eu desejava. Era o que estava combinado. Nunca uma revolução estritamente integralista.

Mas Belmiro não viu nada disso. Ligado a Fournier, indivíduo que felizmente não cheguei a conhecer, o objetivo dêles sempre foi o **putsch**, o golpe de fôrça. Quando contrariados, lançavam sôbre os integralistas as injúrias mais torpes.

A indisciplina de Belmiro custou a morte de oito companheiros nossos, que marcharam para o ataque ao Guanabara na convicção de que a ordem do insubordinado procedia de mim. Morreram bravamente, alguns fuzilados depois do combate, enquanto Fournier fugia, dizendo que ia buscar reforços e nunca mais voltando. Deixou como rastro uma lista de nomes, num automóvel, pela qual a polícia prendeu inúmeros inocentes que ignoravam estar arrolados.

Custou o sacrifício de uma parte da Marinha, cuja ação foi cheia de incomparável bravura, como no caso de Hasselmann, hoje Capitão de Mar e Guerra e naquele tempo tenente, que sustentou o

fogo, no Arsenal, sitiado por numerosas forças e ferido com um tiro na região dorsal.

Custou a desarticulação de um movimento, no país inteiro, pelas medidas militares de transferências e pela prisão de mais de cincoenta mil pessoas. Custou o espancamento e assassinio, nas prisões, de numerosos companheiros nossos. Custou a condenação de muitos por vários anos de prisão em Fernando de Noronha. Custou, principalmente, ao Brasil, a consolidação da Ditadura que desgraçou o Brasil durante oito anos.

Quando terminou o episódio de 10 de maio, entendi que não devia, nem meu gênero Loureiro Junior, fazer declarações, nem promover nossa defesa no Tribunal de Segurança Nacional. Deveríamos deixar o processo correr à nossa revelia, fosse qual fosse o resultado: condenação ou exclusão do processo. E isso por dois motivos: 1.º) — se eu dissesse que mandara Belmiro fazer o que fez, estaria mentindo e ao mesmo tempo me passando um atestado de imbecil, pois um homem que dispunha de elementos ponderáveis em todo o país, inclusivé forças militares, seria realmente cretino promovendo uma intentona com algumas centenas de homens e apenas no Distrito Federal; porém se eu, dissesse não ter dado ordem a Belmiro, seria acusado de covarde, que fugia à responsabilidade enquanto outros sofriam as consequências dos atos praticados; 2.º) — se nos apresentássemos à prisão, naturalmente Loureiro e eu seríamos postos incommunicáveis, e não sabendo um o que o outro dizia, indusidos mesmo a crer em afirmações do outro, poderíamos comprometer numerosos oficiais do Exército e da Marinha, inclusivé generais e almirantes, e personalidades políticas dos diversos partidos, pois conhecidas são as manobras da polícia

para apanhar o fio da meada em casos semelhantes.

Nestas condições, conservámo-nos ocultos em São Paulo, tendo finalmente o meu nome sido excluído do processo depois de ouvidas centenas de testemunhas e examinados todos os documentos apreendidos, enquanto Loureiro era condenado a quatro meses de prisão, não pelo motivo de 10 de maio, mas por fato anterior de conversações ligadas ao grande movimento no qual, nêsse sim, estavam realmente comprometidos.

Belmiro Valverde portou-se dignamente durante êsse tempo, quer quando assumiu a responsabilidade pelos fatos ocorridos e nos quais, aliás, não tomou parte direta por ter ficado esperando os resultados da ação, quer quando me enviou por intermédio de João Alberto Roxo Loureiro, que então contava apenas catorze anos, uma carta penitenciando-se da sua indisciplina e reconhecendo que minhas ponderações haviam sido justas. Em Fernando de Noronha, nunca lhe faltou a nossa assistência e tudo o que por êle se fez foi por minha ordem. No apêndice dêste livro se encontrará uma declaração de Vicente Meggiolaro que evidencia a verdade do que estou dizendo, além da declaração que encabeça um abaixo-assinado de participantes dos acontecimentos de 10 de maio.

Fui preso em janeiro de 1939, posto em liberdade 23 dias depois, tendo-me sido, oferecida uma embaixada no Exterior, por intermédio do Dr. Adhemar de Barros, então interventor em São Paulo. Como eu rejeitasse, o Governo Federal ofereceu-me dinheiro para uma viagem ao Estrangeiro. E tendo eu recusado tal oferta, fui preso de novo e confinado num Quartel de Cavalaria da Capital Bandeirante, por ordem do Ministro da Guerra,

general Eurico Gaspar Dutra. Dali fui removido para a Fortaleza de Santa Cruz, no Rio, onde permaneci até 21 de junho de 1939, ocasião em que me embarcaram no navio "General Artigas", em companhia de minha mulher. Tínhamos a roupa do corpo e estávamos sem vintem no bolso. Companheiros dedicados fizeram chegar a nossas mãos algumas roupas e pequena importância em dinheiro, com que desembarcámos em Lisboa, onde encontrei um cheque de vinte contos que me enviava meu grande amigo Dr. Alfredo Egídio de Souza Aranha.

Ainda no Exílio, que durou oito anos, Belmiro não se mostrava meu inimigo, quer na correspondência que mantinha com Barbosa Lima, que se achava em Montevideu e da qual eu tinha conhecimento, quer nos contactos com Francisco Lopes (Recife) ou Carlos Gondim (Natal), quer quando me enviou para Lisboa, pedindo-me para entregar a Otavio Mangabeira, uma velha brochura de Berdiaeff, "*Christianisme et réalité sociale*", debaixo de cujas linhas encontrei pequenos sinais ponteando certas letras (uma carta cifrada...).

Foi bem tardia a inimizade de Belmiro, que veio tirar-lhe a calma e deturpar os fatos históricos quebrando aquela atitude em que todos nós, apesar do acontecido, o respeitávamos, quando dizíamos: indisciplinado, mas honesto, soube assumir a responsabilidade de seu êrro e sofrer-lhe as consequências.

Agora, surge dizendo que tinha um bilhete meu, autorizando-o a fazer o que fez! Sim, havia um bilhete, mas apenas permitindo-lhe, em conjunto com o Dr. Barbosa Lima, a manutenção da articulação dos integralistas do Distrito Federal (sòmente) e isso aguardando ordens superiores e em fidelidade aos compromissos assumidos com o

General Castro Junior. Como o tempo modifica os homens! Que duras experiências humanas tenho tido no transcurso de tantos anos de dedicação e sacrifício por minha Pátria!

Para terminar êstes esclarecimentos sôbre os fatos de 10 de maio de 1938 e sôbre os ulteriores, narrarei o que se passou entre mim e o General Castro Junior, na Fortaleza de Santa Cruz.

O General estava preso naquela praça de guerra, quando para lá fui transportado. Achava-se numa pequena casa da rua que liga o pátio central ao ponto de embarque, enquanto eu me encontrava na Casa da Ordem, justamente no aposento em que outrora estiveram os Irmãos Andrada, quando Pedro I fechara a Constituinte. A noite, costumava o Coronel Timoteo Machado, Comandante da Fortaleza, levar-me ao Casino dos Officiais, àquela hora deserto, onde nos entretínhamos a conversar sôbre assuntos históricos ligados à própria Fortaleza e à arquitetura militar do Brasil. Numa das primeiras noites, eu disse ao Coronel Timoteo :

— Tenho vontade de fazer uma visita ao General Castro Junior, mas ando meio receioso.

— Porque? perguntou o Coronel.

— Eu receio (expliquei-lhe) que o General esteja pensando haver o Belmiro feito o que fez, com ordem minha, o que seria para mim deshonroso, pois estava preso a um compromisso ao qual eu não poderia faltar.

O Coronel Timoteo desatou a rir.

— Porque está rindo? perguntei.

— Estou rindo (esclareceu o Coronel) porque acabo de ouvir a mesma coisa do General Castro Junior. Ele teme que o senhor pense ter sido êle quem deu ordem ao Belmiro para fazer a coisa e receia que o senhor lhe diga algo desagradável, pro-

vocando um incidente. E, tendo grande desejo de o visitar, ainda não veio, por êsse motivo...

Agora fui eu que ri. E acrescentei :

— Vamos visitar o General.

— Não é preciso, disse o Coronel Timoteo. Conversaremos aqui e faremos um passeio pela Fortaleza, ao luar. Vou mandar avisa-lo porque êle só espera a senha...

Momentos depois, pela primeira vez após os acontecimentos de 10 de maio de 1938, conversei com o General Castro Junior. Êle fez questão de contar-me tudo o que se dera. Aquele nobre brasileiro não morreu sem que antes, numa entrevista concedida ao jornal "Diário da Noite", do Rio, em 30 de abril de 1945, dêsse ao historiador do futuro o seu depoimento tão valioso quanto altíssimo é o valor moral que se exprime no nome de Castro Junior.

*

* *

Em conclusão : tudo o que se disse contra mim, com referência aos acontecimentos de maio de 1938, não passa de fantazias de desmemoriados aproveitadas pelos adeptos da candidatura Juarez Távora, no fundo a serviço da única fôrça que há 25 anos tenta, por tôdas as formas, desmoralizar-me : o comunismo russo.

Se alguns personagens cujo testemunho seria da maior importância já não pertencem ao número dos vivos, existem no entanto, pelo menos, algumas centenas de contemporâneos dos acontecimentos de que estamos tratando, os quais confirmarão plenamente minhas palavras. Entre êsses, há dez ou vinte que estiveram ao par dos segredos de 1938 e êsses confirmarão, ponto por ponto, a narrativa que acabo de fazer.

A MULHER NUA

Usaram de tudo contra mim. Nunca, em tempo algum, se viu tamanha fúria contra um candidato. Não, não podem ser os liberais-democratas, os políticos dos diversos partidos, todos êles sub-estimando minhas possibilidades eleitorais, que iriam arremeter-se com tamanha fúria contra mim. Há, por detraz dessa campanha de difamação, alguma coisa secreta, uma força atuante no sentido da desintegração da sociedade brasileira, um ódio profundo que vem de longe, muito de longe no tempo (ordem de Dimitroff de 1936) e muito longe no espaço (o Desinform de Sigulda, na Letonia; os gabinetes diabólicos da N.K.V.D., em Moscou).

Usaram da calúnia, usaram do ridículo, usaram da ameaça, usaram da injúria, mas usaram, também, da sua própria imbecilidade ou do direito, transformado em abuso, de julgar os demais idiotas.

Foi o caso da Mulher Nua.

*
* *

Nunca se escreveu um artigo mais veemente contra a sensualidade, a luxúria, o semvergonhismo da nossa sociedade paganizada.

Pois fizeram dêsse artigo, onde a cólera se exprime na forma dos sarcasmos, a revolta se manifesta em cortantes ironias, um instrumento de propaganda em sentido absolutamente contrário às intensões do escritor, que foi apontado como um pregador do nudismo, um apologista exatamente daquilo que lhe despertava a indignação : as orgias carnavalescas, as bandalheiras da granfinagem, a hipocrisia de pais e de filhos que se dizem cristãos e comparecem aos bailes de Momo mergulhando nos vapores do alcool e do éter e entregando-se a contactos indecorosos.

Quando publiquei êsse artigo, recebi aplausos de prelados e sacerdotes, como também de respeitáveis protestantes, como o deputado Catalá, da Bahia. O artigo foi transcrito, como tremenda objurgatoria aos nossos costumes depravados. Estou certo, ainda, que o ridículo a que expuz o mundo burguês levou muitas almas cristãs a meditar sôbre a incongruência de suas atitudes na igreja e nas praias, junto ao altar de Cristo ou junto ao trono do Rei Momo.

Mais tarde, publicando o livro "Espírito da burguesia" (1951), incluí na sua Quarta Parte, intitulada "Comentários à Vida Burguêsa", o artigo "A mulher nua". Porque sendo aquele livro uma análise do espírito da sociedade moderna e desenvolvendo considerações sôbre os males do nosso tempo, achei que devia exemplificar e, entre os exemplos, entendi útil o tema contido naquele artigo.

Para que não houvesse dúvidas quanto às intenções daquele escrito (nem tôdas as inteligências são argutas) incluí no seu próprio texto a explicação da técnica por mim adotada.

Quiz premunir-me contra os satânicos ardis

dos discípulos de Freud, que inventaram hoje o argumento usado nas peças imundas de O'Neil e que consiste em dizer: quem se insurge contra a imoralidade traz, no fundo, um recalque: a inveja de quem a pratica.

E, portanto, adotei a técnica da exaltação do péssimo, como um castigo ao mal que corrói a nossa sociedade. É a técnica do sarcasmo, de certo modo empregada pelo Padre Antonio Vieira, no seu famoso sermão que Carlos de Laet insere na sua Antologia com o título "Apóstrofe atrevida". Nessa oração forjada com raios de eloquência, o grande mestre da nossa língua assume uma atitude que chega às raias da blasfêmia, desafiando o próprio Deus, aconselhando a Nosso Senhor que entregue o Brasil aos holandeses, porque assim seriam destruídos os altares e quando o mesmo Senhor Nosso precisasse dos brasileiros, não mais os encontraria.

Ai de Vieira se contemporâneos seus fossem os tais críticos de "A mulher nua"... Denuncia-lo-iam ao Santo Ofício, leva-lo-iam ao Tribunal da Inquisição, coisa que a mim não fizeram porque já não existem aqueles órgão e tribunal, pois que essa seria a intenção deles, não resta dúvida, uma vez que me conduziram aos atrios dos conventos, às portas das sacristias, à soleira dos palácios episcopais e às salas de aulas dos colégios católicos, apresentando-me como o mais desavergonhado dos imoralistas do nosso tempo.

O que mais irritava os tais críticos era a descrição da bailarina desnuda que fora expulsa do Teatro Municipal por aquela santa comunidade de dançadores de rumbas e sambas. Carreguei propositadamente nas tintas, para despertar do letargo os respeitáveis pais de família, as puríssimas donselas e os castos rapazes que não percebiam, no

sono do pecado, que também estavam nus em atos e atitudes, ainda que não estivessem em corpo. Mas longe estava eu de supor que havia intelectuais de sensibilidade exaltada, que se entusiasmam com pouca coisa e perdem as estribeiras, entrando em luta com o demônio, que lhes começa a reproduzir em séries tudo o que a imaginação do leitor acrescenta às imagens propostas pelo escritor.

Mas eu não escrevi aquilo para temperamentos exaltados. Conheço pessoas que com um cálice se embriagam e outras que suportam copos inteiros sem perder a tramontana. Também há os que leem o Decameron de Bocaccio sem pecar e os que não podem lêr o Cântico dos Cânticos do Rei Salomão, que integra a Bíblia, sem rezar jaculatórias contra as tentações do Tinhoso, diante das descrições do colo e dos seios da Sulamita. Os intelectuais, pela sua capacidade de imaginar, dar movimento às telas interiores e acrescentar ao escrito o que anda pela sua cabeça, tornam-se assíduos clientes dos confessionários, onde vão, com remorsos e tristezas se penitenciar de quanto pensamentearam.

Se fiz êsse mal aos críticos de "A mulher nua", peço-lhes mil desculpas, pois não foi intencionalmente. Se, por minha causa, a bailarina que descrevi ficou vivendo diante dos seus olhos, nas caladas das noites indormidas, que me perdoem, apesar do muito que lhes cabe pela interpretação errônea que deram ao meu escrito.

Não pode haver dúvidas quanto ao que eu quiz dizer. Basta ler certos trechos do malsinado artigo: Por exemplo, estas palavras que ponho na boca da Mulher Nua, diante da orgia do baile carnavalesco:

"Acaso é a castidade que vos reúne aqui?
Porventura estas músicas lascivas vos sugere-

rem, ó velhos de Babilônia, idéias e pensamentos arcangélicos e visões puríssimas do Empireo? E vós, Adonis e Narcisos, travestidos de roupas femininas, alimentais fantazias menos lúbricas do que as de Heliogabalo ou de Calígula, quando cingiam as roupagens de Venus ou de ninfas de tal maneira alucinados pelo fascínio das formas opostas ao seu sexo, que procuravam identificar-se cerebralmente com elas? E vós, Faunos e Satiros espiritualmente capripedes, farejando os perfumes mesclados ao odor dos suores femininos, pretendes renovar a façanha de Santo Antão no deserto, a resistir varonilmente às tentações envolventes? E vós, Virgens que ledes romances analistas e as poesias eroticas da nossa época, e assistis aos filmes dos longos beijos que galvanizam as platéias escuras e povoadas de tactos subtilíssimos, estais aqui por acaso para rezar Ave-Marias ao ritmo das músicas bárbaras? E vós, matronas, que vos confundís com as netas e filhas na indumentária e nas atitudes, comparecesteis a êste lugar, nada litúrgico, para, pelo menos, vos engolfardes no romantismo daquelas velhas valsas que falavam em doçuras de líricos amores e devanêios castíssimos de heroínas de novelas antigas”?

Referindo-me à hipocrisia dos velhos de Babilônia, ao denunciar Suzana, desencadeei um libelo contra o nudismo das praias, escrevendo :

“Notai que Suzana banhava-se às ocultas, recatadamente. E vós? Não ides à praia publicamente? O simples fato de vos exhibirdes não transfigura o vosso nudismo em ostenta-

ção das vossas formas e, se nessa ostentação sentis algum prazer, que nome dareis a êsse prazer ? Eu o chamarei a delícia de mostrar-se e a essa delícia chamarei deleite luxurioso”.

Em condenação às dansas modernas, lá está escrito :

“... não tolerais hoje a delicadeza das valsas e mazurcas. Os vossos médicos dirão que aquelas dansas não passavam de sublimações do instinto sexual e em nosso tempo já possuíis as válvulas de extravasamento daquilo que nossos avós chamavam senvergonhice e os esculapios denominam hoje complexos; são as dansas da regressão atávica...”

E, mais adiante :

“... são dansas inspiradas nos selvagens da África e oriundas do cruzamento psicológico de brancos e pretos da América do Norte. Não procuram o sentido da harmonia e da musicalidade delicada e espiritual; são diretamente sexuais e desbragadamente lascivas”.

Êsses trechos são suficientes para evidenciar as intenções do meu escrito. Compreendo que minhas palavras tenham despertado incontidas cóleras em falsos cristãos, que desejando viver uma vida pagã na sociedade, reivindicam ao mesmo tempo o direito de frequentar as Igrejas, pertencer a Confrarias Religiosas, e até fazer um tipo de ação católica adequado a transigências políticas com o materialismo socialista ou com o materialismo capitalista. São católicos frequentadores das colunas de

jornais notoriamente comunisantes e livre-pensadores, onde abusam de todos os sofismas no intuito de desmoralizar e inutilizar aqueles que se erguem inflamados em sagradas revoltas contra as bandalheiras de uma época tenebrosa que, antes de expulsar a bailarina nua do seu baile satânico, já havia expulsado Jesus Cristo porque não era suficientemente digno do Café Society, mas, pelo contrário, muito "shangai"...

Aconteceu, por artimanhas do demônio que a tal bailarina que fôra expulsa do Teatro Municipal por se ter apresentado nua, e cujo nome e fama me eram completamente desconhecidos (li a notícia quando me achava em São Paulo revoltado com as fotografias indecentes saídas no "Cruzeiro" e no "Mundo Ilustrado" em reportagem do dito baile) essa bailarina transcreveu, em postfacio (não em prefácio, como disseram os caluniadores) o artigo que eu publicara em "Idade Nova".

O meu escrito forçou-os a um exame de consciência. E êsse exame de consciência é exatamente o que êles evitam, pois teria de levá-los à conclusão do Evangelho, jorrada dos lábios do próprio Redentor: "Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom". (S. Mateus, cap. VI, vs. 24).

Bramindo de ódio, ou porque a propositada descrição da mulher nua lhes despertasse a libido em razão dos olhos com que a viram, ou porque lhes feriu a requintada falsidade de cristãos paganisados, os tais críticos perderam até o pudor literário, mostrando completa ignorância dos gêneros, dos estilos, dos tipos de composição adequada aos assuntos e tendentes a determinadas finalidades. E promoveram grande barulho, apresentando meu

trabalho essencialmente cristão pelo reverso : como uma página imoral, uma apologia do nudismo.

Não sei o que a levou a tal procedimento. Talvez a sua incultura literária sem alcance para compreender, pela forma, pelo estilo, pelas considerações acêrca dos costumes depravados da sociedade brasileira, as verdadeiras intenções do artigo.

Na ocasião, houve amigos que me sugeriram uma declaração pela imprensa, ou uma providência judicial; mas outros, conhecendo a autora do livro como pessoa permanentemente à procura de escândalos, aconselharam-me a silenciar, tão convencidos estavam de que as pessoas sensatas e inteligentes jamais iriam interpretar o meu escrito como apologia do nudismo. Longe estava eu de supor que um dia, indivíduos insensatos e pouco inteligentes e, o que é mais, homens viceralmente de má fé e sem escrúpulos de espécie alguma, iriam explorar o fato em detrimento da minha dignidade !

Quando a atoarda se fez, com artigos perversos, em tôda a imprensa do país, boletins distribuídos em aviões, caricaturas imorais (como aconteceu em Belo Horizonte), onde eram espalhadas até nas portas das igrejas, e até preleções em aulas como sucedeu num ginásio do Rio, eis que se ergueu uma voz a defender-me.

Era a voz de um Prelado. Um Prelado conhecido como um santo pelas suas raríssimas virtudes : o Senhor Arcebispo de Fortaleza, D. Antonio Lustosa.

Autorizando a publicidade de seu julgamento, o grande Arcebispo dirigiu a seguinte carta ao Dr. Assis Ferreira, líder católico e um dos chefes integralistas da capital cearense :

“Conheço o artigo de Plínio Salgado sobre

o nudismo. Trata-se de uma clara condenação à decadência dos nossos costumes sociais. Considerar o artigo favorável ao nudismo é não entendê-lo ou, então, virá-lo ao avesso. Aliás a vida do ilustre escritor é incompatível com a doutrina pagã que o artigo verbera”.

a) Antonio,

Arcebispo de Fortaleza

Este julgamento que o ilustre Prelado faz, não somente do meu escrito, mas dos meus críticos, é o bastante para se vêr a que ponto chegaram os meus difamadores.

The American Medical Association has been successful in its efforts to secure the passage of the Federal Food and Drug Act, which is now before the Senate. This act is a landmark in the history of the medical profession, as it will place under the control of the Federal Government the manufacture and sale of all drugs and foodstuffs. The act is a result of the long and arduous work of the American Medical Association, which has been successful in securing the passage of this act, which is a landmark in the history of the medical profession.

(2) Antitoxin

The American Medical Association has been successful in its efforts to secure the passage of the Federal Food and Drug Act, which is now before the Senate. This act is a landmark in the history of the medical profession, as it will place under the control of the Federal Government the manufacture and sale of all drugs and foodstuffs. The act is a result of the long and arduous work of the American Medical Association, which has been successful in securing the passage of this act, which is a landmark in the history of the medical profession.

The American Medical Association has been successful in its efforts to secure the passage of the Federal Food and Drug Act, which is now before the Senate. This act is a landmark in the history of the medical profession, as it will place under the control of the Federal Government the manufacture and sale of all drugs and foodstuffs. The act is a result of the long and arduous work of the American Medical Association, which has been successful in securing the passage of this act, which is a landmark in the history of the medical profession.

The American Medical Association has been successful in its efforts to secure the passage of the Federal Food and Drug Act, which is now before the Senate. This act is a landmark in the history of the medical profession, as it will place under the control of the Federal Government the manufacture and sale of all drugs and foodstuffs. The act is a result of the long and arduous work of the American Medical Association, which has been successful in securing the passage of this act, which is a landmark in the history of the medical profession.

FARRAS EM PARIS

Quem algum dia luta contra o comunismo e, principalmente, quem jamais deixa, sob nenhum pretexto, de lutar contra êsse monstro do nosso século, há de ser perseguido por todo o sempre pelas mais infâmes calúnias. Ninguém o acusará de inimigo do comunismo. Não seria hábil. O processo é o da difamação, com o fim de abalar a confiança de todos aqueles que podem apoiar o lutador.

Desmoralizar o inimigo — eis a técnica tenebrosa dos bolchevistas. Assim fizeram com todos aqueles de quem publicaram, na Rússia e nos países satélites, **confissões** de latrocínios, de imoralidades, de câmbios negros, de suborno. Assim fizeram contra os mais destacados adversários da hidra vermelha, apresentando-os como tipos sem dignidade, desequilibrados, chantagistas, tarados.

Em relação à Igreja, por exemplo, nos países católicos que Moscou precisa conquistar, a ordem é esta: não ataque a religião, mas desmoralise os padres...

Não é, pois, de admirar que, saindo eu a campo na luta pela sucessão presidencial, o comunismo re-editasse, através dos interessados em combater a minha candidatura, tudo quanto escreveu e tem

escrito, durante 25 anos, para denegrir a minha reputação.

Nunca — repito insistentemente — se viu na história política do Brasil uma campanha tão violenta contra um homem como a que tenho sofrido. O motivo simplesmente político-partidário não é bastante para explicar. Existe, no fundo, algo mais sério e mais grave.

Fui acusado de tudo: violento, totalitário, mentiroso, traidor da Pátria, chantagista, nudista, ladrão, mistificador, mau em tudo. Não podia deixar de ser apontado como farrista consumado.

Um indivíduo de baixa extração, tão sórdido de alma como de corpo, pois é inimigo do banho e da limpeza mesmo física, precisou arranjar emprego da Ditadura Vargas. E sendo bajulador ordinárrissimo, entendeu que seria agradável aos seus bajulados maltratar-me da pior maneira. Cada um dá o que tem e, sendo da predileção de tal sevandija as anedotas indecentes e os ditos de alcouce, pôs a serviço de seus interesses a única coisa que sabia fazer: falar de farras e ambientes de sua habitual convivência. E, assim, deu-me como frequentador assíduo de cabarés dos mais sujos de Paris.

Ora, êsse indivíduo nunca foi admitido por mim na roda de amigos que comigo estiveram na capital franceza em 1930. Justamente pela aversão que me causavam os assuntos pornográficos que andavam na sua bôca e até o seu aspecto repelente. Talvez êle tivesse notado a esquivança e me houvesse marcado para um dia vingar-se usando do próprio esterco da sua alma.

Naquele ano estive em Paris com os escritores Mario Gracioti e Manuel Mendes, o jovem Carlos de Souza Aranha, encontrando-me com Raul Bopp, Candido Portinari, Sotero Cosme, três grandes va-

lores das letras e das artes do nosso país. A descrição que de mim faz Mario Gracioti no seu livro "Europa tranqüila", é o melhor atestado do meu tipo moral.

Escreve êsse companheiro de viagem :

"Nessa noite, em Marselha, não dormi. Depois do jantar, andámos pela cidade para vê-la dentro das suas luzes. Voltámos para o Hotel. Aí, Plínio lembrou-se de escrever algumas cartas para amigos e parentes do Brasil, aproveitando-se do nosso regresso. Parece-me que o vejo ainda. Escreveu umas 4 ou 5 cartas algumas longas e, até, uma longuíssima, de 8 a 10 páginas, destinada a Julio Prestes, então eleito Presidente da República.

"Plínio retirou-se do nosso quarto, mais ou menos às 3 da madrugada, pedindo-nos que o acordássemos para as despedidas, pois tencionava levar-nos até à estação. Eu e Mendes resolvemos não dormir. E propuz não nos despedirmos. Seria triste. Tínhamos sido companheiros durante quasi três meses. Tiveramos horas alegres, agradáveis e pouquíssimos minutos de aborrecimento. Aquela despedida na manhã neblinosa de Marselha pesaria em nosso sentimento.

"Desci a grande escada de madeira que dava para o **hall** do Hotel, meio escuro, com os estores fechados e as poltronas vazias. Tudo era silencioso e paz. Ao pisar o último degrau da escada, parei. E olhei em direção ao quarto de Plínio.

"Naquele tempo, não havia integralismo, nem política brava, nem lutas, nem nada. Plínio era um excelente amigo, um compa-

nheiro inigualavel, um coração do tamanho de um bonde, **uma nobreza de caráter poucas vezes encontrada.**

“A política em que êle se meteu, depois, se glória e cartaz lhe deu, **pode tê-lo deturpado aos olhos de quem não o conhece.**

“Político militante, líder, chefe, presidente de partido, Plínio tem o mérito de conservar os seus amigos. Inúmeros companheiros dele, do tempo da pensão da Avenida Brigadeiro Luís Antonio, e que tomaram rumos políticos diversos, — uns viraram comunistas, outros monarquistas, outros liberais, outros anarquistas... — todos conservam amizade e estima pessoal por êle. Grandes intelectuais, que divergem completamente de suas idéias políticas, continuam a estimá-lo. Porque êle é, acima de tudo, um sentimental, **dono de um caráter sem mácula e de uma nobreza invejavel.**

Pergunto aos leitores dêste livro : um homem que assim é julgado por seu companheiro de viagem, que conviveu com êle durante o tempo em que esteve em Paris, pode ser o mesmo tipo asqueroso descrito pelo miseravel comunista em artigo utilizado por outros comunistas que sustentaram a candidatura de Juarez Távora ?

Mario Gracioti, médico, escritor, homem de grande reputação moral em São Paulo, não iria escrever, na hora em que nos separavamos em Marselha, êle voltando ao Brasil, eu seguindo para Espanha e Portugal, aquelas frases a meu respeito (**“nobreza de caráter poucas vezes encontrada”, “dono de um caráter sem mácula e de uma nobreza invejavel”**) se me tivesse visto (e nunca deixámos de

andar juntos em Paris) em ambientes sórdidos, de tipos asquerosos e miseráveis decaídas.

Da minha mocidade, em cada um de seus períodos, tenho o testemunho dos rapazes que foram da minha companhia e amizade. Sempre eles me tiveram em grande respeito e era objeto de seus comentários uma discreta severidade que eu impunha ao convívio das minhas relações. Até aos 22 anos de idade a vida me foi demasiadamente dura para me dar tempo mesmo aos divertimentos normais dessa quadra da existência. Aos 23 anos casei, vivendo no interior paulista, entregando-me à prática da agrimensura e ao magistério e escrevendo no jornal local. Passei pelo golpe de enviuar com um ano apenas de casado, ficando, com uma filhinha nos braços. De luto, abatido, fui para São Paulo mudar de ambiente e recomeçar a vida. Trabalhei no "Correio Paulistano" a partir de 1919, entrando às 20 horas, saindo às 4 da madrugada, dormindo durante a manhã, estudando durante a tarde, sem tempo nem para ir a um cinema, quanto mais para farras. De 1922 em diante, trabalhei de dia no escritório do Dr. Alfredo Egidio de Souza Aranha onde entrava às 9 da manhã, após ter dormido 4 horas, pois continuava a entrar às 20 e sair à madrugada do jornal. Restavam-me, agora, os domingos para estudar. Isso durou dois anos.

Em 1924, tornei-me, apenas, colaborador do "Correio Paulistano", ficando-me as noites livres. Foi quando pude escrever meu primeiro romance "O estrangeiro". Assim gastei minhas horas noturnas, num ritmo constante, quebrado apenas quando se reuniam em minha casa os poetas e escritores da minha idade, para lermos, uns aos outros, os nossos escritos. Era assim que eu empregava as minhas noites, com 29 anos de idade,

ocasião em que fui eleito deputado estadual. Havia três partidos no Estado de São Paulo: o Republicano Paulista, o Democrata e o Municipalista, que eu fundara tendo 23 anos, no Vale do Paraíba. Tive votação unânime dos três, fato que não se daria se não tivesse requisitos morais. Mas agora meu tempo era dividido entre os deveres da Câmara, os interesses do Distrito que eu representava, a colaboração no "Correio Paulistano" e a composição de novos livros. Não podia haver tempo para divertimentos e muito menos para uma vida irregular. Minhas noites continuavam a ser dispendidas diante do papel, com a pena a correr na produção de minhas obras.

Todos os que me conheciam bem sabiam da vida austera que me impunha, já não digo por virtude, mas por temperamento e constante preocupação por assuntos mais altos e mais nobres. Essas pessoas estão vivas e podem responder aos meus caluniadores dizendo quem sou para que se possa deduzir, com lógica, do que terei sido capaz. No mundo literário, podem atestar sobre minha vida, até o dia em que fui para a Europa, em 1930, e posteriormente a essa viagem, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Cleomenes Campos, Nuto Sant'Ana, Leopoldo Sant'Ana, Fernando Callage, Augusto Frederico Schmidt, Raul Bopp, Plínio Melo, Silveira Peixoto, Nobrega de Siqueira, Gabriel Marques, Sobral Junior, Ernani de Couto, Candido Mota Filho e tantos outros, todos ainda vivos, os quais nunca viram e nem sequer ouviram de alguém a mínima notícia de que me dei a divertimentos noturnos e pecaminosos, mas viram, assistiram, a minha luta de pobre, as minhas dificuldades e os meus trabalhos. No mundo social, também estão vivos e podem falar a respeito de meus costumes homens do mais

alto padrão moral, que conviveram comigo, de perto, naquele tempo, entre os quais ponho, em especial destaque, Alfredo Egidio de Sousa Aranha, que justamente por saber da minha integridade, solicitou-me, naquele ano de 1930, em nome de sua sogra, ilustre dama paulista, padrão de virtudes cristãs, que acompanhasse seu cunhado na viagem ao velho mundo que a família desejava que êle fizesse.

Viajei o Próximo Oriente e os países europeus, tendo estado em Paris pouco tempo e, assim mesmo, com interrupção, pelas viagens à Bélgica e ao interior da França. Manuel Mendes e Mario Gracioti viram tudo o que fiz na capital francesa e Mario, conhecido em São Paulo, não só como escritor, mas como carater íntegro, não escreveria aquela página de despedida, se tivesse presenciado o que descreve cinicamente o comunista sórdido que ganhou o emprego da Ditadura em troca de suas calúnias asquerosas.

E Mario parecia adivinhar quando dizia: "A política em que êle se meteu, depois, se glória e cartaz lhe deu, pode tê-lo deturpado aos olhos de quem não o conhece"...

Regressando em setembro e chegando a 4 de outubro no Rio, minha vida sofreu rudes golpes. Perdi pessoa querida da minha família, presenciei a vitória da revolução que abriu o horroroso precedente dos golpes contra a posse de eleitos, vi preso e exilado meu particular amigo Julio Prestes de Albuquerque, presidente eleito da República, deixei de ser deputado, fiquei sem o jornal onde trabalhava, o "Correio Paulistano", vi-me sem recursos para sustentar a família. Peguei da pena, escrevi o romance "O Esperado", pelo qual recebi da Companhia Editora Nacional três contos de

réis, o que me dava para passar três meses. Minha irmã vendeu a oficina gráfica de seu falecido esposo, oficina que foi por nós comida nos meses seguintes, enquanto eu iniciava o novo romance "O cavaleiro de Itararé".

A essa altura, Alfredo Egidio funda o diário "A Razão", chamando-me para seu redator-chefe. Era o instrumento de pregação doutrinária e era também o ganha-pão. Eu me levantava ao meio-dia, escrevia o meu artigo de duas colunas, almoçava, ia para o jornal ficando até uma hora da madrugada na redação, dali descendo à oficina de onde saía às quatro, indo com Alfredo Egidio, Mario Graciotti, e algum outro redator, comer uma "pizza napoletana" na Praça da República. O dia vinha raiando quando chegávamos à casa. E assim foi durante 1931, até 23 de maio de 1932. Nessa noite, os revolucionários paulistas empastelaram e incendiaram nossas oficinas. A 9 de julho começou a revolução. Dessa data a 3 de outubro, quando ela terminou, entreguei-me a terminar "O Cavaleiro de Itararé", recebendo da Editora Unitas dois contos e quatrocentos, que me foram pagos em prestações de oitocentos mil réis, dando-me de comer naqueles três meses angustiosos. Para maior aflição, faleceu em minha casa uma cunhada, que viera com meu irmão do interior e não puderam regressar por residirem em zona de guerra. Fôram três meses atrozes, findos os quais, lancei o Manifesto de Outubro, com que fundei o Integralismo.

Que momento terrível! O General Waldomiro de Lima, governador militar, que encontrava dificuldade em formar o seu secretariado, pediu-me para assumir a Secretaria Geral, com poderes em tôdas as Secretarias de Estado, dizendo ser uma instrução do Presidente Vargas. Não aceitei, mas

indiquei-lhe o Dr. Ataliba Nogueira, homem de bem e de cultura, que desempenhou a contento e grande coragem cívica. Para um homem, como me pintam, ambicioso, chantagista, ladrão, farrista, não havia maior oportunidade na vida; mas rejeitei e na ocasião, eu tinha os sapatos cambados e as calças rotas e empenhava o relógio para comprar mantimentos... Como vivi nêsse tempo? Escrevi outro livro "A voz do Oeste", pelo qual a Editora José Olimpio me pagou três mil cruzeiros. Antes que acabassem êsses recursos, entreguei à Editora Civilização Brasileira os originais de "Psicologia da Revolução", que logrou duas edições em menos de três mêses, garantindo, com os honorários de "A Voz do Oeste" a minha subsistência. Depois, acertei com José Olimpio, uma mensalidade fixa, dando-lhe sucessivamente livros, a começar de "A Quarta Humanidade" e "Sofrimento Universal" ... Tal era a minha vida. Pobre, honrada, laboriosa, idealista, sem tempo nem para divertimentos, quanto mais para me entregar a orgias, como as que descreve o vil caluniador.

Assim continuei, nos anos seguintes, durante o apogeu do Integralismo. Sustentava-me, nêsse tempo, com o ordenado que me pagava "A Ofensiva", de dois contos e quinhentos (igual aos de Madeira de Freitas e Belmiro Valverde), e mais um conto e quinhentos que me dava a editora José Olimpio, além de direitos autorais recebidos da Livraria Antunes, da Schimidt, de Coelho Branco. O partido só pagava a parte da casa que eu lhe sublocava para funcionamento de alguns de seus serviços, o que importava em um conto e quinhentos. Trabalhando dêsse modo, para dirigir um movimento de tão grande vulto como não houve outro no país, e ainda escrevendo para ganhar a vida, que tempo teria eu para

outras coisas ? Assim foi até 1937. Depois, vieram prisões, exílio, e continuei a trabalhar, a escrever, produzindo a obra que hoje orça em mais de setenta livros. Essa foi tôda a minha vida, desde o alvorecer da juventude até o presente. Casei-me de novo em 1936 e as sociedades do Rio, de São Paulo e de Lisboa, cidades onde morámos, conhecem a vida que minha espôsa e eu temos levado: nunca frequentámos os ambientes do prazer onde damas e cavalheiros gastam suas horas noturnas.

Tudo isto que deixei aqui narrado e que parece não ter relação com a calúnia que me lançaram de farrista em Paris, na verdade constitui a minha mais cabal defesa. É uma questão de lógica. Um homem que dos 20 anos aos sessenta, em quarenta longos anos de convivência com milhares de pessoas, teve um teor de vida irrepreensível, como pode ter quebrado êsse teor uniforme, constante, irreduzível, em determinada ocasião ? Como pode o homem ordinário, o farrista asqueroso, o sujeito imoral, libidinoso, desbragado (como fui apresentado) conseguir manter-se irrepreensível, dia a dia, hora a hora, na sucessão de meses e de anos, sem um deslize, sem uma queda, sem um momento em que alguém, em qualquer circunstância, pudesse dizer: eu vi êsse homem proceder indignamente ?

Ou todo o mundo é cego; cegos os que conviveram comigo dos vinte aos trinta anos, dos trinta aos quarenta, dos quarenta aos cinquenta, dos cinquenta aos sessenta; cegos meus companheiros de jornalismo, de literatura, de política; cegos os meus íntimos; cegos os que disseram tanto bem a meu respeito em tôdas as fases da minha vida, ou então o vil caluniador é o mais infame dos homens e, mais do que êle, os divulgadores da sua calúnia.

Aos que, conhecendo-me, honraram-me com juízos favoráveis sôbre meu comportamento social, familiar e pessoal, como é o caso dos grandes prelados portugueses entre os quais o Sr. Cardeal Cerejeira e o Sr. Bispo de Helenopole, hoje Arcebispo de Evora, ou o Sr. D. Antonio Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, ou aquele verdadeiro santo que foi o Padre Leonel Franca; aos meus contemporâneos, que em centenas de escritos públicos e milhares de cartas particulares referem-se à limpidez e dignidade da minha vida; especialmente à juventude brasileira que de mim só tem recebido, com o conforto do ideal que lhe ofereço, o estímulo para o culto das virtudes cristãs entre as quais ressalto a pureza de costumes; a êsses é que me dirijo (não aos meus detratores a serviço do comunismo) para lhes dizer — uma vez que me conhecem — esta injúria eu ofereço a Deus, pela salvação da minha Pátria e daqueles mesmos que tão cruelmente me ofenderam.

Aos moços, direi que não desanimem vendo o que tenho sofrido e não percam a fé no valor da virtude, quando veem um homem, após todos os sacrificios, ser tratado dessa maneira. Que se lembrem sempre destas palavras da Imitação de Cristo:

“A tua paz não depende do juízo dos homens. Que êles interpretem, bem ou mal, o que fazes e o que dizes, sempre és o mesmo que eras antes de seus discursos”.

XIII

A TOMBOLA DA CRUZ VERMELHA

Em 1932, fui procurado pelo Sr. Iraci Igaiara, que me solicitou um favor. Possuía umas terras na região de Iguape, naquele tempo muito preferida para colonização, e desejava vendê-las, pois se encontrava em dificuldades financeiras. Disse-me que pensara num meio de se desfazer daquelas terras o mais rápido possível : oferece-las à Cruz Vermelha Brasileira, pelo preço pelo qual elas se avaliassem, procedendo-se a um sorteio de glebas, com margem de lucros para aquela instituição. Procurava-me (dizia) por saber de minhas relações de amizade com o Dr. Ulisses Paranhos, médico ilustre de São Paulo, que por sua vez mantinha as mais cordiais relações com a Senhora D. Antonia de Souza Queiroz, Presidente da Cruz Vermelha.

Não vendo nenhum inconveniente, encaminhei o Sr. Iraci Igaiara, como êle pedia e, dias depois, fui, de novo, procurado por êle. Dizia-me que o advogado e consultor jurídico da Cruz Vermelha, Dr. Carlos de Moraes Andrade, desejava falar-me, a propósito do negócio proposto àquela instituição.

Encontrando-me com aquele ilustre paulista, em seu escritório, informou-me êle que examinara todos os documentos relativos às terras de Iraci Igaiara e os achara corretos. A senhora D. Antonia

de Souza Queiroz, depois de ouvir o parecer de seu consultor jurídico, manifestara-se favorável ao sorteio e incumbira o Dr. Carlos de redigir o contrato. Mas impunha uma condição : não bastavam as garantias relativas à validade da posse e direitos sobre as terras favoráveis ao sr. Iraci Igaiara; ela queria uma garantia moral, que consistia em que eu (Plínio Salgado) figurasse, como elemento de confiança de ambas as partes, na escritura, na qualidade de inspetor da administração do sorteio. Relutei, a princípio, mas ponderando o Dr. Carlos de Moraes Andrade que nada havia de mal no caso, e pedindo-me Iraci Igaiara que acedesse, do contrário êle perderia a oportunidade de realizar a venda de suas terras, terminei concordando.

Foi lavrada escritura. A situação financeira de Iraci era difícil e teve de recorrer a empréstimos afim de imprimir os bilhetes e mais papeis para a execução do Sorteio, para o qual o Ministério da Fazenda dera a necessária licença.

Os bilhetes ficaram impressos uns dois ou três meses antes de principiar a Revolução Paulista, que eclodiu a 9 de julho de 1932. E Iraci Igaiara começou a venda dos mesmos.

Não tinha, porém, ainda, vendido o suficiente para pagar as despêsas dos impressos(creio que não chegou a vender nem trinta contos), quando, estourando aquela revolução, o volume de dinheiro que corria para as mãos da Cruz Vermelha levou-a a desinteressar-se pelo Sorteio, julgando mesmo que êste prejudicava as suas gratuitas arrecadações. Nestas condições, determinou a Iraci Igaiara que suspendesse as vendas de bilhetes, para recomeçá-las quando terminasse a revolução.

Diante disso, o Sr. Iraci Igaiara, em carta, que dirigiu a D. Antonia de Souza Queiroz, presidente

da Cruz Vermelha, declarou que considerava rescindido o contrato.

Andavam as coisas nêsse pé, quando o Sr. Iraci Igaiara soube que dois indivíduos, provavelmente gatunos, estavam vendendo bilhetes em Mogi das Cruzes. Talvez tivessem roubado do seu escritório, a menos que tivessem falsificado.

Imediatamente deu parte à Delegacia de Furtos e Roubos, solicitando a prisão dos dois homens e apreensão dos bilhetes.

A essa altura, terminada a revolução paulista e a Ditadura, não considerando **persona grata**, D. Antonia de Souza Queiroz, fez nomear Presidente da entidade o Dr. Vicente Rau.

Como o inquérito solicitado por Iraci Igaiara estava tendo andamento na Delegacia de Furtos e Roubos, esta oficiou à Presidência da Cruz Vermelha sobre qualquer matéria referente ao referido caso.

O Sr. Vicente Rau, por sua vez, oficiou à Delegacia pedindo informações acêrca do que se tratava, pois ignorava inteiramente a existência do sorteio.

O Delegacia solicitou do Sr. Iraci Igaiara a sua presença para dar as informações que o Dr. Vicente Rau desejava. Em consequência, o Sr. Iraci Igaiara apresentou o traslado da escritura, pela qual tudo se esclarecia. Nessa escritura foi visto o meu nome e logo o Partido Constitucionalista (em embrião) que é hoje constituído pelos homens da U. D. N. (sempre a U.D.N....), achando-se no poder pela nomeação para interventor, em substituição do general Waldomiro Lima, o Sr. Armando de Salles Oliveira, entendeu de fazer do caso um caso político. Meu nome estava lá...

Foram fornecidas notas aos jornais, que eram encimadas pelo seguinte título: "Grande desfalque

na Cruz Vermelha — o Sr. Iraci Igaiara chamado à Delegacia de Furtos e Roubos”.

Grande desfalque? De que? O Sorteio não chegara a funcionar sinão nos primeiros dias! As vendas não atingiram o suficiente para pagar a impressão dos bilhetes e alugueres de salas! O Sorteio era objeto de um contrato constante de escritura pública! O Consultor Jurídico da Cruz Vermelha havia dado seu parecer favorável ao Sorteio mediante cujos termos a Presidente da instituição resolvera firmar o contrato! A Presidência da Cruz Vermelha tinha os balancêtes periódicos do escasso movimento de vendas! O caso proposto à Delegacia de Furtos e Roubos fôra iniciativa do próprio Iraci Igaiara e referia-se a assunto inteiramente alheio à matéria objeto do seu contrato com a Cruz Vermelha! Esta não gastara um niquel no negócio! Tôdas as despesas tinham corrido por conta de Iraci Igaiara! Como “grande desfalque”? Desfalque aonde?

Mas é que a coisa se preparava habilmente. Dois ou três dias depois, nova notícia, com novos cabeçalhos: “O Sr. Plínio Salgado envolvido no desfalque da Cruz Vermelha”.

E a coisa derivou inteiramente, para este absurdo: um inquérto policial para apurar a validade de uma escritura, a filiação dos documentos mencionados na mesma, a avaliação das terras, perdendo-se de vista já agora, não só os ladrões denunciados por Iraci Igaiara (e que eram o único objeto da intervenção policial) mas também o próprio funcionamento do Sorteio, para se entrar em matéria que só poderia ser versada numa ação civil promovida por uma das partes contratantes!

Mas... a finalidade era fazer uma cortina de fumaça, estabelecer confusão no espírito público,

insinuar uma roubalheira e, tudo, visando, não Iraci Igaiaira, e sim a minha pessoa.

Os jornais lançavam grande estardalhaço. Acabaram esquecendo o nome de Iraci Igaiaira (pobre vítima de suas relações comigo) e só pondo em foco meu nome.

Sofri isto durante mais de um ano. Justamente quando estava organizando a Ação Integralista Brasileira em todo o país. Nêsse tempo, eu ainda não era afundador de navios, vendido aos nazistas, assassino de populares, pregador de nudismo, farista de Paris. Era simplesmente ladrão, um escroque, um chantagista, que dera um grande desfalque na Cruz Vermelha...

Dentro da própria Ação Integralista repontaram desconfianças. Certa vez um líder, em reunião de mais de cem pessoas, interpelou-me indagando se eu não iria esclarecer perante o público o caso da Cruz Vermelha. Perguntei-lhe: "O Sr. acredita no que os jornais estão dizendo?" Respondeu-me: "Eu não acredito, mas..." "Exclamei: "Basta! O que me interessa é o seu juízo. Quanto a esclarecimentos, de nada valem os que eu der; aguardo o pronunciamento da Justiça".

Por êsse tempo, o Serviço Secreto do Integralismo, não no intuito de defender-me, mas talvez pela curiosidade de ver se eu realmente estava envolvido n'alguma coisa, conseguiu, sem que eu soubesse, obter completa documentação do assunto. A pessoa que obteve as fotocópias levou-as ao Dr. Everaldo Leite, o qual, pressuroso, me veio dar os parabens. "Não há nada contra o senhor", dizia-me cheio de contentamento.

Mas proibi a publicação dos documentos. O que me interessava era o pronunciamento da Justiça.

O inquérito foi enviado ao Procurador da Re-

pública. Ele mandou arquivá-lo num despacho em que dizia: "Nenhuma ação criminal cabe contra Iraci Igaiara. A matéria dêste inquérito só pode ser debatida em ação civil, caso seja do interesse de uma das partes. Quanto a Plínio Salgado nenhuma relação tem com o assunto tratado nêstes autos".

Os jornais deram esta notícia em letra bem meúda, em página par, perdida entre matérias sem importância e anúncios.

Mas a calúnia ficou. Atravessou 23 anos! A imprensa bolchevista tomou conta dela. Arranjou-me um apelido. Repete-o. E esta infâmia me acompanhará tôda a vida.

O MANIFESTO DE 3 DE OUTUBRO DE 1933

III Parte

NO CAMINHO DA HONRA
E DO DEVER

XIV

O MANIFESTO DE 5 DE OUTUBRO DE 1955

No dia 5 de outubro de 1955, quando apenas escassos resultados se tinham das eleições do dia 3, não se podendo prever, da maneira alguma, quem ou quais seriam os eleitos, Plínio Salgado dirigiu um Manifesto à Nação, em que declara : “seja qual fôr o resultado das urnas, reconhecerei como legítimo o Governo que a Justiça Eleitoral der como eleito...”

Eis a íntegra do Manifesto :

Os resultados das apurações eleitorais, até este momento colhidos, não autorizam ainda qualquer previsão segura sobre os coeficientes finais a serem atribuídos aos quatro candidatos à Presidência da República, no pleito de 3 de outubro corrente.

É este, pois, o instante propício para a definição antecipada da atitude e da orientação a serem seguidas, seja qual fôr a decisão das urnas, por um dos candidatos cuja obra apostolar, há longos anos empreendida, independente das vicissitudes históricas e dos acontecimentos episódicos da vida política da Nacionalidade.

Aceitei a minha candidatura por um impositivo de consciência, em face de mais de dez mil abaixo-assinados contendo centenas de milhares de assinaturas de brasileiros oriundos das mais diversas correntes partidárias. O partido a que pertenço

não fêz mais do que aderir a êsse movimento, registrando meu nome na Justiça Eleitoral. Com isso, colocou-se na mais bela posição de independência e alheamento de conchavos a que pode aspirar uma agremiação política ciosa da sua própria dignidade.

A candidatura, entretanto, ultrapassou os limites partidários, para se tornar uma bandeira de ponderável corrente de opinião, na qual confluíram brasileiros das mais variadas parcialidades, apoiados no denominador comum dos princípios espiritualistas e nacionalistas que constituem a essência da minha doutrina.

Não recorri ao prestígio é a máquina administrativa eleitoralmente compressora de nenhum Governador de Estado; não me comprometi em acôrdos ou alianças partidárias; não me socorri de grupos financeiros, nacionais ou alienígenas; não solicitei a mínima recomendação de Prelados; afastei-me do convívio das esferas governamentais, jamais me tendo entrevistado com ministros, magistrados ou altas patentes militares; lancei-me sozinho tendo em vista a célebre frase de Raul Pompéia, "mau mas meu", fôssem quais fôssem os resultados das urnas. Êstes resultados estão sendo bons, valendo como lição política a mostrar que um homem humilde e simples pode recrutar ponderáveis massas eleitorais, quando êsse homem representa um corpo de idéias claras e definidas.

Foi verdadeiramente comovente, para mim, ver irmanados, em prôl do meu modesto nome, pessoas do mais alto valor moral, desde as oriundas das classes dirigentes (lavoura, indústria, comércio, professorado, jornalismo, profissões liberais e militares) até os tão significativos elementos das atividades trabalhistas (operários das cidades e dos campos) que foram, êstes, os primeiros a desfraldar

nossa Bandeira, promovendo, antes de mais ninguém, a obtenção dos recursos materiais necessários à propaganda. A maior parte dêsses contingentes não provinha do PRP, nem do antigo Integralismo, porém representavam forças novas, decididas a empreender comigo a grande obra da restauração dos valores morais da Pátria.

O concurso da Juventude nêsse movimento cívico de tão grande expressão cultural e tão nobre linha de conduta e distinção, veio dar aos nossos comícios o teor elevado das exposições doutrinárias que objetivam conduzir a mentalidade popular aos níveis onde não se respiram os miasmas das retaliações pessoais, onde não chegam os bafos da calúnia nem o rilhar de dentes das injúrias.

Sofrendo, embora, as imputações caluniosas mais incríveis, assacadas pelos corneteiros de uma das candidaturas cuja linha de conduta fugiu dos padrões éticos e da consciência cristã inerentes à perfeita dignidade política, mantive-me, como se mantiveram os meus propagandistas, dentro das normas de uma ação educativa e serena. Nossos comícios foram aulas, dadas por professores de nossas Universidades e dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Técnico, versando temas de História, Sociologia, Economia Política, Finanças, Administração. Esse o motivo pelo qual grandes massas populares, sem atração de divertimentos nem de exibição de tipos exóticos, nem facilidade de condução gratuita acorriam a ouvir nossos oradores, com uma atenção profunda, que impressionava quem quer que imparcialmente observasse os que falavam e os que escutavam.

Terminada a campanha eleitoral que na verdade foi mais uma campanha educacional por meus companheiros e por mim empreendida, do que uma

simples caça aos votos, sinto a minha responsabilidade de homem doutrinador. Não posso deixar dissolver-se tão grande movimento, que se formou em torno do meu nome e da ação que desenvolvi nêstes últimos meses, em prosseguimento do magistério por mim já exercido, desde longos anos, no sentido da formação de uma consciência nacional das realidades e necessidades do nosso país, da tradicionalidade da Nação e de seus superiores destinos históricos.

Decorre da consideração dessa responsabilidade a proclamação que ora faço à Nação Brasileira, anunciando :

1.º — Seja qual fôr o resultado das urnas, reconhecerei como legítimo o Governo que a Justiça Eleitoral der como eleito de conformidade com a Constituição da República e as Leis vigentes;

2.º — Seja, também, qual fôr o resultado das urnas, lançarei dentro do menor tempo, com firme estrutura e organização eficiente, um Movimento Nacional, superpartidário, objetivando recompôr a vida do País sôbre base espiritualista-cristã e de brasilidade, formando a Frente Única dos que pretendem reconstruir a Pátria mediante uma obra sistemática e persistente de educação popular. Esse grande Movimento promoverá a fundação de escolas não só de alfabetização, mas de instrução moral e cívica para o povo em geral; centros culturais operários e camponeses; cursos de extensão universitária; centros de debates de problemas nacionais. bibliotecas; grêmios teatrais e cinematográficos; campos de esporte; edições populares de livros e folhetos, assim como de revistas e jornais; promoverá conferências, confiando-as a personalidades de notório saber e moralidade; comemorará as datas e os heróis nacionais; visará, sobretudo, criar na

atual e nas próximas gerações uma nítida noção de deveres e de responsabilidades e uma consciência política elevada, sem o que será inútil todo esforço tendente entre nós à moralização do País.

3.º) — Poderão aderir ao grande Movimento e nele se inscreverem como cooperadores quaisquer entidades civis interessadas na campanha pela educação moral, cívica e política do nosso povo, assim como os partidos políticos, inclusive o Partido de Representação Popular, ao qual pertenço, caso os seus dirigentes entenderem que deve aquela agremiação participar do grande esforço que ora iniciamos para elevar o Brasil à mais alta plana de sua consciência nacional. O Movimento entretanto, não assumirá nenhum compromisso de caráter político-partidário com os partidos que o honrarem com seu apóio moral e intelectual.

Em conclusão: conclamo a todos os que me acompanharam na campanha da Sucessão Presidencial a virem cerrar fileiras neste Movimento que será a extrema Esperança da Pátria, porque não se inspira em ódios nem quer perseguir ninguém, mas só objetiva unir os brasileiros de boa vontade, no sentido da construção da Grande Nacionalidade que precisamos legar aos nossos descendentes.

Brasileiros! Esta é a Mensagem que vos dirijo no limiar de uma nova fase de minhas constantes e infatigáveis lutas um dia empreendidas e jamais interrompidas, pelo amor de minha Pátria e de meu Povo!

PLÍNIO SALGADO".

XV

POR AMOR DO BRASIL

Os que assistiram aos comícios por mim realizados no período de propaganda que precedeu às eleições de 3 de outubro, não podem duvidar da posição que assumi, apoiado pelo meu partido e corroborado pelos oradores que participaram da campanha. Essa posição se definiu nos seguintes termos :

1.º) — nitidamente contrária a qualquer concessão ao Partido Comunista e à política de aproximação da Rússia Soviética e das Repúblicas Socialista sob a influência de Moscou :

2.º) — igualmente contrária ao retorno do país a situação caótica de 1954, que culminou com a tragédia de 24 de agosto daquele ano;

3.º) — firmemente contrária a qualquer medida extra-legal, antes das eleições, durante a fase das apurações, ou antes que fatos concretos, positivos e insofismáveis, evidenciassem que o governo da República estivesse pondo em perigo, por seus atos, a estabilidade das instituições e a moralidade do regime, pois neste caso, e só neste caso torna-se impositivo o dever das Forças Armadas de intervir para assegurar a ordem interna, a manutenção das leis e a orientação mais conveniente aos interesses supremos da Pátria.

*

* *

Os dois primeiros itens são fáceis de compreender. Quanto ao comunismo, posso dizer, com legítimo orgulho, que ninguém no Brasil conta mais tempo de luta e mais intensidade de ação contra o partido russo do que o candidato à Presidência da República pela legenda do P. R. P. Principei em 1930; organizei o combate ao marxismo, em 1932, pela imprensa, pelo rádio, nas páginas de livros, em conferências e comícios, de tal maneira que em 1936, em relatório a Dimitroff, chefe do Comintern, publicado na imprensa, a direção do Partido Comunista Brasileiro informava que o fracasso da revolução vermelha de 1935 fôra consequência de não ter sido avaliada, em tôda a sua extensão, a força do integralismo no nosso país. A campanha de difamações, de injúrias, de calúnias, contra mim desencadeada desde então, por parte dos comunistas, dos cripto-comunistas e, mais tarde pelos adeptos da política da "mão estendida", não tem precedentes, em relação a nenhum homem público, na história do Brasil. Até da violência Moscou se utilizou: fui alvo de atentados em 1934 e 1937 conforme se pode verificar nos jornais da época. Conto pois, 25 anos de lutas contra o comunismo, pelo que não poderemos concordar, os que temos uma tradição nêsse esforço pela defesa nacional, em que se façam concessões àqueles que pretendem minar a soberania da Pátria Brasileira para subordiná-la à uma potência estrangeira. E quanto ao que poderemos chamar "gregorismo", ou seja a predominância ou influência de camarilhas palacianas na administração pública e na vida política do país, também o povo brasileiro conhece a minha atitude

e a de meus companheiros de ideal, porque jamais participamos, nem da Ditadura, desde a sua implantação até seu término, nem ocupamos cargos no Governo de 1950 a 1954, e a nossa atitude foi sempre de oposição contra os elementos que conduziram o Brasil aos tristes dias de agosto do ano passado. Logicamente, não podemos desejar, nem consentir passivelmente, a volta a um estado de coisas que seria fundamentalmente prejudicial à Nação.

Esta posição firme e decidida, entretanto, não nos leva à perda do bom senso, numa das horas mais delicadas e graves da vida nacional. Compreendemos as apreensões, as justas inquietações de bons brasileiros, temerosos de que, em razão de quaisquer circunstâncias, venhamos a ter, para desgraça da nossa terra, maiores franquias ao partido moscovita ou facilidades no sentido de que elementos indesejáveis hajam de vir recuperar nova situação de impunidade.

*

* *

Sim, compreendemos tudo isso e participamos dessas apreensões. Mas perguntamos : devemos, por meras conjecturas ou hipóteses, ainda não concretizadas, praticar o maior de todos os males, que seria a adoção de medidas extra-legais, sem justificativa material e fatos reais comprobatórios, justamente no instante em que o Superior Tribunal Eleitoral, corroborado pelos nobres conselhos das Forças Armadas e até de Sua Eminência o Cardeal do Rio de Janeiro, conseguiu do Poder Legislativo uma reforma eleitoral, que o Povo Brasileiro aceitou por justo título e boa fé, para usarmos a expressão moral traduzida em termos jurídicos ?

Qual a nossa situação, a dos quatro candidatos, que nos registamos, fomos à praça pública, falamos a multidões, garantindo, com a nossa propaganda, a honestidade de nossos propósitos, de aceitarmos a decisão das urnas? Se estivermos de acôrdo com uma medida extra-legal, que fraude, globalmente, as eleições, qual o juízo que farão de nós o Povo Brasileiro e o historiador do futuro, senão a de indivíduos improbos e falsos, que aceitavam a lei como boa em caso de êxito pessoal, dando-a como sem nenhum valor, no caso de insucesso de nossas respectivas causas? Qual a situação das altas autoridades da República, que deram ao eleitorado os meios mais idôneos e capazes de sua livre manifestação nas urnas, se terminado o pleito vierem dizer que a lei só teria valor para determinados candidatos, porém, não para outros? Qual a situação dos partidos políticos, que consentiram na validade das eleições, conhecendo quem eram os candidatos registrados, não tendo tentado embargar nenhum registro perante à Justiça competente, havendo aceitado implicitamente e tácitamente todos os registros, com a simples atitude de tomarem parte no pleito? O partido que não aceitar até ao fim as consequências do seu ato de fé na Constituição e nas Leis, agindo agora contraditóriamente, seja por ação ostensiva, seja por omissão calculada, como será julgado pelos homens de bem dêste País? Então as eleições só valem quando nós ganhemos?

Essas são as objeções que tanto o candidato do P.R.P., como os membros do Diretorio Nacional daquele partido fizeram a suas próprias consciências. E são também as objeções que igualmente devem fazer a seu fôro íntimo os quatro candidatos à Presidência da República, os dirigentes de todos

os partidos do país, os membros do Congresso Nacional, do Superior Tribunal Eleitoral e as altas autoridades da Nação. Porque, do contrário, o Povo Brasileiro nunca mais acreditará na validade das eleições, na vigência das leis, na permanência das normas constitucionais. Teremos envolvido, politicamente, reduzindo-nos à situação de insegurança constante a que se reduziram as Repúblicas Latino-Americanas, na sua maior parte. Perderemos a consciência jurídica. Abriremos o precedente que servirá de pretexto no futuro para a insubsistência de nossas instituições, ninguém podendo prever até que ponto sobreviverão aquelas mesmas leis que nos são mais caras pelo seu fundamento cristão.

*
* *

Compreendo e aceito a intervenção das Forças Armadas quando a Nação, comprovadamente, está sem governo, ou tem um governo que age no sentido destrutivo da ordem nacional. Acho, no atual momento, que as Forças Armadas, pelo seu patriotismo, pela sua clarividência, pela sua nobreza, devem estar unidas, vigilantes e dispostas a, seja qual for o governo que se instale no país em consequência da decisão do único órgão competente (a Justiça Eleitoral), êsse governo paute os seus atos de modo a impedir maiores franquias ao comunismo e a volta ao absurdo prestígio e impunidade de elementos que já levaram o Brasil à desgraça de 24 de agosto do ano passado.

A ordem civil do país repousa nas garantias que lhe oferecem as forças representativas da ordem militar, sem cuja assistência aquela não se pode manter. Há os momentos preciosos e decisivos da interferência do poder militar na vida do país.

A antecipação é a morte da fé nas instituições jurídicas; o retardamento reduz a eficácia da ação saneadora. O instante nacional exige calma, prudência, reflexão, a fim de que aguardemos os atos concretos e positivos, insofismáveis e indiscutíveis, do governo que a Justiça Eleitoral houver proclamado. Se os atos forem bons, que a Nação sustente êsse governo; se forem máus que se insurja contra êle e estou certo de que as Fôrças Armadas saberão agir dentro de seu alto espírito de bem servir ao Brasil em tôdas as oportunidades graves. Mas rasgarmos a Constituição, despedaçarmos a lei, destruírmos a confiança do Povo Brasileiro na prática da Democracia, sob o pretexto de suposições ainda não comprovadas, será o maior dos males.

*

* *

Além do mais — e agora me dirijo aos meus patrícios, cheios de bons sentimentos e que, impulsivamente pregam ao povo a solução do golpe, convencidos de que ela se impõe como medida salvadora — temos a considerar que, se tal providência extra-legal se antecipasse, ela viria fortalecer nas massas populares o mito messiânico, o qual já começava a desaparecer gradativamente e que foi de novo, galvanizado pela própria campanha de seus adversários.

Estão sendo superestimados êsses elementos nocivos de tal maneira que a importância a êles atribuída e a predominância para êles prevista não fazem mais do que elevá-los no conceito das massas, principalmente das massas proletárias, que começam a ver em tais personagens os seus líderes sacrificados. Não constitui isso um erro psicológico dos

mais graves? Todo êsse alarde, êsses pruridos de precipitação porventura não terão reflexos nas classes humildes, que constituem a maioria do povo, as quais começam a ser trabalhadas no sentido da desordem pelos eternos aproveitadores das emoções coletivas? Tendo-se em vista a agravação crescente do custo da vida (pois ainda esta semana se verificou a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade) e a revolta latente das massas operárias e camponesas contra os partidos já por elas cognominados de “granfinos” e contra as classes conservadoras apelidadas de “tubarões” por uma demagogia desenfreada, quem nos diz que o Comunismo não iria tirar partido dêsse estado de espírito?

Os momentos de crise nacional se resolvem mais com reflexões serenas do que com impulsos sentimentais. Êstes merecem respeito pelo seu fundo moral e pela sua nobre e alta significação. Mas a prudência é a mais hábil, a mais arguta, a mais exímia na solução pacífica das dificuldades e na conjuração dos perigos e, por isso, em tôdas as épocas da História, foi considerada a suprema virtude dos Reis e dos Homens Públicos.

Não vamos, nesta hora, fazer o jôgo dos inimigos do Brasil, precipitando-nos quando devemos aguardar com serenidade; adiantando-nos, quando o momento é o mais inoportuno; fazendo tábua rasa em tudo aquilo em que fizemos o povo acreditar em consequência de nossas próprias atitudes, acreditando primeiro do que o mesmo povo.



Escrevo estas linhas sem nenhuma animosidade, sem nenhum interesse, sem nenhuma paixão

política. Escrevo-as pelo muito amor que tenho por minha Pátria e por meu Povo. Escrevo-as, sobretudo, para deixar registada, mais uma vez, uma atitude de coerência e respeito à minhas próprias responsabilidades. Fazendo-o, exprimo a minha consideração e meu aprêço por aqueles que, inquietos e cheios de nobre ideal, apelam para medidas que podem trazer como resultado exatamente o contrário do que êles desejam. Entendo útil a iniciativa fraterna de conversar com êles, convidá-los a raciocinar comigo. Porque se é conversando que os homens se entendem, nunca o Brasil precisou tanto do entendimento, claro e honesto, de seus filhos.

XVI

O PERIGO COMUNISTA

O tom de tôda a minha campanha eleitoral até 3 de outubro foi nitidamente anticomunista. Enquanto o ilustre general Juarez Távora afirmava que, por sentimento cristão, deveríamos estabelecer comércio com a Rússia Soviética, para suprir os povos da cortina de ferro com mantimentos de que necessitavam para sua alimentação, meu pensamento, exposto claramente, era o dos Papas Urbano VI e Martinho V, quando no século XV, condenando a política econômica das Repúblicas de Veneza e de Genova, em relação aos muçulmanos, diziam que “os infiéis podiam ser enfraquecidos, desde que a Europa Cristã não lhes vendesse nem comprasse”.

Ao passo que os outros meus ilustres competidores evitavam ferir de frente o problema da defesa nacional no tocante ao partido russo que aqui atúa, nunca fiz mistério nem me escondi com frases ambíguas, ao alertar o povo brasileiro contra o maior de todos os perigos que ameaçam a Nação.

Jamais, na consideração do tema do petróleo, me pus de acôrdo com o silêncio de uns, ou a adesão ostensiva de outros, relativamente à tese, hoje vencedora nêste país, dos agentes de Moscou. Nem

no tocante à aplicação prática da norma constitucional da participação dos empregados no lucro das empresas, afastei-me um milímetro sequer do critério que tracei no meu Manifesto de 1936, quando procurei ressaltar os interesses da produção nacional, evitar a deflagração violenta da luta de classes, ao contrário do que fizeram a U. D. N., o P.S.B. e o P. D. C., os quais agitaram demagogicamente essa questão em termos desarrazoados que se tornara a bandeira de seu candidato.

E mais: nunca declarei, como fizeram meus ilustres competidores, sem exceção, que aceitaria os votos dos comunistas. Conservei-me firme, na minha posição de luta contra o marxismo, quer sob a forma de Terceira Internacional (Partido Comunista), quer sob a forma da Segunda Internacional (Partido Socialista), quer sob os aspectos variantes do trotsquismo.

Os que assistiram aos debates, em que tomei parte, da Mesa Redonda das Associações Comerciais do Brasil reunidas em São Paulo; da Associação Comercial de Recife; da sabatina com os Universitários de Porto Alegre, no Teatro São Pedro; ou as minhas entrevistas pelo Rádio e Televisão no Rio e em São Paulo; ou leram as respostas a questionários da imprensa a que me submeti, êsses podem atestar a minha inflexível linha doutrinária no que se refere ao comunismo e às suas teses anti-sociais.

COERÊNCIA IRREDUTIVEL

Essa linha de coerência conquistou desde 1930, contra minha pessoa, a odiosidade dos adeptos

da política da “mão-estendida”, dos cavalos de Tróia metidos no próprio seio da Religião, os quais reproduzem, tantos séculos depois, a tentativa de Felipe o Belo e seus sucessores, quando pretendiam afrancesar o Cristianismo e tirá-lo da influência de Roma. E não só os cripto-comunistas, porém os extremados liberalistas sempre dispostos a desarmar a Nação de seus meios de defesa investiram contra mim. Porém no curso de longos anos mantive o fogo na minha trincheira, pela imprensa, pelo livro, em conferências ou promovendo organizações da Juventude com o objetivo de formar nas novas gerações uma consciência de Defesa Nacional.

Ninguém pode por em dúvida a minha atitude em face do comunismo. Já não me refiro à batalha por mim empreendida desde 1930, a qual me custou toda a catadupa de calúnias, injúrias, atentados pessoais e mais violências que os inimigos da Pátria contra mim desencadearam. Refiro-me a êstes nove anos posteriores ao meu regresso do exílio, à minha ação incansável, que muitas vêzes quase me levou ao desânimo, pelo desamparo em que me vi, incompreendido justamente por aqueles que me deveriam ajudar.

Êsse estado de espírito pode ser percebido no prefácio de meu livro “Mensagem às pedras do deserto”, livro para o qual chamo a atenção, neste grave momento, de todos os brasileiros de boa vontade.

Só dois homens, nestes últimos tempos, têm lutado abertamente contra o comunismo em nosso país: o Almirante Pena Boto e eu. Ambos temos sido ridicularizados, apresentados como fantasistas olhados mesmo com certo desprezo pela “gente bem” das champanhotas políticas e cívicas da nossa

sociedade. O que tem feito aquele bravo militar, nêstos últimos tempos, é qualquer coisa de comovente e digno de todo o respeito.

Quanto ao que tenho feito, posso dizer aos anti-comunistas da undécima hora, muitos dos quais já militaram nas fileiras do partido de Moscou, que foi obra sistemática, perseverante, obedecendo a rígidos esquemas de uma luta, sob todos os aspectos desigual, contra a hidra do imperialismo soviético.

TRINCHEIRA DA MINHA LUTA

Realizei, de 1949 a 1955, centenas de conferências, em todo o território nacional, que foram verdadeiras aulas sôbre a filosofia, a sociologia, a economia, a história, a técnica, a estratégia política e a tática de ação do partido russo. Nos dois últimos anos êsse meu trabalho foi intenso, principalmente nos estabelecimentos de ensino secundário, técnico e superior, onde a propaganda falada e escrita, com avalanches de livros, folhetos e revistas oriundas de Praga, Varsovia, Pequim, Moscou e outros centros vermelhos, minava a mocidade do nosso país. Êsses cursos sôbre o comunismo e seus tenebrosos processos foram considerados de tal importância, que a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo me pediu para repeti-los tendo como ouvintes os delegados, comissários, inspetores e funcionários, os quais, na verdade, em número de centenas, acorreram a escutar as minhas lições.

Não me limitei à palavra falada. Fundei o único jornal especializado em assuntos comunistas, atualmente existente em nosso país, que é êste se-

manário A MARCHA, esforço heróico, pelo fato de a maior parte dos anunciantes temer dar ao órgão, ostensivamente anti-comunista, suas publicidades, alegando o perigo que corriam de serem sabotados em suas fábricas ou estabelecimentos comerciais pelo grande número de empregados adeptos do credo vermelho. Ninguém pode avaliar o que é a luta financeira para a manutenção de um jornal que mete medo à burguesia pela sua atitude desassombrada contra o partido da Rússia. Mas não tenho abandonado esta trincheira e aos anti-comunistas da undécima hora, que só descobriram a existência dessa lepra moral quando os seus interesses políticos coincidiram com essa descoberta, desafio para que, examinando a coleção do nosso jornal, desde o seu primeiro número em 21 de fevereiro de 1953, vejam se em algum número, desde o início até o presente faltou o nosso fogo cerrado contra a peste moscovita. E eu, em seguida, lhes perguntarei, aos anti-comunistas improvisados por força de ambições partidárias, se durante esse tempo fizeram algum discurso ou escreveram algum artigo corajosamente lançado contra os vermelhos.

Fiquei apenas na ação jornalística e oratória? não, senhores. Vi que a organização da juventude comunista, o Consomol, com seus Congressos internacionais sucessivamente realizados em Berlim Oriental, Praga, Viena, Bucareste e Varsóvia, exigia uma contra-partida, com uma organização de jovens cujo espírito deveríamos formar dentro dos princípios cristãos e dos sentimentos de brasilidade. Era preciso despertar a mocidade do Brasil e dar orgânica aos seus processos de ação anticomunista.

Enquanto os anti-comunistas da vigésima quarta hora se ocupavam de seus interesses políti-

cos ou particulares, meti ombros a tão importante empreendimento. Orientei os moços, dei-lhes assistência, com os maiores sacrifícios de minha parte, criando a Confederação de Centros Culturais da Juventude. Também havia dificuldades financeiras. Não me envergonhei de sair, de porta em porta, como um mendigo, pedindo um óbulo aos brasileiros para que pudéssemos forjar uma nova geração, iluminada pela consciência dos deveres e das responsabilidades, esclarecida sôbre o problema comunista, preparada em aulas de Filosofia, Sociologia, Economia, Política Internacional, Geografia Econômica do Brasil, Interpretação da História e outras disciplinas, para a sua ação futura no cenário da vida nacional.

Estão fundados quinhentos e quatro Centros Culturais no país; em todos êles, além das aulas e conferências sôbre as matérias acima enunciadas, damos cursos de antimarxismo, em contraposição aos cursos de marxismo dados nos grêmios comunistas que funcionam no país e cujos programas completos consegui obter. Esta obra tem sido sistemática e com sacrifícios tais que tive muitas vêzes de me endividar, recorrendo a crédito bancário, como é do conhecimento dos próprios jovens que assistem comovidos a êste meu esforço sobre-humano pela salvação de minha Pátria das garras da Rússia Soviética. Esses "águias-brancas", como são designados os moços do movimento redentor constituem o julgamento antecipado do Futuro a respeito de um homem que tem sido vilipendiado e moralmente massacrado pela incompreensão ou perfídia dos seus contemporâneos.

Tôda essa ação por mim desenvolvida foi acrescentada pela iniciativa de lançar ao público livros anti-comunistas, no sentido contrário das ativida-

des editoras do partido russo em nosso país, exercida através de cinco emprêsas editoriais vermelhas, que nunca encontraram oposição dos anti-comunistas improvisados de certos partidos em cujas legendas se elegeram elementos de Moscou.

Mandei traduzir e eu mesmo traduzi obras escritas sôbre a realidade do que se passa na Rússia atual e nos países da Cortina de Ferro. E, de minha própria autoria, assim como de um grupo de intelectuais brasileiros, fiz publicar outro tanto, esforçando-me, desse modo, por neutralizar a intensa propaganda no seio do professorado, das classes armadas, das profissões liberais e dos estudantes e ainda pequenas obras ao alcance das classes operárias.

Organizei, ao mesmo tempo, uma pequena elite especializada no conhecimento da técnica e da tática do partido de Moscou e essa realizou pesquisas as mais interessantes, descobrindo a maior teia de espionagem e organização revolucionária secreta em nosso país e na América do Sul, ao mesmo tempo, que, desanimado pela inoperância do Governo, fiz chegar, por intermédio de terceira pessoa, ao conhecimento do "Correio da Manhã", farta documentação sôbre a entrada no Brasil de contingentes do Exército Vermelho sob a capa de deslocados de guerra.

A tôda essa máquina por mim montada, com sacrifícios que só Deus sabe, tenho a juntar a ação do partido político que presido. Esse partido é o único (o único, notem bem, porque não excluo nenhum dos outros) que jamais consentiu em sua legenda o ingresso de elementos ainda que de leve suspeitos de pertencerem ou serem simpáticos às hostes moscovitas.

Nos debates nas Casas Legislativas e perante

a Justiça Eleitoral, o meu partido consagrou-se como o inimigo irredutível do comunismo.

ORGANIZAÇÃO E AÇÃO COMUNISTA NO BRASIL

É com essa folha corrida que me apresento à Nação neste momento. Apresento-me para, baseado nos conhecimentos que tenho, não só da técnica comunista, mas também dos dados práticos positivos, denunciar ao Povo Brasileiro que ele está sendo ludibriado, nestes últimos meses, pela mais hábil, mais astuta, mais eficiente das mistificações dos adeptos de Moscou, dos eternos traidores da Pátria, ansiosos pela perturbação da ordem legal e fingindo-se defensores dela.

Infiltrado em todos os setores da vida nacional, jogando com paus de dois bicos, agindo subterraneamente em sentido oposto a suas atitudes ostensivas, o partido comunista não é contrário às medidas extra-legais de que ultimamente se vem falando, mas deseja-as ardentemente para agir como fez Lenine em 1918 na Rússia, isto é, lançando o país na confusão e conduzindo os acontecimentos igualmente como vem descrito no livro de John Read intitulado "Dez dias que abalaram o mundo".

A preparação revolucionária comunista vem acompanhada, passo a passo, desde que o partido da traição foi posto fora da lei. Dos sucessivos congressos internacionais promovidos por Moscou em várias capitais dos países da Cortina de Ferro; das visitas de líderes comunistas brasileiros à Rússia Soviética; dos congressos da CTAL realizados na América do Sul (e chamo atenção para o Congresso

Sindical do Sul, no ano de 1949, em Montevideu) e da vinda de emissários especiais do Kremlin, originasse toda a orientação firmemente executada pelos traidores do Brasil. Ela se concretizou da seguinte maneira:

1) — intensificação da organização de células e reativamento das já existentes no Exército, na Marinha e na Aeronáutica;

2) — domínio das direções dos sindicatos de trabalhadores;

3) — organização dos comitês de fábricas;

4) — multiplicação de células nos meios estudantis (cursos secundário, técnico e superior;

5) — fundação de células nos meios rurais, especialmente nas fazendas (esse trabalho recrudesciu de 1949 para cá);

6) — infiltração na imprensa burguesa, no rádio e outros meios de difusão (sistema revelado por Koestler de serem os jornalistas apenas secretamente filiados ao P. C., aparentando muitas vezes atitudes anti-comunistas para atingir objetivos comunistas;

7) — infiltração no teatro, no cinema, nos meios artísticos (pintura, escultura, arquitetura, música, outras artes) e na literatura (romancistas, poetas, críticos literários e associações e clubes de gente das letras;

8) — células no funcionalismo público;

9) — incentivação dos movimentos femininos de caráter revolucionário, sem essa aparência;

10) — organizações e movimentos para-comunistas, de aspecto meramente social, político, ou cultural, executando as determinações de Moscou (Congresso da Paz de Viena, Petróleo é nosso, luta

contra o acôrdo militar Brasil-Estados Unidos, apôio à atitude russa na Conferência de Genebra, etc.);

11) — eleição de vereadores, prefeitos, deputados e senadores nas legendas dos partidos liberais-democráticos;

12) — infiltração nos postos-chaves da administração pública e das grandes emprêsas, especialmente em gabinetes de ministros, governadores e até de presidentes da República, não dando demonstração do caráter comunista dos infiltrados;

13) — preparação das massas para as guerrilhas, mediante cursos metódicos (a polícia de São Paulo descobriu a sua existência) e lições mimeografadas (idem, idem, conforme documentos que possuo), e igualmente para a sabotagem de estradas de ferro, telégrafos, usinas, estradas de rodagem, assim como de barricadas e combates de rua (também possuo documentos a respeito);

14) — agravação da situação econômica pela baixa da produção, pela desorganização do trabalho e pelo comando das greves;

15) — entrada clandestina de elementos técnicos de guerrilha e sabotagem, ou camuflados sob a capa de imigrantes deslocados de guerra;

16) — entrada de dinheiro e de armas por meios clandestinos, muitos dos quais são do nosso conhecimento;

17) — manutenção de editoras destinadas a divulgar a doutrina marxista-leninista e a propaganda da Rússia Soviética (ainda agora, na Feira do Livro se podem apreciar essas belezas...);

18) — manutenção da imprensa comunista que hoje conta 22 diários, e mais 40 semanários, conforme se viu na Exposição de Material Comu-

nista por mim organizada e que estêve aberta seis meses, na Avenida Rio Branco.

19) — atividades de serviço secreto, ligado à M. V. D. (polícia política soviética);

20) — serviço de comunicações em todo o país;

21) — infiltração nas diversas religiões, como sejam Catolicismo com suas diferentes irmandades e associações, igrejas protestantes, centros espíritas e sociedades teosóficas;

22) — conquista das classes dos médicos, dos advogados, dos engenheiros e dos professores, mediante atrações de ordem cultural e congressos nacionais e internacionais;

23) — infiltração e organização na Marinha Mercante, nas Estradas de Ferro, nos Departamentos de Estradas de Rodagem.

Esse trabalho vem sendo executado sistematicamente. Só duas vozes têm denunciado de público essa tremenda máquina de destruição da nossa Pátria : a do Almirante Pena Boto e a minha. Onde os deputados e jornalistas, oradores e professores dos partidos, inclusivé a U. D. N., que sempre silenciaram sôbre êsse gravíssimo perigo ?

OBJETIVOS ATUAIS DO COMUNISMO NO BRASIL

Baseado no conhecimento que tenho de toda essa organização tenebrosa e dos precedentes da política adotada pelo Partido Comunista, assim como nos fatos evidentes da atualidade política brasileira, é que ousou afirmar :

1.º) — O Partido Comunista já se julga preparado para tentar a insurreição em nosso país (operários, camponeses, soldados e marinheiros);

2.º) — De acôrdo com a tática de Lenine (que também surtiu efeito na Tcheco-Eslováquia, na Polônia, na Hungria e na China), o Partido Comunista precisa efetivar a tarefa de desagregação das forças conservadoras do Brasil, para agir na confusão e suscitar o que Lenine chamava a “oportunidade histórica”, ocasião em que êle, em 1918, surgiu do esconderijo em que se achava e também ocasião para Luís Carlos Prestes ou algum russo que já esteja aqui, surgir para surpresa de todos os incautos;

3.º) — Nestas condições, tendo balanceado as forças eleitorais do país, com a segurança que o serviço secreto do Partido Comunista oferece, e verificando que, achando-se a maior força eleitoral, que é São Paulo, dividida (e as eleições o comprovam, dando 41% para Adhemar, 33% para Juarez, 16% para Juscelino e 10% para Plínio), logicamente deveria predominar a segunda força eleitoral, que é Minas, a favor de Juscelino, como de fato se deu, pois o candidato mineiro teve mais de 60% de votos; e considerando ainda a máquina do PTB, com o mito getulista em pleno vigor, o Partido Comunista, dentro de seu realismo, tirou a conclusão das probabilidades dos J. J. Além do mais, considerou que de todos os candidatos os que ofereciam melhor perspectiva de perturbação da ordem, dados os ódios em que se dividiram as correntes políticas vindas de 24 de agosto de 1954, eram os da chapa J. J., uma vez que a sua vitória iria provocar naturais apreensões e suscitar divisões nas Forças Armadas. Então Luís Carlos Prestes, na reunião do Comité Central, realizada nos dias 9, 10 e 11 de agosto, quando tudo já indicava a possibilidade de êxito das candidaturas J. J., pois estávamos apenas à distância de 48 dias das eleições,

apresentou o “informe” do Presidium, que serviu de base à adesão do Partido Comunista àquelas candidaturas;

4.º) — Nas entrelinhas dêsse documento, pela insistência com que se repete o tema do “golpe” e pela frequência com que se afirma dever “o partido utilizar a oportunidade da campanha eleitoral a fim de ajudar com medidas concretas e eficientes as Organizações de Base”, e ainda quando diz que a atitude do partido comunista “permitirá um maior estreitamento de ligações com a parcela das massas trabalhadoras do P. T. B”., vê-se claramente que os métodos leninistas suscitadores de condições específicas tendentes à composição sócio-política da “oportunidade histórica” decorrente do que na terminologia bolchevista se denomina a “pressão das massas”. Só quem não conhece os processos da estratégia e da tática de Lenine é que não percebe o paralelismo da ação do partido comunista, ostensivamente lutando contra o golpe e pugnando pelas liberdades democráticas e sub-repticiamente forçando a precipitação das forças conservadoras com o fato de dar a estas a impressão de que os comunistas comandam a reação contra medidas extralegais, tornando, destarte, suspeitos todos os que pugnam sinceramente pela ordem constitucional...

5.º) — Essas provocações são evidentes em certos trechos do “informe” que serviu de base à resolução do Partido Comunista, por exemplo, quando diz: “Quanto mais estreitas e vivas forem nossas ligações com as massas, tanto mais facilmente, na emergência de um golpe de Estado ou militar, conseguiremos levá-las à rua para que lutem e elejam na própria ação seus organismos de frente-única, saídos do seio das próprias massas,

capazes de dirigir e armar o povo, de tomar medidas a favor do povo e de INICIAR A CRIAÇÃO DE UM NOVO PODER DO POVO..." Nessa frase estão contidas uma mistificação ostensiva (defesa da lei, com evidente provocação do desejado golpe que abrirá as portas à guerra civil) e uma realidade baseada nos métodos bolchevistas (como foi aplicada em Barcelona, quando os anarquistas e liberais que formaram a frente única com os comunistas, foram dominados por êstes;

6.º) — O "informe", objetivando a formação de frentes únicas locais como base do sistema de guerrilhas, segundo os métodos de Mau-Tse-Tung na China, aconselha o partido russo a fazer alianças, nos âmbitos municipais, com a U. D. N., contra o P. S. D., quando os elementos pessedistas dos municípios não o queiram. É o trabalho "por baixo" visando os efeitos gerais "por alto";

7.º) — As provocações comunistas visando irritar os elementos conservadores da Nação e as Forças Armadas tornaram-se patentes depois das eleições de 3 de outubro. Se o governo de Juscelino é o que mais convém ao Partido Comunista, a atitude lógica dêste partido seria a de não criar embaraços à posse do mesmo governo, no caso de ser proclamado pela Justiça Eleitoral. O Partido Comunista deveria conservar-se calado para não dar pretexto aos partidários do golpe, temerosos da influência do partido de Moscou no governo Juscelino. Mas, ao contrário: é justamente nesta hora delicada que a agremiação moscovita, pelos seus jornais, pelos seus impressos, pelas atitudes de seus chefes procuram, à viva força, tornar patente a sua posição de relêvo na luta contra a ilegalidade. E isso de tal maneira tem sido feito que algumas pessoas ponderadas do P. S. D. e do P. T. B. já começam

a desconfiar de tamanho açodamento por parte daqueles a quem mais interessaria o reconhecimento normal e a posse legal de um governo para cuja eleição dizem os comunistas também haverem concorrido...

8.º) — Um fato digno de tôda a atenção deve ser aqui mencionado: a viagem do sr. Frota Moreira, deputado comunista eleito na chapa do P. T. B., imediatamente após as eleições, o qual embarcou, em companhia do chefe bolchevista Jorge Amado, para tomar parte no Congresso de Viena, organizado por Moscou, mas na realidade com o fito único de fazer um relato completo na União Soviética sôbre a aplicação da tática leninista, no recente episódio eleitoral do Brasil com a dedução dos resultados práticos facilitadores da ação revolucionária do Partido Comunista em nosso país. E, utilizando-se ainda dos processos psicológicos da provocação (quando se houvesse interêsse na posse do governo Juscelino os comunistas deveriam conservar-se discretos), êsse deputado Frota Moreira faz um discurso em Viena preconizando, nem mais nem menos do que a redução dos efetivos de nossas Fôrças Armadas! Essa sugestão, partindo de um homem que, oficialmente, é deputado do P. T. B., objetiva indispor as nossas Fôrças Armadas contra o próprio partido a cuja legenda se acolheu, nunca deixando de ser um comunista. Isso torna solarmente comprovado o interêsse do Partido Comunista em prôl de medidas estratégicas precipitadamente adotadas para facilitar o movimento de massas e a reação da guerra civil, baseada não só nas fôrças populares, mas mesmo em certas camadas das próprias Fôrças Armadas e com a colaboração dos agentes moscovitas em postos chaves da administração pública brasileira;

9.º) — Um interesse fundamental para o Partido Comunista é a adoção das causas simpáticas ao povo, a tomada de posição a favor de reivindicações aparentemente justas. Em 1918, na Rússia, jamais se pronunciou para as grandes massas a palavra comunismo. Escondido, em lugar incerto, como hoje se repete no Brasil como o chefe comunista, Lenine comandava a manobra, fazendo lançar, para os efeitos da “frente única”, a reclamação de uma paz em separado com a Alemanha e a Áustria. Em seguida, fez lançar o tema das reivindicações agrárias para as massas camponesas e o tema da alimentação para as populações urbanas, tudo acrescentado pela luta pelas liberdades democráticas. Essas reivindicações trouxeram a quebra das estruturas tradicionais do Estado e, na plenitude da confusão dos partidos, os bolchevistas, que eram em número reduzido, conseguiram conduzir os acontecimentos estabelecendo as paralelas contraditórias: da luta pela constitucionalização do país e, ao mesmo tempo, a organização e preparação revolucionária para, na oportunidade histórica, darem o golpe na própria Assembléia Constituinte (que só funcionou 24 horas) e implantação do regime soviético (não se falava ainda em comunismo), pois os bolchevistas já se haviam apoderado das direções dos sovietes, que eram uma espécie de sindicatos de classe. É então que aparece Lenine, pela primeira vez diante do povo, naquelas cenas patéticas descritas por Orsendovsk. Esse processo foi repetido nos países hoje chamados da “Cortina de Ferro” e, de modo magistral, na China, onde as massas de guerrilheiros que decompueram as tropas regulares de Chiang Kai-Shek, estavam convencidas de que lutavam apenas pela repartição das terras e contra o imperialismo americano. Aqui, no

Brasil, os comunistas já arrebataram, das mãos dos verdadeiros patriotas, a bandeira do nacionalismo, ao qual deram, com rigorosa repetição do que se fez na China, o caráter de um jacobino feroz. Agora, o Partido Comunista tenta arrebatá-la das mãos dos homens sensatos e dos brasileiros defensores da ordem e das liberdades justas, a bandeira da Constituição e das Leis, ao mesmo tempo que se prepara, como diz o "informe" de Prestes, para tirar partido da confusão e (palavras textuais) "iniciar a criação de um novo poder do povo", o qual não significa outra coisa que o golpe vermelho, a abolição da Constituição, a implantação da ditadura comunista, que suprime tôdas as liberdades públicas e privadas. Como se vê, a técnica, a estratégia, a tática, os processos, os métodos do Partido Comunista em nosso país são rigorosamente os mesmos adotados na Rússia em 1918, e repetidos em todos os países que caíram nas garras do bolchevismo. Com essa atitude, os comunistas precisam de uma antecipação golpista contra a Constituição e a Lei Eleitoral, para roubarem dos bons brasileiros que temem a influência vermelha no governo de Juscelino (se o Tribunal o declarar eleito), a força moral perante as massas (operários, camponeses, soldados e marinheiros), ficando eles com o estandarte da legalidade. Eles, os comunistas, sabem que um golpe (se fôr o caso e houver justificativas) posterior à posse de quem fôr declarado eleito, representa, apenas, o episódio de uma deposição; mas um golpe antes da posse, sem motivos concretos e positivos resultantes de atos reprováveis, significa a morte da Constituição e das Leis, grangeando antipatia e rancor de milhões de eleitores, que compareceram às urnas, contra aqueles que tomarem a iniciativa extralegal. Os comunistas precisam

que isso aconteça, porque assim ensina a dialética revolucionária do marxismo-leninismo, a qual determina a sucessão dos fatos históricos dos quais decorre a formação de específico estado psicológico coletivo, cuja consequência, nas próprias estruturas das Forças Armadas é a resultante do que Lenine chamava "pressão das massas".

10.º) — O Partido Comunista espera, dentro do clima de rebelião popular, aproveitar-se, coordenando-os segundo as lições de Lenine aplicadas na China por Chou-En-Lai e Mao-Tse-Tung, dos seguintes elementos: a) — militares e civis decaídos com a queda de Getúlio Vargas, no ano passado; b) — militares não getulistas, mas por doutrina ou convicções contrários a medidas extralegais; c) — elementos comunistas infiltrados nas tropas; d) — organizações de massas, operárias e camponesas, já instruídas na técnica das guerrilhas e da sabotagem; e) — massas populares nas capitais, já instruídas na técnica das barricadas e combates de rua. Os primeiros elementos (militares getulistas ou não getulistas) seriam utilizados apenas nos momentos iniciais, competindo aos comunistas infiltrados nas tropas e às organizações de base, operárias e camponesas, como se deu na Espanha, a dominação dos momentos posteriores na sucessão dos episódios da guerra civil. Resta saber se estes últimos elementos dispõem de armas. Melhor do que eu, sabe o Serviço Secreto do Exército e sobre este assunto devo calar por não ser de minha competência e sim das autoridades militares. Lembro apenas que assim como um iate francês já fazia dois dias que se achava descarregando contrabando, quando um transeunte, estranhando o fato, denunciou-o à polícia, também muito possível é a entrada de armas em descarregamentos de horas e não de

dias. E quanto às nossas fronteiras, posso informar com a mais absoluta segurança, que enormes trechos estão há muitos anos desguarnecidos.

A minha responsabilidade de lutador acérrimo contra o comunismo, os meus sofrimentos recebendo os ataques justamente daqueles que agora se dizem anti-comunistas e que sempre, sistematicamente, tentaram desmoralizar-me em nome de uma política de “mão estendida” ou de franquias aos inimigos da Pátria sob o pretexto de falsas liberdades democráticas, representadas pelo socialismo, pelo maritismo, pela “eterna vigilância” em torno de liberalismos licenciosos; as difamações de que fui alvo; a indiferença dos que me deviam ajudar; tôda essa folha de serviços pelo Bem da minha Pátria, conferem-me autoridade para dizer aos meus patrícios nesta hora grave da Nação, que não devemos, de forma alguma, fazer o jôgo bolchevista, supondo estarmos a combater essa hidra perversa, mas na verdade pegando a isca de seu anzol, dando-lhe armas para a destruição nacional.

Não sei qual a decisão da Justiça Eleitoral. Tudo parece provável que seja dado como eleito o Sr. Juscelino Kubitschek. Jamais conversei com êsse senhor, nem antes, nem durante, nem depois do pleito. No curso da propaganda eleitoral, apenas o encontrei duas vêzes, uma no aeroporto do Rio, quando eu desembarcava em companhia de Assis Chateaubriand e êle ali estava para embarcar; outra vez no aeroporto de São Paulo, quando eu desembarcava e êle ali estava para embarcar não sei para onde. Cumprimentámo-nos educadamente, diante dos jornalistas presentes, e nada mais. Não tenho compromissos políticos com êsse candidato que, como os outros dois, foi meu adversário na campanha em que me lancei. Quero ainda dizer

que, até êste momento, só tive contato com os chefes de partidos interessados na manutenção da legalidade. Nem eu, nem pessoas a mim ligadas, ambiciona coisa alguma de um govêrno do qual ainda não sei se irei, talvez, ser opositor, conforme a sua atitude e os seus atos. Falo, como sempre falei, colocando os interesses nacionais acima de tudo e a salvação da minha Pátria como o objetivo permanente da minha vida. Sei que estamos num país tão desmoralizado e desgraçado, que as grandes atitudes, por mais elevadas e nobres que sejam, são interpretadas de acôrdo com o senso hoje generalizado da corrupção, da miséria moral, reduzindo-se tudo a questões de comércio vil, do "dá cá e toma lá" das épocas de extremo rebaixamento da sociedade. Nestas condições, é preciso muita coragem, muito desprezo pelas víboras que coleiam babujando calúnias e siflando injúrias contra aqueles que, pela altura moral em que se colocam, não podem ser vistos pelos répteis que andam ao nível do chão. E por saber tudo isso, apresento-me perante Deus e minha consciência, cumprindo o meu dever, que é denunciar à Nação as manobras demoníacas do Partido Comunista contra o qual conclamo as forças vivas do Brasil e as suas Fôrças Armadas.

O comunismo está interessado no golpe, agora, antes da decisão da Justiça Eleitoral, e depois antes da posse normal do govêrno dado como eleito. Quer roubar-nos a bandeira da legalidade, da Constituição, das liberdades públicas. Está provocando os homens de bem, temerosos de sua influência no próximo govêrno. Então, pergunto: qual deve ser a nossa atitude, com os precisos conhecimentos que temos dêsses malvados que visam seus fins perversos? Só pode ser uma, desdobrada em dois tempos: 1.º) — manutenção da legalidade, a todo o

transe; 2.º) — atenção vigilante do Povo e das Forças Armadas para o Governo que se instalar no país, de sorte que, agindo êsse Governo de acôrdo com os supremos interesses da Pátria, sem dar franquias ao partido da traição, sem adotar no campo internacional a política de aproximação com a malta de assassinos e bandidos que domina a Rússia, a Europa Oriental e a maior parte da Ásia, nêsse Governo, por nós respeitado e mantido; mas no caso contrário, que nos levantemos, e não permitamos, de forma alguma, que o Brasil se afunde no cáos para onde pretendem levá-lo os comunistas mancomunados com as catervas gregorianas, as quadrilhas dos desfalques e roubalheiras que já desgraçaram a Nação e cujo inescrúpulo pode conduzí-los a alianças com os agentes de Moscou.

Entendo que esta atitude é de uma clareza meridiana. E quando a assumo não me apresento apenas aos meus contemporâneos, mas ao julgamento do historiador do Futuro, que há de examinar, uma por uma, as posições dos homens públicos nesta hora que vivemos.

No meio das incompreensões e da maldade dos nossos dias, repetirei o que disse Sidonio Pais, antes de tombar alicerçando com seu sangue a Nação portugêsa que hoje se ergueu sôbre a base da ordem interna e avultando no mais brilhante prestígio externo: "Amigos, eu não vivo na Pátria de hoje; vivo na Pátria de ontem pela Pátria de amanhã".

Os mediócrees não entenderam essa frase gloriosa; talvez a menosprezassem. Os políticos apaixonados passaram por ela desatentos. Mas as gerações de hoje, na Pátria de Camões, compreendem tôda a grandeza daquêlê mártir da Nação.

XVII

COERÊNCIA DO INTEGRALISMO

A doutrina do Integralismo sempre me orientou na tomada de posições na vida política brasileira.

Essa doutrina oferece uma concepção espiritualista do Universo e do Homem; propõe princípios ordenadores da construção do Estado, baseados na intangibilidade da Pessoa Humana e na liberdade de realização e de expansão dos Grupos Naturais; apresenta, como base do desenvolvimento e do progresso da nossa Pátria, a tradicionalidade do nosso Grupo Nacional; e fixa as normas éticas da conduta dos que lutam em prol de tão generosas idéias.

Estas regras morais determinam, em tôdas as circunstâncias, o comportamento dos verdadeiros integralistas. As condições sociais e políticas do país variam; apresentam, por vezes, aspectos tão diversos, que podem induzir a erros graves os menos avisados. Aqueles, entretanto, que penetraram, a fundo, a doutrina um dia esposada, não encontram dificuldades para se definirem em qualquer ocasião.

*

* *

Inicialmente direi que, segundo os ensina-

mentos da hermenêutica em tudo o que diz respeito à interpretação das leis, dos textos jurídicos e das ordenações expositivas dos autores; e de acôrdo com os preceitos da exegese no concernente à interpretação dos documentos em que se contém a doutrina religiosa; e, ainda, em conformidade com os próprios canones da crítica literária no estudo das obras e dos autores, não podemos tomar frases isoladas como base a critérios de julgamento. Ou se lê tudo, estabelecendo as correlações e distinções indispensáveis à conclusão crítica, ou então jamais poderemos formar um juízo completo e exato, seja de um compêndio em que se desenvolvem pensamentos filosóficos ou jurídicos, seja em outro onde se exponham doutrinas religiosas; seja, enfim, num volume ou num conjunto de escritos que encerrem idéias políticas ou estéticas.

A doutrina social e política do Integralismo está contida :

1.º) — Nos nove “Princípios Fundamentais” da Sociedade de Estudos Políticos, aprovados em ata de 21 de março de 1932;

2.º) — No Manifesto de 7 de outubro de 1932;

3.º) — Nas “Diretrizes Integralistas”, cujos 27 postulados foram extraídos do próprio contexto do Manifesto de 7 de outubro;

4.º) — Nas dez alíneas do artigo 3.º dos Estatutos da “Ação Integralista Brasileira”;

5.º) — Na “Carta de Natal e Fim de Ano”, publicada pelo chefe do Movimento Integralista em 25 de dezembro de 1935;

6.º) — No Manifesto-Programa, de 1936;

7.º) — Nos livros, artigos, conferências e manifestos que, através das circunstâncias históricas, foram produzidos pelo fundador da “Ação Integralista” e por outros escritores adeptos da doutrina.

Ou se lê tudo, se comparam os textos, procurando a linha central do pensamento, ou se faz trabalho desonesto, emitindo opinião sobre matéria da qual não se tem conhecimento completo.

Os que leram, com atenção, os documentos, a que acima me refiro, não podem, de nenhuma forma, deduzir, das minhas atitudes políticas, o menor traço de incoerência. Não tomo uma única posição na vida brasileira que não se inspire na minha fidelidade à doutrina que espossei e que preguei.

Assim, vejamos.



O Capítulo 6.º do Manifesto de Outubro de 1932, diz :

“Declaramo-nos inimigos de tôdas as conspirações, de tôdas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições. A nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida. Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. Quem marcha em nome de idéias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. A nossa Pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas. Políticos e governos tratam de interesses imediatos, por isso é que conspiram. Nós pregamos a lealdade, a franqueza, a opinião a descoberto, a luta no campo das idéias. As confabulações dos políticos estão desfiando o carater do Povo Brasileiro. Civis e militares giram em torno de pessoas, por falta de programas. Os seus programas são os mesmos, e êsses homens estão separados por motivos de interesses pessoais e de grupos. Por isso, uns tramam contra os outros e o comunismo trama contra todos”.

Fieis a essa palavra, os integralistas, desde o início do seu movimento, em 1932, até 1937, jamais conspiraram contra a Ordem Constituída, jamais apelaram para golpes de força contra a Constituição e contra as Leis vigentes. Inscrito o seu partido no Superior Tribunal Eleitoral, as transformações do Estado, visadas pela sua doutrina, eram subordinadas ao respeito à Carta Constitucional e procuradas através de eleições objetivando, posteriormente, a reforma permitida pela própria Constituição.

Tendo tido uma influência enorme entre militares, nunca o Integralismo, nêsse período de 1932 a 1937, instigou-os a golpear as instituições, sob nenhum pretexto. A Constituição era a suprema garantia do nosso apostolado cívico, as leis, o nosso amparo em tôdas as vicissitudes; as autoridades, desde o Presidente da República até ao mais modesto delegado de polícia do interior, eram o nosso recurso quando o entendíamos necessário. O Poder Jurídico foi por nós acatado e dêle tivemos, algumas vezes, honrosas decisões a nosso favor.

Quem prega uma doutrina justa, inspirada na mais profunda fé em Deus, na mais decidida defesa dos direitos humanos, no mais ardente amor da Pátria, só precisa de uma coisa: liberdade. E a liberdade só existe à sombra das leis e nunca à mercê dos arbítrios e dos caprichos dos homens, ainda que êstes sejam bem intencionados. Foi sob as garantias da Constituição promulgada pelos legítimos mandatários da Nação, que o Integralismo viveu e prestou seus relevantes serviços ao Brasil.

*

* *

Muitos me perguntaram por que motivo em 1937, quando já nos círculos governamentais e

militares se conspirava preparando o advento do Estado Novo, não me utilizei da força de que dispunha para dar um golpe assenhoreando-me do Poder. Não faltam os que me indagam o motivo pelo qual não me aproveitei do grande desfile de cinquenta mil em 1.º de novembro de 37.

Quem assim me interroga desconhece a minha doutrina. Pois não só nos documentos acima citados, mas em inúmeros escritos, sempre condenei os atos de violência. Haja vista o artigo intitulado "Técnica de Sorel e técnica de Cristo", que está no meu livro de 1935, "Palavra Nova dos Tempos Novos". Ali escrevi: "Praticamente desarmadas, nossas correntes, cujo efetivo aumenta à cada violência que contra ela se pratica, têm a missão de sustentar como a Legião Tebana, os princípios imortais da nossa bandeira. Nossa vitória não virá em consequência de "golpes técnicos", nem como resultado de conspiratas contra os governos constituídos; virá pela infiltração poderosa das idéias".

Era o mesmo pensamento contido no artigo que publiquei nos "Diários Associados", em 1933, contra as Ditaduras.

Em 1.º de novembro de 1937, eu já estava informado de que se preparavam um "golpe". Quis mostrar aos que o preparavam a existência real de uma corrente de opinião, que reclamava, dos que detinham a força em suas mãos, as liberdades humanas fundamentais em que se inclui o direito do apostolado das idéias construtivas. Eram cinquenta mil pessoas desarmadas materialmente, exprimindo apenas a força de um pensamento. Mesmo porque eu havia dito na própria página cujos trechos transcrevi acima: "Não estou chefiando êste movimento por ambição pessoal. A proporção que êle cresce,

vou me sentindo desobrigado perante a História. A Grande Árvore já está de pé. Quero ser a raiz obscura enterrada no coração da Pátria”.

Muitos não entendiam. É que não conheciam a nossa doutrina. Cabides de camisas verdes tivemos muitos; integralistas em menor número. Estes entendiam.

*

* *

Os golpistas atingiram seus fins em 10 de novembro de 1937. O Integralismo aguardou os acontecimentos. Em 3 de dezembro foi decretado o fechamento de todos os partidos políticos. O decreto abria uma possibilidade aos integralistas, dizendo num de seus artigos: “Os partidos que tiverem organizações culturais, esportivas e sociais, poderão continuar a funcionar sob esse caráter”. E nós, sempre fieis à nossa doutrina, inspirando-nos no Apóstolo São Paulo e nos claros ensinamentos de Santo Tomás, procurámos, valendo-nos desse dispositivo legal, continuar, independentemente, o trabalho em que nos empenhávamos da formação da consciência nacional dentro dos princípios cristãos e do puro nacionalismo.

Em janeiro de 1938, vimos que isso era impossível. O que o Governo do “golpe” queria era a nossa subordinação e não a nossa liberdade. E, então, baseados ainda naqueles ensinamentos de Santo Tomás acerca dos máus governos, passamos a desejar firmemente a restauração da Carta Constitucional de 1934, sob cujas garantias pudéramos exercer o nosso apostolado cívico. Era um movimento anti-golpe, ou contra-golpe, aspirando à verdadeira vida constitucional do Brasil. Verificávamos que sem Constituição não podíamos viver e o que o Estado Novo outorgara violenta-

mente ao país era um simulacro de Constituição, a qual longe de ser uma “declaração de direitos”, não passava de uma “negação de direitos”.

Mesmo assim, nossos escrúpulos doutrinários nos levaram a concluir que jamais um movimento dessa natureza deveria ter o caráter exclusivo de uma iniciativa de corrente de opinião ou de partido isolado. Pelo contrário, tinha de ser um movimento de maior amplitude, envolvendo todos os partidos e tôdas as forças contrárias à Ditadura. E foi por isso que os integralistas aderiram à ação dos generais Castro Junior, Guedes da Fontoura, Flores da Cunha, Euclides Figueiredo, e outros, incluindo os chefes civis dentre os quais o mais destacado era o Sr. Otávio Mangabeira. O grande movimento nacional de todos os partidos não chegou a realizar-se, por motivo da precipitação indisciplinada de um elemento que se supunha integralista e que, ligando-se a um agitador comunista, mesmo depois de haver dado sua palavra de honra de que não se anteciparia, envolveu com mentiras alguns magníficos e denodados companheiros, que fôram por êsse máu elemento sacrificados.

Se o grande movimento nacional se desse sob a forma delineada pelo general Castro Júnior (que nunca foi integralista), confesso que teria a minha adesão, pois sempre lutei pela vigência da Constituição e das Leis, dentro das quais me é possível doutrinar para que um dia o Brasil possa ter os homens de que precisa.

*

* *

Durante a Ditadura, ninguém teve liberdade de pregar idéias. Meus companheiros estiveram presos ou perseguidos. Eu estive preso duas vezes. Solto a primeira vez, o Governo Ditatorial mandou me ofe-

recer uma Embaixada em um dos países cuja lista me enviara por intermédio do Dr. Adhemar de Barros, então interventor em São Paulo. Não aceitei. Prenderam-me de novo, engendrando-se contra mim o mais absurdo dos processos, fato que só se pode dar em situações de exceção, com testemunhas falsas e todo o cortejo de misérias das épocas em que se verificam os eclipses das leis. Mas era tão ridículo o processo e tão mal ensaiadas as testemunhas, que a única saída foi o Governo mandar-me para o Exílio. Ora, das duas uma : ou eu estava implicado num processo grave de conspiração e, nesse caso, o Governo deveria ser o mais interessado em reter-me preso, para julgar-me ou condenar-me, ou então nada havia contra mim e, então, me deveriam ter posto em liberdade. O Exílio era uma fuga executada pelo próprio Governo a favor de um homem por ele tido como criminoso... E assim são as Ditaduras ! E, assim, estive oito anos fóra da minha Pátria.

Não fiquei, como muitos "golpistas" de hoje, que se fizeram os donos da carta patente de inventores contra o getulismo, não fiquei vivendo a minha vida, fazendo carreira, civil ou militar, à sombra de um gregorismo que já existia antes de Gregorio... Não; só regressei em 1946. A anistia de 1945 não me bastava : era favor de Governo ilegal. A derrubada do Ditador em 29 de outubro de 1945 não me bastava : era uma situação ainda constitucionalmente anormal. A posse do governo Dutra não me bastava : ainda não tínhamos uma Assembléia Constituinte funcionando em pleno caminho para a restauração das liberdades. Só regressei ao Brasil com a Constituição de 1946. Assim procedeu o grande brasileiro Washington Luís. Fiz o mesmo.

Mas, muito antes de existir o Integralismo, a minha doutrina política sempre foi a manutenção da Constituição e das Leis.

Assim, em 1930, estive ao lado de Washington Luís, ao lado de Julio Prestes de Albuquerque, eleito legitimamente e impedido de tomar posse por êsses mesmos “golpistas” que agora querem reproduzir em nosso país o episódio vergonhoso do golpe nas instituições, mediante o qual entronizaram Getúlio Vargas no poder.

Se existem “Gregórios” no Brasil, a culpa não foi minha. Enquanto os “golpistas” de hoje depunham Washington Luís e impediam Julio Prestes de tomar posse, instaurando o “Govêrno Discricionário” que só a Revolução Paulista fez cessar criando o clima da convocação da Assembléia Constituinte, eu me achava do outro lado, do lado da legalidade, do lado da Constituição.

Essa coerência de atitudes me dá fôrça moral para hoje dizer que sou contra as soluções extra-legais. Não faço política de homens, faço política de idéias. Não faço política de interêsses, faço política pelo Bem da Pátria. Quem algum dia foi integralista e agora se tornou “golpista”, perdeu não sòmente a sua linha doutrinária, mas também a sua própria dignidade.

E aqueles que interpretam as atitudes dos homens pela face dos interêsses pessoais, das barganhas, das transações políticas, é porque julgam os outros por si, pelas próprias incoerências e desonestidades. Pobres homens! Não conhecem o que seja a fidelidade a princípios e a honra dos que a possuem e que por ela se norteiam em todos os passos da sua vida.

the first of these was the fact that the
the second was the fact that the
the third was the fact that the
the fourth was the fact that the
the fifth was the fact that the
the sixth was the fact that the
the seventh was the fact that the
the eighth was the fact that the
the ninth was the fact that the
the tenth was the fact that the
the eleventh was the fact that the
the twelfth was the fact that the
the thirteenth was the fact that the
the fourteenth was the fact that the
the fifteenth was the fact that the
the sixteenth was the fact that the
the seventeenth was the fact that the
the eighteenth was the fact that the
the nineteenth was the fact that the
the twentieth was the fact that the
the twenty-first was the fact that the
the twenty-second was the fact that the
the twenty-third was the fact that the
the twenty-fourth was the fact that the
the twenty-fifth was the fact that the
the twenty-sixth was the fact that the
the twenty-seventh was the fact that the
the twenty-eighth was the fact that the
the twenty-ninth was the fact that the
the thirtieth was the fact that the
the thirty-first was the fact that the
the thirty-second was the fact that the
the thirty-third was the fact that the
the thirty-fourth was the fact that the
the thirty-fifth was the fact that the
the thirty-sixth was the fact that the
the thirty-seventh was the fact that the
the thirty-eighth was the fact that the
the thirty-ninth was the fact that the
the fortieth was the fact that the
the forty-first was the fact that the
the forty-second was the fact that the
the forty-third was the fact that the
the forty-fourth was the fact that the
the forty-fifth was the fact that the
the forty-sixth was the fact that the
the forty-seventh was the fact that the
the forty-eighth was the fact that the
the forty-ninth was the fact that the
the fiftieth was the fact that the
the fifty-first was the fact that the
the fifty-second was the fact that the
the fifty-third was the fact that the
the fifty-fourth was the fact that the
the fifty-fifth was the fact that the
the fifty-sixth was the fact that the
the fifty-seventh was the fact that the
the fifty-eighth was the fact that the
the fifty-ninth was the fact that the
the sixtieth was the fact that the
the sixty-first was the fact that the
the sixty-second was the fact that the
the sixty-third was the fact that the
the sixty-fourth was the fact that the
the sixty-fifth was the fact that the
the sixty-sixth was the fact that the
the sixty-seventh was the fact that the
the sixty-eighth was the fact that the
the sixty-ninth was the fact that the
the seventieth was the fact that the
the seventy-first was the fact that the
the seventy-second was the fact that the
the seventy-third was the fact that the
the seventy-fourth was the fact that the
the seventy-fifth was the fact that the
the seventy-sixth was the fact that the
the seventy-seventh was the fact that the
the seventy-eighth was the fact that the
the seventy-ninth was the fact that the
the eightieth was the fact that the
the eighty-first was the fact that the
the eighty-second was the fact that the
the eighty-third was the fact that the
the eighty-fourth was the fact that the
the eighty-fifth was the fact that the
the eighty-sixth was the fact that the
the eighty-seventh was the fact that the
the eighty-eighth was the fact that the
the eighty-ninth was the fact that the
the ninetieth was the fact that the
the ninety-first was the fact that the
the ninety-second was the fact that the
the ninety-third was the fact that the
the ninety-fourth was the fact that the
the ninety-fifth was the fact that the
the ninety-sixth was the fact that the
the ninety-seventh was the fact that the
the ninety-eighth was the fact that the
the ninety-ninth was the fact that the
the hundredth was the fact that the

XVIII

AVISO AOS FILIADOS DO P. R. P.

A orientação política adotada pela Direção Nacional do P. R. P. está fixada nos artigos que, como presidente da agremiação, publiquei no semanário A MARCHA, desde o dia 7 de outubro, próximo passado, até o presente.

Na edição daquele dia este jornal deu na íntegra o Manifesto à Nação, por mim lançado com data de 4, na imprensa diária do dia 5.

Não se sabia ainda quem estava ganhando as eleições presidenciais porque as apurações começaram na noite de 3, pouco haviam avançado até à noite do dia seguinte, quando escrevi aquele documento.

O ponto principal do meu Manifesto está no seguinte trecho: "Decorre da consideração dessa responsabilidade a proclamação que ora faço à Nação Brasileira anunciando: 1.º) — Seja qual fôr o resultado das urnas, reconhecerei como legítimo o Governo que a Justiça Eleitoral der como eleito de conformidade com a Constituição da República e as Leis Vigentes; 2.º) — Seja também qual fôr o resultado das urnas, lançarei, dentro do menor tempo, com firme estrutura e organização eficiente, um Movimento Nacional superpartidário, visando

recompor a vida do país sôbre bases espiritualista-cristã e de brasilidade, formando a Frente Única dos que pretendem reconstruir a Pátria mediante uma obra sistemática e persistente de educação popular”.

O item primeiro mostra que quero viver dentro da lei; o item segundo expõe o que pretendo fazer pelo Bem do Brasil, ficando claro que nada se poderá fazer de construtivo e de sério, sem que, antes de tudo, se processe a sucessão presidencial normalmente, dando-se posse a quem estiver eleito, pois o contrário seria rasgar a Constituição e uma vez rasgada não haveria garantias para ninguém, inclusivé para mim próprio, que ficaria impedido de continuar a minha pregação.

*

* *

Quero dizer, a bem da verdade, que êsse meu pensamento de respeito à Constituição e às Leis, embora constituísse a norma de minha conduta desde os governos de Eptácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luís e, posteriormente, no período de ação do Integralismo, não tinha sido ainda expresso no documento de 4 de outubro dêste ano, quando recebi do Dr. Adhemar de Barros, um dos meus antagonistas no pleito presidencial, uma carta, igualmente enviada aos outros candidatos a Presidente da República, a qual considero, sem favor, uma das páginas mais belas que o patriotismo já ditou aos homens públicos. Nessa carta, o Dr. Adhemar de Barros dirigia um convite propondo uma reunião dos quatro candidatos com o fim de se comprometerem os três que não fossem eleitos a ajudar o eleito a unir a família brasileira, para uma obra construtiva de salvação nacional, na qual

não deveriam predominar ódios nem paixões desarrazoadas. Achando-me ainda convalescente do desastre automobilístico que sofrera, respondi propondo a minha residência para o encontro dos quatro candidatos. Por motivos que ignoro, êsse encontro não se realizou, mas a carta guardei-a como um documento que honra o seu signatário.

*
* *

A minha posição doutrinária chegou ao conhecimento dos partidos. Fui procurado em minha casa pelos chefes da maior parte das agremiações políticas do país, de cujas conversações comigo resultou o chamado Manifesto dos Partidos, de cujo contexto dei conhecimento ao Diretório Nacional do P.R.P. Aprovado por unanimidade, pelos membros do nosso órgão dirigente, fui um dos signatários daquela declaração de princípios, digna de figurar entre os documentos mais expressivos e nobres da História do Brasil.

Para que não se interpretasse, entretanto, a minha atitude, como adesão incondicional a uma futura ordem política, publiquei em A MARCHA um artigo intitulado "Por amor ao Brasil", no qual deixei bem claro e proclamei bem alto a minha condenação a qualquer governo que viesse dar franquias ao partido comunista e à caterva gregoriana que levou o país às desgraças de agosto de 1954. Êsse artigo foi também lido pelo rádio. Corresponde a uma nítida diretiva orientadora aos filiados do P. R. P.

No cumprimento do dever do meu magistério político, prossegui dando minhas aulas de patriotismo, através das colunas de A MARCHA. Publiquei o longo estudo que intitulei "O perigo comu-

nista". No capítulo intitulado "Objetivos atuais do comunismo no Brasil", analisei o informe de Luís Carlos Prestes, de 11 de agosto, estudando, passo a passo, as manobras do partido russo de traição ao Brasil e concluindo com estas palavras:

"Qual deve ser a nossa atitude, com os precisos conhecimentos que temos desses malvados que visam seus fins perversos? Só pode ser uma, desdobrada em dois tempos: 1.º) — Manutenção da legalidade, a todo o transe; 2.º) — Atenção vigilante do Povo e das Forças Armadas para o Governo que se instalar no país, de sorte que, agindo esse Governo de acordo com os supremos interesses da Pátria, sem dar franquias ao partido da traição, sem adotar no campo internacional a política de aproximação com a malta de assassinos e bandidos que domina a Rússia, a Europa Oriental e a maior parte da Ásia, nesse caso seja esse Governo por nós respeitado e mantido; mas no caso contrário, que nos levantemos e não permitamos de forma alguma que o Brasil se afunde no caos para onde pretendem levá-lo os comunistas mancomunados com as catervas gregorianas, as quadrilhas dos desfalques e roubalheiras que já desgraçaram a Nação e cujo inescrupulo pode conduzi-los a alianças com os agentes de Moscou".

E terminei dizendo: "No meio das incompreensões e maldades dos nossos dias, repetirei o que disse Sidonio Pais, antes de tombar alicerçando com seu sangue a Nação Portuguesa que hoje se ergue sobre a base da ordem interna avultando no mais brilhante prestígio externo: "Amigos, eu não vivo na Pátria de hoje; vivo na Pátria de ontem pela Pátria de amanhã".

*

* *

Era preciso, ainda, dar a justificação histórica dos meus atos e atitudes perante a Nação. E publiquei em A MARCHA o artigo intitulado "Coerência do Integralismo". Posso dizer, sem vaidade, mas com sinceridade e franqueza que dificilmente se encontra nas páginas da História Brasileira um documento que exprima tão firme e inquebrantável linha de conduta através de tão longos anos de ação política.

Mas não me limitei a êsse artigo. Escrevi, de meu próprio punho, o editorial daquele número de A MARCHA que traz o título "O Comunismo, os golpistas e os anti-golpistas". Redigido em forma de perguntas e respostas, a sua argumentação é indestrutível.

Êste "Aviso aos filiados do P. R. P." tem por fim, principalmente, dizer-lhes que, no meio da confusão da hora presente, os meus escritos a partir de 7 de outubro até hoje, e os que irão suceder-se devem ser tomados como diretivas oficiais da Presidência do nosso partido, por mim emanadas sôbre a base da coerência doutrinária, como senso dâ táctica que as circunstâncias exigem e tendo em vista os supremos interesses da Pátria.

Além dos escritos por mim assinados, chamo a atenção de todos para os editoriais de A MARCHA, notadamente os que forem publicados com maior destaque, pois terão sido ou de minha autoria, ou mandados imprimir com a minha aprovação.

Acompanhando, lendo e meditando os números sucessivos de A MARCHA, os filiados do P. R. P. poderão esclarecer-se e esclarecer outros

brasileiros, ficando também aptos a discutir todos os assuntos do momento com aqueles que, levados por ódios, paixões, ou espírito de desordem, esquecem-se os sagrados deveres impostos aos que amam verdadeiramente o Brasil.

XIX

AGRADECIMENTOS

Assuntos de urgência ocuparam minha atenção nos meus últimos artigos de A MARCHA. Nunca é tarde, entretanto, para cumprirmos um dever. Neste caso o dever de exprimir minha gratidão a patrícios que são credores dela.

Assim, vejamos.

Agradeço, em primeiro lugar, a todos aqueles que iniciaram, desenvolveram e continuaram, desde março até outubro, a propaganda que afirmava não ter meu nome nenhuma possibilidade de êxito nas eleições presidenciais. “É o melhor”, diziam, “mas não tem possibilidades”. Com isso, pude me livrar de receber votos de oportunistas, de eleitores que entendiam serem as eleições uma coisa semelhante a corridas de cavalos. Êsses votos não me interessavam, por serem votos sem consciência doutrinária, sem firmeza de princípios. Fiquei livre dêles. Foi um grande serviço que me prestaram os propagandistas da “não possibilidade”.

*

* *

Agradeço, de todo o coração, àqueles que, na campanha financeira empreendida pelos que pugnavam pela minha candidatura, não quiseram concorrer, ou concorrendo deram a centésima par-

te do que estavam em condições de dar. Essa atitude negativa determinou, da parte dos que assumiram atitude positiva, um sacrifício maior, o que imprimiu ao nosso movimento, através das duras, dificuldades em que nos vimos, um alto sentido idealista, que muito concorreu para o crescente ânimo de luta dos que entram de corpo e alma na batalha. Essas dificuldades livraram-me daqueles que poderiam ter vindo acompanhar-me por interesse mesquinho. Dêsse modo, foi possível a mobilização de elementos desinteressados e nobres, que tanto honraram a minha campanha.

*

* *

Agradeço à meia dúzia de azêmolas, tão estúpidas quanto pérfidas, terem se utilizado de um artigo que escrevi contra o nudismo, o deboche, a patifaria burguesa, para apresentá-lo, como disse o sr. Arcebispo de Fortaleza, pelo avesso, dando-lhe uma interpretação exatamente contrária aos objetivos visados no seu contexto. O relincho de tais asnos, despertando e agrupando contra mim todos os jumentos, mulas e zebras do país, significou grande serviço a meu favor, pois me livreí dos votos dos que, não sabendo discenir o Bem nem perceber o Mal, também não estavam na altura de saber escolher quem devera ser o Presidente da República. E mais: livreí-me dos votos de gente malvada que se esquece do pecado para o qual não existe perdão: "contradizer a verdade conhecida como tal". O meu eleitorado foi se purificando, cada vez mais...

Agradeço aos Aretinos do nosso tempo o favor de me apresentarem como um homem sem moral, antigo frequentador de cabarés em Paris, tipo debochado e dos mais baixos sentimentos. Essa calú-

nia, que proveio de um dos indivíduos mais nauseabundos que conheci em minha vida, prestou-me um grande serviço. Livrou-me dos votos de todos aqueles que acreditam no primeiro Iago, no primeiro Thenardier, que afixa na coluna de Pasquino, contra os homens de bem, as infâmias que fermentam na podridão de suas almas. Quem acredita na calúnia, antes de examinar a sua origem, antes de analisá-la e dissecá-la, é tão vil como o próprio caluniador. Não peca contra o próximo apenas aquele que calunia, mas todos aqueles que veiculam a miséria babujada pelo caluniador. Foi, portanto, um imenso serviço que me prestaram as hienas e chacais que, gastando rios de dinheiro (donde teria vindo?) em páginas inteiras de jornais diários, em boletins que o avião levou a todos os pontos do país, apresentaram-me aos olhos e olfatos de todos os que gostam de carne pôdre como um tipo fétido e asqueroso, próprio para o paladar de tais degenerados. Pois, assim, me livraram dos votos de tal espécie de gente, ficando eu somente com o sufrágio daqueles que me conhecem há mais de vinte anos e sabem da vida austera que, sem orgulho, posso afirmar que levo. Esses me conhecem e sabem em quem votaram. Por conseguinte, agradeço aos que me caluniaram porque, em razão mesmo das suas calúnias, só tive votos de brasileiros ponderados, criteriosos, honestos, dignos, livrando-me dos levianos, dos desonestos, dos indignos, que formaram o câro dos batráquios naquela semana em que, achando-me no leito de um hospital, não podia defender-me.

*

* *

Agradeço aos que trabalharam contra mim apontando-me como nazista ou fascista, porque se-

pararam os homens insensatos dos sensatos. Aqueles, acreditaram logo e eu de gente dessa espécie dispensei o voto; êstes, foram ler meus livros, meditar sobre minhas palavras, e terminaram aceitando, adotando a minha doutrina. Houve, portanto, um saldo a meu favor. Ganhei novos adeptos. E isso devo aos que me acusaram sem me conhecer ou acusaram conhecendo e torcendo a verdade, pelo que muito lhes agradeço.

*
* *

Agradeço aos Governos Estaduais não me terem dado apoio. Ficaria eu na situação de Juarez Távora ou de Juscelino Kubitschek, aquele não sabendo se os votos que teve no Estado de São Paulo eram seus ou de Jânio, com toda a máquina de compressão cujo funcionamento assisti assombrado; êste, sem saber se os votos que teve em Minas eram mesmo seus ou da máquina governamental do Estado. Nenhum Governador me apoiou. Sei que os votos são meus. Muito obrigado.

Agradeço aos partidos políticos, que não aderiram à minha candidatura. Não foi resultado de coligações, de alianças. Isso representou grande vantagem. Do contrário, ficaria na situação dos outros candidatos, sem saber, com segurança, quem votou sinceramente nos seus nomes. O general Juarez foi apoiado pelo P.S.B., pelo P.D.C., pela U.D.N., pela dissidência do P.S.D. e o Snr. Juscelino pelo P.S.D., pelo P.T.B., pelo P.S.T. e quejando. O Snr. Adhemar pela dissidência do P.T.B. unida ao P.S.P. e mais a caixinha de Pandora. Relevante, pois, foi o concurso dos partidos políticos a meu favor, nenhum dêles me apoiando e destarte permitindo que eu tivesse noção exata de quantos vo-

tos pessoais, conscientes e sinceros valho neste momento em meu país.

Com tão valiosos cooperadores, foi-me possível expurgar da minha votação tudo o que a desonraria, tudo o que me impediria de dizer hoje, com a mais absoluta convicção: tenho perto de oitocentos mil brasileiros que me acompanham, conscientes e irreduzíveis.

Cêrca de oitocentas mil pessoas que não vão atrás de possibilidades ou impossibilidades; que entenderam o meu artigo "A mulher nua" e não foram na antiga perversa, ou nos orneios asnáticos de certos cripto-comunistas infiltrados nos meios religiosos; que me conhecem e, por me conhecerem, não ligaram a mínima importância à calúnia de um "gregório" que até agosto de 1954 ainda servia de mestre-sala ao regime gregoriano; que não me acompanharam por dinheiro, antes pelo contrário, custearam as despesas da campanha; que leram meus livros e conhecem a minha doutrina, ou quando não leram trataram de conhecer a fundo o meu pensamento, não dando bola aos estribilhos de Moscou quando insistem em acusar de nazistas justamente o homem que foi o primeiro a escrever contra o nazismo, em 1935, neste país; que não vieram a mim compelidas pelos governos dos Estados, mas espontaneamente e até lutando contra êsses Governos; não representam a colcha de retalhos de variadas legendas partidárias, mas a unidade perfeita, a única inconsutíl de um pensamento político sem mistura com facções de qualquer espécie.

Essas centenas de milhares de votos são meus.

Agradeço aos meus inimigos os meios que me deram para que eu pudesse, como posso agora, dizer o que nenhum dos outros candidatos pode dizer: êsses votos são meus.

IV Parte

DOCUMENTÁRIO

IV Parte
DOCUMENTARIO

Doc. 1

DISCURSO DE PLÍNIO SALGADO EM 29 DE MAIO DE 1937

Camisas verdes da Pátria !

Patrícios de tôdas as Províncias !

Em todo o território brasileiro, desde as grandes cidades aos povoados pequeninos dos mais remótos sertões, encontram-se, neste momento, reunidos, os camisas verdes, oferecendo ao povo de nossa Pátria o maior espetáculo cívico de todos os tempos.

A História do Brasil registrará êste acontecimento, como o primeiro insofismável de democracia pura, praticado por um partido.

Trata-se da escolha do nome que os integralistas pretendem sufragar e oferecer ao sufrágio da Nação, nas próximas eleições para Presidente da República.

Esse nome não vai sair de uma reunião de chefes nem de eleitos do povo para quaisquer funções públicas, cujos objetivos do mandato se restringem a expressos poderes e prerrogativas entre os quais se não inclui a faculdade de deliberar, escolhendo candidatos a serem indicados ao sufrágio das urnas.

O ESPÍRITO DA CONSTITUIÇÃO E DAS LEIS

Diante do dever que se impõe à Ação Integralista

Brasileira, como partido político de âmbito nacional, devidamente registrado no superior Tribunal Eleitoral, de comparecer ao magno comício de 3 de janeiro, tive de meditar sobre os meios que deveríamos empregar para agirmos animados pelo próprio espírito da Constituição e das Leis, traçando a linha precisa segundo a qual não se atentasse contra o regimen vigente, através de cuja prática honesta objetivamos, de futuro, as reformas indispensáveis à sua estabilidade definitiva.

A primeira hipótese que se oferecia ao meu estudo era a de uma convocação de vereadores, prefeitos e deputados integralistas para que deliberassem, numa convenção. O exame desse alvitre levou-me à conclusão de que êle era inaceitável porquanto os eleitores integralistas, quando elegeram os seus mandatários, fizeram-no para que exercessem funções definidas em lei.

Os governadores de Estado, os senadores e deputados estaduais e federais, os prefeitos e vereadores, quando são eleitos, recebem poderes expressos inerentes ao desempenho de seus cargos e não um mandato de poderes plenos, e, muito menos, um mandato em causa própria.

Consultar, pois, aquêles que foram eleitos para fins especiais, em matéria que escapa ao âmbito de seu mandato, seria desmoralizar o regimen em que vivemos e cuja prática deve ter início no próprio seio dos partidos.

Na verdade, êsses vereadores e prefeitos integralistas, na órbita de seus Municípios, em razão dos cargos que ocupam, poderiam exercer a pressão de seus pontos de vista pessoais sobre os companheiros que dêles discorrassem.

Não tendo eu encontrado, nem na Constituição Federal, nem nas Estaduais, nem nas Leis decorrentes dessas cartas, por mais que procurasse, nenhum artigo, parágrafo ou alínea, em que figurem poderes de deliberação em nome de partidos ou do povo aos governadores dos Estados, aos senadores e deputados federais ou estaduais,

aos prefeitos e vereadores, entendi que a intervenção de quaisquer dessas autoridades, em assunto de exclusiva competência da soberania popular correspondia a um golpe profundo na democracia.

ATENTADO AO REGIMEN

No dia em que brasileiros eleitos para quaisquer dêsses cargos, se reunirem e deliberarem, em nome dos partidos ou do povo, estaremos diante de um atentado ao regimen, cuja estabilidade assenta em normas democráticas insofismáveis.

Nem colhe o argumento de que homens, quando assim se reúnem e deliberam, no intuito de encaminhar correntes eleitorais, agem como simples cidadãos, fóra do enquadramento das normas constitucionais ou legais, porquanto dêles não se concebe abstrair o caráter de delegados do Poder Público e de detentores de forças que podem ser empregadas como coação a liberdades individuais.

O FUNDAMENTO DAS DEMOCRACIAS

É condição fundamental para a vida das democracias: 1.º) — Ou a existência de partidos políticos cuja viabilidade se expresse nas legítimas deliberações dos seus componentes (condição hoje negada pelos chamados “coordenadores” de governos estaduais); ou a existência de corporações captadoras e ordenadoras da livre vontade dos cidadãos classificados segundo os interesses económicos, intellectuais e morais de cada um e da Nacionalidade.

Uma vez que este segundo tipo de democracia não é o vigente no Brasil, segue-se que, na atual situação, cumpre facultar o funcionamento dos partidos.

RAZÕES HISTÓRICAS

Foi exatamente o artificialismo que se sobrepoz a esse jogo das correntes políticas a causa da queda da Monarquia democrática e parlamentar em 15 de novembro de 1889, e, mais tarde, da República liberal democrática, em 24 de outubro de 1930.

No primeiro caso, acusava-se o "poder pessoal" do Imperador, cuja interferência começou de acentuar-se de um modo mais evidente, desde a queda do gabinete Zacarias; no segundo caso, articulava-se libelo contra a prepotência do então Presidente da República, a qual, em última análise, não passava de uma impotência submetida ao arbítrio do "poder pessoal" dos governadores interferentes sistemáticos nas deliberações dos partidos a contar-se do governo de Campos Sales até ao governo do Sr. Washington Luís.

O grito que se levantou nos últimos dias do Império foi o que reclamava o funcionamento dos partidos; não foi outro o clamor que se ergueu em 1922, quando da consulta aos governadores sobre assunto que competia exclusivamente, às correntes políticas do país.

OS GOVERNADORES EM FACE DA CONSTITUIÇÃO

A objeção de que os governadores são chefes de partido é uma objeção imoral, confessando a morte do re-

gimen, sancionando o caciquismo político, as compressões eleitorais desabusadas, a sistematização da violência, o exercício da fraude, através de máquinas administrativas que a prática de longos anos tem demonstrado se transformarem nos instrumentos de tortura da vontade popular.

O simples fato da Constituição da República considerar inelegíveis os governadores dos Estados, demonstra possuírem eles elementos materiais, entretanto, para na prática, desvirtuarem o espírito do regimen, podendo utilizar-se do poder para fazer triunfar seus interesses políticos.

E, note-se, essa inelegibilidade se refere a épocas normais da vigência plena da Constituição; nós, porém, estamos em “estado de guerra”, o que torna muito mais grave o poder político dos governadores, aos quais cabe executar o “estado de guerra” que os torna armados de um arbítrio contra o qual se suspendem os remédios do “habeas corpus” e do mandado de segurança.

Ora, se assim é, como podem ter candidatos próprios aqueles que estão impedidos de apresentar a sua candidatura por se tornar uma ameaça à liberdade dentro de um Estado?

A COESÃO POLÍTICA DO PAÍS

O espírito do regimen republicano federativo não pode aceitar a tese do arbítrio pessoal dos governadores, em assunto de tamanha relevância política, porque seria negar a própria origem da República, que foi proclamada em razão do que então se chamava o “poder pessoal” do imperador. Seria um absurdo que, em vez de se suprimirem esse “poder pessoal” que se dizia impossibilitava o funcionamento dos partidos, se dividisse esse “poder” em

22 pedaços, tocando maiores porções para uns e menores para outros. Se o "poder pessoal" do monarca era nocivo à engrenagem parlamentar e aos movimentos livres dos partidos, por outro lado constituía um centro de gravidade política, o qual, ferindo o sistema, sustentava, pelo menos, o sentido da unidade nacional. Mas êsse "poder", repartido entre muitos, desloca o centro da coesão política do país, o que constitui, além da permanência do mesmo vício contra o qual se insurgiram os republicanos em 15 de novembro, a sua agravação, pelos perigos que oferece à unidade da Pátria.

APLICAÇÃO DE UM PRINCÍPIO

Examinada esta hipótese e verificando-se que a interferência dos governadores na escolha de candidatos a cargos eletivos atenta contra o espírito do regimen, fere a Constituição, suprime os partidos e ameaça as liberdades públicas e privadas, aplicamos êste princípio ao pequeno âmbito municipal, e chegamos à conclusão de que também os prefeitos e vereadores, com mandatos expressos e definidos, não têm, de seu turno, competência para exprimir a vontade da parcela da coletividade brasileira que êles representam, em matéria que não concerne ao objeto de seus mandatos.

Nestas condições, abandonamos a idéia de um conclave de vereadores, prefeitos e deputados integralistas.

Apreciel a segunda hipótese, que seria a convocação do Supremo Conselho, dos Secretários Nacionais, da Câmara dos Quarenta, dos Arquiprovinciais, dos Chefes Provinciais, da Câmara dos Quatrocentos, para, constituindo as Côrtes do Sigma, escolherem o nome que a Ação Integralista Brasileira deveria oferecer ao sufrágio da Nação.

Examinada essa idéia, concluí que tal providência também não consultava ao verdadeiro espírito democrático, base de toda a força da autoridade integralista.

A AUTORIDADE NO INTEGRALISMO

Como se sabe, o milagre da disciplina partidária que realizamos no país tem por origem o processo de se constituir a autoridade máxima do Integralismo. O Chefe do nosso movimento exerce as suas funções, desde 7 de outubro de 1932, em obediência à vontade soberana da massa dos camisas verdes. Cada vez que o Integralismo cresce, duplicando ou triplicando seus efetivos, o Chefe tem o cuidado de renovar sua renúncia, perante a massa dos seus comandados. É a vontade absolutamente livre destes que espontaneamente delibera, constituindo a suprema autoridade do Partido. Essa autoridade, pois, é forte, porque não surge de conchavos, é réta, porque não precisa de dispender esforços para sustentar-se; é sem contrastes, porque não proveio de escolhas de chefes e sim da determinação da coletividade. É uma autoridade sem compromissos, apta, portanto, a realizar justiça. É uma autoridade em permanente inflexibilidade na sustentação das diretrizes teóricas e práticas do Movimento.

Ora, se assim procedemos no que se relaciona com a criação da autoridade suprema do Partido e na afirmação da sua mística, e se esse processo genuinamente democrático realiza o milagre da ordem em nossas fileiras, não seria recomendável que, em se tratando de escolher um nome daquele que propomos à Nação para encarnar numa hora duvidosa o princípio da autoridade nacional, apelássemos para o critério das delegações quasi sempre falseadas ou eivadas de vícios graves.

Não! Uma reunião de chefes, de líderes, de altas

autoridades do Movimento, de delegados que fossem dos Núcleos, não iria ao âmago dêsse espírito democrático que se ausentou da política brasileira e em cuja fonte nós, integralistas, vamos buscar a força necessária para a salvação da Unidade da Pátria e defesa das instituições sagradas que vieram de nossos maiores.

O PLEBÍSCITO

Foi assim que, depois de longas meditações, adotei a forma plebiscitária. É a consulta a todos os integralistas do Brasil. Cada camisa verde sentiu-se ontem e hoje dignificado naquilo que constitui a base da nossa doutrina de Estado: a intangibilidade da pessoa humana e do livre arbítrio de cada um.

E que ninguém veja incoerência de atitudes num partido, como o nosso, que quer criar no Brasil a mais rigorosa disciplina econômica, social e política, assegurada cada vez mais pela força do Estado. É que a verdadeira liberdade só é possível quando a disciplina torna importantes os apetites pessoais sequiosos por devorar liberdades alheias e a força do Estado provém não do terrôr que possa infundir, mas do amor das massas que êle desperta exatamente porque dá expansão às liberdades legítimas.

Liberdade e disciplina se harmonizam perfeitamente. O que não se harmoniza com a disciplina é a anarquia. Democracia e autoridade se afinam por um só ritmo. O que não se afina com o princípio da autoridade é a demagogia por detraz da qual se escondem as oligarquias prepotentes e as patrulhas de Moscou.

EXTRAORDINÁRIO CONTRASTE

Esclarecido êste aspecto do grande ato cívico com

que o Integralismo acaba de comover tôdas as almas justas, quero chamar a atenção de todos os brasileiros para êstes dois fatos que exprimem a realidade da situação nacional :

A Ação Integralista, que, para salvar a democracia brasileira e a Unidade da Pátria, tem proclamado e proclama, após estudos conscienciosos de quarenta anos de experiências políticas, a inviabilidade dos partidos em face da interferência dos governadores de Estados, tão nociva à prática do regimen republicano presidencial e federativo, como nociva era a interferência da monarquia no livre jôgo do sistema parlamentar do Império;

A Ação Integralista, que propõe ao país uma reforma constitucional adequada aos impositivos modernos dos fenômenos sociais e econômicos e condizentes com circunstâncias conhecidíssimas do meio nacional, substituindo a ficção hipocrita dos partidos regionais, simples máscaras de papel de oligarquias e tiranias, pelas corporações, capazes de captar e exprimir a legítima aspiração do Povo;

A Ação Integralista Brasileira, entretanto, para se colocar dentro do espírito da Constituição vigente, e da teoria política dos seus próprios adversários, apela, por intermédio desse plebiscito, para o último recurso com que se possa salvar a idéia do "partido político", na sua máxima pureza democrática.

Os adversários da Ação Integralista Brasileira, que se congregam afirmando ser seu intuito salvar o regimen democrático, do que êles denominam "extremismo da direita"; êsses adversários do Sigma, que gritam com tôdas as forças dos pulmões, ser necessária uma reunião sagrada, contra aquêles que querem destruir as famosas liberdades democráticas; são justamente êsses que desferem um golpe de morte ao regimen que dizem defender, permitindo que os governadores de Estado, inelegíveis, em face da Constituição, por conseguinte, suspeitos como

condutores da opinião pública, usurpem as funções dos partidos, declarando, mais do que por palavras, porque o fazem por um ato sensacional, a falência completa da democracia, cujas bases assentam na existência de partidos e, de tal modo, que a lei eleitoral vigente obedece ao espírito da representação partidária.

ATO DE FÉ E ATO DE APOSTASIA

Enquanto nós que pretendemos reformas justas e honestas expondo claramente o nosso pensamento à Nação, realizamos ontem e hoje, em todos os Núcleos integralistas do país, um ato de fé na democracia, vamos amanhã, num conclave ostensivo, legitimar, com um ato da mesma natureza, a atitude que corresponde a um golpe no regimen, assumida por um dêsses governadores, quando lançou, em nome de um partido, a candidatura que, já agora, será da opposição.

A QUESTÃO É DE PRNCÍPIOS

Não quero ferir com estas palavras a responsabilidade pessoal de cada um dos senhores governadores, quer daquêlê que se adiantou, manifestando a sua preferência por um candidato, quer daquêles que tomaram a iniciativa de se reunirem, para coordenar a opinião da maioria dos atuais executores do Estado de Guerra.

Estou levantando, não uma questão pessoal, mas uma questão de princípios.

Nem entro na análise dos nomes dos candidatos em torno dos quais se reúne a maioria ou a minoria dos oficialismos estaduais.

A campanha eleitoral ainda não foi aberta e é cedo para entrarmos no mérito das preferências. O momento é de se levantar esta preliminar, em face da Constituição e do Estado de Guerra, preliminar que eu ofereço ao estudo do Poder Judiciário da República, como interprete sem contraste do espírito constitucional e legal, e a consideração do povo brasileiro, como supremo interessado neste caso que diz respeito à sua própria soberania.

A ATITUDE DO INTEGRALISMO

Isto posto, cumpre-me dizer aos integralistas de todo o país, que democraticamente escolheram ontem e hoje o candidato que querem oferecer às preferências eleitorais da Nação, em 3 de janeiro de 1938, que a sua deliberação será acatada pela Chefia do Movimento a que pertencem. Terminadas as apurações, será proclamado o nome escolhido. Com êle iremos às urnas, sejam quais forem as consequências, as perseguições, os martírios, porque nos cumpre defender, a todo transe, a legítima democracia, contra aqueles que a separam do povo, fingindo resguarda-la contra nós integralistas, enquanto a enforcam na sombra dos palácios

Temos todo o interesse em que as eleições se realizem. Pomos todo o empenho em que a ordem seja respeitada no país. Queremos a paz necessária às lutas eleitorais. Não nos animam quaisquer intuitos ligados a quem quer que seja fóra de nossas fileiras. Respeitaremos as autoridades constituídas como queremos que elas respeitem os nossos legítimos direitos. Sustentamos os nossos direitos dentro da lei e perante a Justiça. Dêsse caminho não nos apartaremos.

O COMUNISMO E O SEPARATISMO

A Ação Integralista Brasileira bem sabe que, infl-

trados nas duas correntes oficialistas que sustentam as duas candidaturas, estão alertas habilíssimos agentes do bolchevismo, a obedecer à palavra de ordem do Comintern, e a preparar ambientes propícios a traição da Pátria. Eles tomarão parte ativa na campanha contra as camisas verdes. Como em 1930, eles se dividirão por tática, entre dois campos em luta dos oficialismos estaduais. Sabemos disso e estamos alerta.

Prevedemos, ainda, no desenrolar desta campanha, a agravação dos sentimentos regionalistas, que serão explorados pelos encarregados da propaganda eleitoral. Novos crimes se perpetrarão contra a nacionalidade. As bandeiras dos Estados se desfraldarão. A paranoia separatista se acentuará. Regionalismo do Sul e do Norte se defrontarão. A Pátria brasileira sofrerá vexames.

Tudo isto, estamos vendo, estamos sentindo. Contra tudo isto, estaremos alerta, em evangelização constante, em sacrifício permanente.

Contra a desagregação do Brasil e contra o bolchevismo escravizador, não estaremos, porém, sôzinhos. O espírito imortal da Unidade da Pátria tem sua chama votiva em cada quartel e em cada navio do Brasil. Essa chama nunca se apagou, desde o grito do Ipiranga e não se apagará mesmo nas horas em que as paixões políticas determinarem o eclipse de tôdas as luzes do entendimento nos homens de responsabilidade pública do país.

Livres de compromissos partidários de qualquer espécie, saberemos sustentar o princípio do Poder Central, sem o qual não pode existir nem democracia nem ordem, nem paz interna, nem segurança contra ameaças do capitalismo internacional, nem defesa contra as arremetidas do comunismo, nem a intangibilidade das tradições nacionais.

A NOSSA CONFIANÇA

Com estas disposições iremos ao pleito. Iremos confiados nas garantias que nos oferecem a Constituição e as leis do País. Iremos confiados na imparcialidade e no patriotismo do Sr. Presidente da República, que por certo, não terá preferência por qualquer candidato, mas saberá colocar-se acima das paixões e dos interesses, fazendo que se execute a justiça e se garantam as liberdades nos comícios eleitorais. Iremos confiados na tóga imaculada do Poder Judiciário, ao qual não faltará coragem para nos defender contra os botes dos prepotentes. Iremos — porque não o dizer ? — confiados na própria dignidade de nossos adversários, que não desejarão passar com manchas inapagáveis à memória das gerações vindouras.

MOBILISAÇÃO DO PATRIOTISMO

A Bandeira que desfraldamos é a bandeira do Brasil. Todos aquêles que desejam a grandeza da Pátria Unida virão a nós, porque não sustentamos uma candidatura nem de São Paulo, nem do Rio Grande, nem do Nordeste, nem de Minas : sustentamos uma candidatura do Brasil.

Todos aquêles que já não acreditam na sinceridade dos famosos defensores das liberdades democráticas, virão a nós, que somos a mais legítima, a mais pura expressão da democracia brasileira, como demonstram êsses comícios plebiscitários de ontem e hoje.

Todos os que quizerem um Estado Forte, capaz de impedir que os humildes sejam pisados e maltratados, virão a nós, porque um Estado Forte tem origem nas

energias da vontade popular e o Integralismo é a única corrente que consulta essa vontade popular.

Sustentamos a Bandeira do Brasil.

AS CÔRES DA NOSSA BANDEIRA

Essa Bandeira, considerada segundo a predominância das suas côres, é realmente verde, como afirmou o Sr. Presidente da República. O verde exprime, na verdade, o sentido profundo da Terra do Brasil, na sua juventude e eterna primavera. Um "analista" que se tornou proficiente em assuntos de "bandeiras", procurou corrigir a expressão sintética do Chefe da Nação, afirmando que a Bandeira do Brasil não é somente verde, porque as suas côres, na sua opinião, são duas : verde e amarela.

O destino reserva, porém, sempre ao Integralismo, a última palavra. A última palavra que os camisas verdes dirão um dia para a felicidade da Pátria. A última palavra que diremos agora a respeito da Bandeira do Brasil.

É que o crítico do discurso presidencial, querendo substituir a síntese descritiva pela análise pormenorizada, tanto se embeveceu com a cor de ouro que não deu prosseguimento à sua própria pesquisa.

O Integralismo vai agora dizer que a Bandeira do Brasil que êle desfralda não é somente *verde* e *amarela*. No centro há uma esfera, com as côres *azul* e *branca*, as mesmas côres da bandeira do único partido nacional do Brasil, e que se tornou hoje a última esperança de salvação nacional. Nessa esfera *azul* e *branca*, os positivistas em 89 colocaram uma estrêla, que pertence a constelação do Oitante e que se chama Sigma. Foi uma profecia dos positivistas.

As côres *verde* e *amarela* serão sustentadas por todo o sempre pelas côres *azul* e *branca* e pela inspiração sim-

bólica da Estrêla Polar anunciadora de uma nova civilização no hemisfério austral.

Essa civilização será creada pelos camisas verdes. Eles suscitaram já um estado de espírito nacional que se transformou em fenómeno histórico irremovível. Não haverá força que possa deter a sua marcha.

CAMINHO PARA A LUTA

Nesta hora de apreensões, os camisas verdes reafirmam a sua doutrina de espiritalismo cristão e de unidade da Pátria.

Com êsse pensamento nada temem. E aquêles que agem à revelia dessa nova consciência nacional e fingem desconhece-la, terão de recuar surpresos diante da palavra das urnas, em 3 de janeiro de 1938.

A voz dos humildes, o grito dos esquecidos, o clamor dos que foram contrariados nas suas aspirações mais justas, os anseios dos que pensam e sofrem pelo Brasil, as inquietações das famílias diante do fantasma bolchevista, as queixas dos que foram embaidos pelas hipocrisias dos governantes injustos, a aflicção dos que temem o esfacelamento da Grande Pátria, — tudo isso falará — com a maior das surpresas políticas — na apuração das eleições presidenciais.

Ou se dará isso, ou não terá havido liberdade, sepultada terá sido a democracia, vilipendiadas as leis, rasgada a Carta Constitucional, ridicularisado o Povo Brasileiro.

Então, patrícios de todo o Brasil, só Deus poderá inspirar-nos. E essa inspiração que não nos tem faltado, desde 1932 até hoje, desde quando eramos quarenta até hoje que somos um milhão, essa luz divina há de iluminar nosso caminho e, como temos marchado até hoje com

segurança, confiando n'êle, havemos de marchar sob o seu milagre.

É com êste pensamento, esta esperança, esta certeza, que nos lançamos na luta. *Alea Jacta est !* A sorte foi lançada.

Que Deus esteja cónosco !

E que Deus, do alto céu, onde o Sigma resplandece, nos comande !

E que salve o Brasil !

Doc. 2

1950 — "DEDICAÇÃO E LEALDADE"

CARTA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

Em 1950, Plínio Salgado foi procurado oficialmente pelos chefes da U.D.N., Deputados Odilon Braga, Gabriel Passos e Monteiro de Castro, o primeiro, Presidente daquele partido, e também pelo Brigadeiro Eduardo Gomes. Das conversações resultou o apóio do P.R.P. à candidatura udenista.

Em 1955, nem Plínio Salgado, nem o Directorio Nacional do P.R.P. foram procurados ou sequer consultados, em nenhuma fase dos acontecimentos políticos, que precederam o lançamento das diversas candidaturas à Presidência da República. Que direito, tem, pois, a U.D.N. de se queixar do P.R.P. ou de Plínio Salgado? Queria que, à última hora, sem mesmo ter tido solicitação oficial, Plínio Salgado e seu partido rompessem compromissos de honra já assumidos, para apoiar uma candidatura que nem era da U.D.N., mas do Partido Socialista?

Agradecendo o apoio que lhe foi dado por ocasião de sua campanha presidencial de 1950, o Sr. Brigadeiro Eduardo Gomes, em data de 29 de novembro de 1950, dirigiu ao Sr. Plínio Salgado a seguinte carta:

"Exmo. Sr. Dr. Plínio Salgado — M.D. Presidente do Partido de Representação Popular — De-

vendo reassumir as funções do meu posto militar, não desejo fazê-lo sem apresentar a V. Excia. e aos seus dignos correligionários a expressão do meu agradecimento ao partido, a que V. Excia. preside, pela dedicação e lealdade que revelou durante a propaganda de minha candidatura e no sufrágio do meu nome a 3 de outubro. Os votos, com que fui distinguido, demonstram a presença na comunidade brasileira, de forças atuantes da opinião democrática, merecedora do apreço senão do reconhecimento nacional, e cuja responsabilidade nos destinos da República será tanto maior quanto mais efetiva se tornar a sua vigilância em favor das Instituições e da moral política. — A história contemporânea nos adverte de que nem sempre os êxitos eleitorais, conforme as circunstâncias que os explicam, são a chave da felicidade e do progresso dos povos e que, muitas vezes, mais útil e mais fecunda é a constância na missão de servi-los superior e desinteressadamente, pela mesma razão que sobrepõem aos interesses utilitários satisfeitos os deveres cívicos e morais, de vital importância para o futuro das nações. Estou certo de que a nossa Democracia, restaurada com a Constituição de 1946, encontrará no seu próprio sistema e na fidelidade das consciências livres os estímulos para o seu florescimento natural, e principalmente, para sua defesa contra os riscos a que continuam expostas as liberdades individuais em nossa Pátria e no mundo. — Receba V. Excia. os protestos de particular apreço, com que me subscrevo — Adm. Am. Obr.

(a) Eduardo Gomes.

Doc. 3

PLÍNIO SALGADO E OS ACONTECIMENTOS DE 1938

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, civis e militares que estiveram envolvidos por participação direta nos acontecimentos de março e de maio de 1938, declaram não concordar de maneira alguma com as afirmações feitas pelos Srs. Almirante da Reserva Remunerada Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, através do programa da Rádio-Mayrink Veiga, do dia 9 do corrente e pelo Dr. Belmiro Valverde, na entrevista concedida ao jornal "O GLOBO", edição do dia 10 do corrente mês.

DECLARAMOS, mais, que consideramos o Sr. Plínio Salgado como dos mais dignos brasileiros, corajosos e sobretudo extremamente leal aos compromissos assumidos.

AUTORIZAMOS a publicação desta declaração.
Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1955.

(ass.) **FERNANDO COCHRANE** — Almirante de
Esquadra da Reserva Remunerada

DR. PAULO BANDEIRA — Médico
JATYR DE CARVALHO SEREJO — Contra
Almirante da Reserva Remunerada
ARNOLDO HASSELMANN FARIBAIM —

Capitão de Mar e Guerra (IM)

DALMYR DA COSTA MULLER DE CAMPOS

— Capitão de Fragata — Reserva Remunerada

RODOLPHO STIEBLER

DR. ALDERICO FELICIO DOS SANTOS

WALDEMAR BLANCO

PAULO LOPES — Coronel do Exército

GIL AFFONSECA DE ALENCAR

WALFRIDO CRISPIN

PAULO DE LEMOS BASTO

DR. MAURICIO DA SILVA TELLES

CARLOS DE FREITAS HENRIQUES — médico sanitaria do 1.º distrito sanitário

PROFESSOR DR. MURILO DE MELLO

JAYR TAVARES

LAURO BARREIRA

ENGENHEIRO EVERALDO LEITE

DR. ORDIVAL GOMES

HENRIQUE DE BRITTO PEREIRA

VICENTE MEGGIOLARO

G. O. PEREIRA FILHO — Cap. Mar e Guerra — Reserva Remunerada

PEDRO RIBEIRO DA SILVA — 1.º Ten. Reserva Remunerada

OSVALDO SOARES DE OLIVEIRA

OCTACILIO SILVA

ANTONIO CANDIDO DE OLIVEIRA

EUGENIO ALVES DA SILVA

MANOEL DOROTHEU FIGUEIROA

JOÃO DO CARMO PEREIRA DA SILVA — 2.º Tenente

AGUINALDO MOREIRA CAIS

LUCAS MARANDINO — Industrial

IGNACIO JOÃO BERRENDO — Motorista

HUMBERTO PEREIRA GONÇALVES
JOÃO LEITE BRANDÃO
ALDEMIRO MELLO
CUSTODIO FIGUEIRA TEIXEIRA

SOLIDARIEDADE A PLÍNIO SALGADO

O almirante Jatyr de Carvalho Serejo rebate as acusações do almirante Nuno Barbosa de Oliveira e Silva.

O almirante Jatyr de Carvalho Serejo proferiu diante dos microfones das Rádios Globo e Copacabana a seguinte declaração :

Prezados patricios.

Em cumprimento de um devêr imposto pela minha consciência e por delegação de amigos, colegas e companheiros, é que vos dirijo a palavra. Companheiros de ideal, de prisão, de sofrimentos, desde o pôsto de Almirante de Esquadra ao de marinheiro, operários, médicos, comerciários, bancários, advogados, pescadores, engenheiros, motoristas, enfim homens de tôdas as profissões que juntos peregrinamos pelas prisões do Estado, tiveram suas casas invadidas, depredadas, que viram desmornadas suas vidas privadas, e que, ombro a ombro, atirados como gado em um acanhado e escuro porão de prôa do velho cargueiro "Manaus", seguimos em triste e chuvosa madrugada para o degrêdo de Fernando de Noronha.

Em meu poder, para os que desejarem ver, devidamente assinada por dezenas de companheiros e ainda a receber assinaturas, encontra-se uma declaração na qual me é atribuído o poder de em seus nomes falar, interpre-

tando seus pensamentos. Entre muitos: Heitor Martins das Neves, operário, condenado a 6 anos de prisão; Enir Pimentel de Paiva Lessa, comerciário, idem; Dr. Américo de Araújo, advogado, 4 anos de prisão; Waldemar Cavalcanti, 2.º tenente da Res., 9 anos; Cap. de Mar e Guerra, Arnoldo Hasselman, 11 anos de prisão; Cap. de Mar e Guerra, Joaquim de Oliveira Pereira Filho, e Cap. de Fragata Dalmir Muller de Campos, 4 anos; Fernando Cockrane, Alm. de Esquadra, 2 anos e meses e outros, e muitos outros.

Inicialmente, desejo exprimir nossa dolorosa surpresa diante da atitude assumida pelo Sr. Contra Almirante Rs. Rm., Nuno Barbosa de Oliveira e Silva, velho companheiro de ideal, e que conosco curtiu as mesmas dôres e sofrimentos morais porque padecemos. Sua atitude foi, antes de mais nada, estranha, muito estranha! É que durante 10 anos, de 1945 a 1955, permaneceu em completo e discreto silêncio a respeito de fatos de que fomos autores e testemunhas, para agora, só agora às vésperas das eleições, justamente quando os que orientam a campanha do Sr. General Juarez Távora, em desespero de causa descambam para o terreno das injúrias, das calúnias à pessoa de Plínio Salgado, a quem até a pouco tempo elogiavam, vir a público com entrevistas e mais entrevistas pretendendo interpretar as atitudes do Sr. Plínio Salgado em nome dos idealistas de 1933, para o que lhe falta competência.

Oportuno é, desviando-se um pouco do propósito a que pretendemos atingir, declarar categoricamente o seguinte: jamais, em hipótese alguma, mesmo que não tivéssemos um candidato próprio, sufragaríamos o nome do General Juarez à Presidência da República.

Não que lhe faltem dotes pessoais e que não o consideramos como homem ilustre, próbo, culto e em condições de ocupar o elevado cargo de Presidente da República, mas por uma questão de princípios, do qual não abdicaremos

jamais: somos espiritualistas; afirmamos o primado do espírito sobre a matéria, donde a aceitação do livre-arbítrio, do que difere do socialismo, que é materialista, determinista. Como conciliar essas duas concepções de vida? O cristianismo, em cujos ensinamentos se alicerça nossa doutrina filosófica e o socialismo, que é antes de tudo, anti-religioso, tanto nas suas origens como nas suas tendências e preocupações?

Impossível a aliança do Sim e do Não! Enquanto afirmamos, eles negam! Desta forma mais fácil seria a troca de lugares entre Corcovado e o Pão de Açúcar, que nós nos unirmos, fôsse para que fôsse, aos socialistas, materialistas!

Tomando novamente o fio de nossa palestra, dizíamos faltar competência ao Almirante Nuno Barbosa de Oliveira para falar em nome dos idealistas de 1933, o que afirmou na entrevista concedida ao jornal socialista "Diário de Notícias", que sua opinião sobre Plínio Salgado "reflete o pensamento unânime ou quase unânime dos chefes integralistas que foram para a cadeia em 1938". Desafiamos que nos apresente as assinaturas dos chefes integralistas a que se refere ou mesmo de apenas 30 daqueles que, mesmo não sendo chefes, conosco estiveram presos, desde que, para nós tanto vale a assinatura de elementos humildes como de chefes.

O Snr. Alm. Nuno Barbosa tem o direito, possui a liberdade de pensar, de julgar como quiser, mesmo erradamente. Nós integralistas, já não o possuímos. É que o nosso conceito sobre "liberdade" é coisa bem diferente do que geralmente vemos por aí; para nós, liberdade é o direito que possui o homem de fazer o que deve, e não o que quer; para nós, democracia é o regime da liberdade, sim, porém unido ao conceito de responsabilidade. Nós integralistas consideramos o homem livre, Deus assim o fez, mas responsável. Sua liberdade é a expressão de sua consciência, caráter que exprime ao que faz.

Para que possa se externar, para que possua êsse direito, o homem necessita primeiramente vencer o monstro que dentro de si possui e que estrangula sua liberdade interior, pela rejeição dos vícios, das paixões, e assim não permanecer escravo dessas paixões.

Não fez assim o Almirante Nuno Barbosa.

Plenamente está demonstrada que a opinião que externou é também uma opinião isolada, não reflete absolutamente como pretendeu dar a impressão à opinião daquêles que diz "foram traídos pelo Snr. Plínio Salgado" desde que nós é que possuímos documento assinado por dezenas de companheiros que foram ou não para a cadeia. Ao contrário do Snr. Alm. Nuno Barbosa que muito cedo esqueceu-se da nossa doutrina, nós afirmamos, não ao sabor das paixões momentâneas, mas ponderadamente e realmente em nome dos que estiveram encarcerados e ainda de muitos outros, porque não ter sido prêso não constitui falta de valor e nem ausência de bom senso.

Dêsse modo, declaramos nós os seguidores de Plínio Salgado, que foram ou não presos que o consideramos como dos mais dignos brasileiros, corajoso e sobretudo leal com os compromissos assumidos, dêste modo discordando integralmente das afirmações do Snr. Alm. Nuno Barbosa publicadas no "Diário de Notícias" do dia 13 do corrente.

Nós, a maioria absoluta dos integralistas da Marinha, que fomos submetidos a processos no Tribunal de Segurança do Estado Novo, presos e condenados e mesmo absolvidos, conforme documento legal que possuo, declaramos alto e bom som, para que ressoe de angra em angra, pelos mares à fóra, pelas quebradas, pelos campos, pelas cidades, que continuamos a considerar o Snr. Plínio Salgado, um **padrão de dignidade moral.**

Não voltaremos ao assunto; às novas calúnias assacadas, o povo responderá em 3 de outubro vindouro.

Jatyr de Carvalho Serejo

Doc. 5

DEPOIMENTO DE VICENTE MEGGIOLARO

(Rádio Tupi em 13 e 14 de setembro e "O Jornal" de 18 do mesmo mês — 1955)

Presados ouvintes :

Venho hoje ao microfone desta emissora, como **SIMPLES INTEGRALISTA** que sou desde os primeiros dias, testemunhar aos brasileiros o quanto de vilania, de ódio e de calúnia, vai na alma irresponsável de um ex-companheiro nosso, hoje cabo eleitoral do General Juarez Távora, no ataque à dignidade, à bravura e ao patriotismo do homem ímpoluto que é o nosso Chefe **PLÍNIO SALGADO**.

DE ONDE VIERAM OS RECURSOS INTEGRALISTAS

Entrei para o Integralismo desde os primeiros tempos; era tido, naquela época, como homem rico : na realidade, porém, tanto eu como tantos outros brasileiros de alguns bens materiais, não compreenderíamos a vida que poderíamos levar, de conforto, de tripa-forra e de vaidade, quando viamos a nossa pátria afundando no mais desolador materialismo, ameaçada pelo comunismo, a miséria e a pobreza olhando para nós como a pedir um pedaço de pão para o nosso abandonado povo; éramos ricos, sim, po-

bres ricos do Brasil, que não encontravamos felicidade na miséria de nossos irmãos, criados como nós à imagem e semelhança de Deus!

Entrei, como tantos outros brasileiros ilustres entraram também para o Integralismo desde os primeiros tempos, sem ambição política, para DAR e não para RECEBER.

Fui companheiro de Belmiro Valverde. A Caixa deficitária do jornal "A Ofensiva", dirigida por Belmiro nas suas finanças sempre descontroladas, era suprida por nós. — Compramos a Rádio Fluminense. — Nós que sempre havíamos sido procurados para fazer donativos a tantas outras empresas, passamos a procurar donativos entre os nossos amigos, para custear os gastos, que eram superiores às nossas próprias forças.

O ESTADO NOVO E O INTEGRALISMO

Fecharam o Integralismo com a implantação do Estado Novo: movimento de ideais elevados, como jamais houvera em nossa Pátria, já nessa altura contava com um milhão de adeptos: e muitos eram afoitos e incontroláveis.

A palavra de nosso Chefe, porém, sempre foi serena e tranquila: cumpria a sua missão de esclarecer o povo; a nossa doutrina era espiritualista; um dia o povo haveria de reconhecer que havia sido ludibriado e retomariamos o apostolado de nossa doutrinação. — A semente fôra lançada: a terra era boa, Terra de Santa Cruz! Haveria de produzir frutos, mil por um, se não para nós, para os nossos filhos!

A CONSPIRAÇÃO CONSTITUCIONALISTA

Eis que, em fins de 1937, o nosso Chefe é procurado por elementos de destaque de todas as forças políticas do

Brasil de então, como, dentre outros : Octavio Mangabeira, Flores da Cunha e Julio de Mesquita, representando este o grupo Armando Salles Oliveira, e consultado se estaria de acôrdo em prestigiar um movimento revolucionário para repôr o país no seu regime Constitucional. — Esse movimento revolucionário **tinha apoio militar** — e o seu comandante em Chefe era o General Castro Junior. — Plínio concordou, porque viu nessa reposição do Brasil na legalidade Constitucional, a possibilidade de voltar a pregar a nossa doutrina.

Encarregou Belmiro Valverde de “articular os companheiros do Distrito Federal (e tão sòmente do Distrito Federal), afim de pô-los em contato e sob o comando do General em Chefe da Revolução. — **Era este o bilhete que Belmiro possuia** e que diz ter rasgado — para atribuir-se agora, a **CHEFIA DA REVOLUÇÃO**.

Conspirei com Belmiro : a minha casa, na rua Souza Lima n.º 106, foi Quartel General durante muito tempo; minha família estava em Petropolis e a casa fechada nunca havia provocado suspeitas da Polícia, tanto mais que eu não era considerado como elemento “periculoso”, comerciante pacato que era.

Conspirei com Belmiro posteriormente, na casa da Gruta da Imprensa. **Vi o tal bilhete**. Não contente, todavia, antes de aprofundar-me mais na revolução, procurei o nosso chefe : êle disse-me textualmente : “tome contato com Belmiro, mas sempre com muito cuidado, porque Belmiro é muito afoito”. — Estava, pois, a par de tudo, até às vésperas do movimento de 11 de maio.

PORQUE FRACASSAMOS

Quando fui preso, na noite de 11 para 12 de maio, perguntava ainda a mim mesmo : por que fracassamos ? Não era, porém, o momento de indagações.

Belmiro achava-se preso na Polícia Central, para onde fui levado. Era de ver-se a sua altivez e a sua preocupação em mandar que todos os companheiros presos descarregassem nêle, como CHEFE da Revolução, todo onus da derrota, atitude que o fez passar por herói perante os nossos companheiros espancados, rôtos, humilhados, e que ignoravam então, ou até hoje, ou pelo menos até 1945, até 30 de abril de 1945, quando o general Castro Junior veio a público, com a sua entrevista pelo "Diário da Noite", explicando o fracassado movimento — as verdadeiras causas do fracasso.

BELMIRO QUERIA MATAR GETULIO

Mêses depois, Belmiro fuge da prisão. Procura os seus antigos companheiros, inclusivé a mim, para articular um complôt a fim de assassinar Getúlio. Não encontrou companheiros para essa jornada.

Os Integralistas nunca foram assassinos; os Integralistas seguiam Plínio por uma doutrina espiritualista e Cristã, cujo Manifesto de outubro começava com êste preambulo: "Deus Dirige o Destino dos Povos".

Era uma doutrina de amor e de concordia, de união e de harmonia para o Bem do Brasil; não uma doutrina de ódio.

Dai vem o afastamento voluntário de Belmiro das fileiras do Integralismo.

BELMIRO E PLÍNIO

Apesar de, às vezes, conhecermos a fonte de certas verrinas que disfarçadamente assacavam contra a pessoa de nosso chefe, nunca veio o integralismo a público para atacar Belmiro, porque respeitavamos a sua descontrolada coragem pessoal e, mais do que isto, respeitavamos os companheiros que tombaram sob o seu afôito comando,

pensando que a responsabilidade que assumia da Chefia da Revolução, como dizia na prisão, representasse um "mea-culpa" sincero, pelos erros cometidos.

Agora, entretanto, é o próprio Belmiro Valverde que vem a público para desmoralizar-se com suas próprias palavras.

Com efeito, no programa da Televisão Tupi de domingo p. passado, quando perguntado por Arnaldo Nogueira o que pensava do 24 de agosto, êle respondeu com visível euforia com um sorriso aflorado em seus lábios: "Foi um bem para o Brasil". Era o que sempre desejou: a morte de Getúlio Vargas.

Plínio, ao contrário, nunca pregou uma doutrina de morte e destruição para quem quer que seja: Plínio pregava e prega uma doutrina de ressurreição nacional, uma doutrina de amor e de união sob a mística da Pátria, amor até mesmo aos comunistas — a quem pretende convencer e convence pelos argumentos sãos de sua doutrina cristã e não pela força da metralha e pelo espancamento das prisões.

Perguntado se havia mudado de ideologia política, êle, Belmiro, confessa afoitamente: — sim, graças a Deus: eu era totalitário, tipo nazista ou fascista; hoje sou Democrata convicto.

Ora, Plínio nunca foi totalitário: não sou eu quem o diz: é o próprio Superior Tribunal Eleitoral, por unanimidade, quando, julgando o pedido de cassação de registro de nosso Partido, assim se manifesta: "Não somente o PRP — Partido de Representações Popular — mas o próprio "INTEGRALISMO, por força de sua doutrina e de seus princípios — É DEMOCRÁTICO".

Belmiro estava, pois, erradamente no Integralismo; viu, sim, no Integralismo, então no apogeu, uma possibilidade de dar vazão e execução aos seus designios temperamentais e totalitários, como confessa.

O HEROISMO DE BELMIRO

Mas, o mais grave de tudo isso, foi a sua confissão de indisciplina e descontrole; perguntado porque havia fracassado o golpe de 11 de maio de 1938, Belmiro respondeu: **“porque faltou apoio militar; e, sem apoio militar, todo mundo sabe, não se pode vencer uma revolução!”**

Incrível resposta!

Todo mundo sabe, só Belmiro não sabia, que sem apoio militar não se pode vencer uma revolução!

Então ele não estava sob a Chefia das Forças Militares? Então ele não agiu em função desse comando? Então ele agiu isoladamente? Então atirou os nossos companheiros dentro de um caminhão de obras, apanhado à última hora, como confessa, sabendo de ante-mão do fracasso, para levá-los ao massacre do Palácio Guanabara? Somente com o intuito de matar Getúlio Vargas?

Sim, prezados ouvintes: aí tendes a dolorosa confissão!

Até hoje guardamos silêncio, em memória de nossos mortos, vilmente acusados de covardes, em respeito aos nossos companheiros presos e espancados, maltratados e deportados, por culpa de Belmiro que os atirou a uma lata inglória, quando pensavam que iam lutar pelos ideais elevados que lhes pregava Plínio Salgado.

Os Getulistas não nos perdoavam: eu mesmo fui vítima várias vezes. — Quando Belmiro evadiu-se, recebi cartas anônimas dos “Vigilantes”, ameaçando-me de morte, caso acontecesse algo a Getúlio. — Minha firma comercial foi dissolvida e o seu distrato foi assinado por minha esposa, quando me encontrava na prisão; minha fazenda, no quilômetro 47 da Estrada Rio-S. Paulo, onde hoje se encontra a Escola Nacional de Agronomia, foi invadida, saqueada e expropriada, porque descobriram que, ali, Belmiro experimentava as suas armas. — Fui novamente preso!

Ninguém protestava. — Ninguém atirou culpas sobre Belmiro. — Hoje é Belmiro que se acusa e confessa o grande crime contra seus companheiros e contra a Pátria, porque, é fora de dúvida que, se não tivesse precipitado afoitamente os acontecimentos, o Estado Novo não vigoraria até 1945 — e não teria havido necessidade do 24 de agosto de 1954.

PLÍNIO E GETULIO

Aí tendes, Getulistas que me ouvís, a verdade histórica dos fatos passados em 1938. — O Integralismo foi roubado pelo Estado Novo, porque Getúlio queria aplicar, à seu modo, os princípios que PLÍNIO pregava. — Getúlio foi infeliz porque não tinha base, nem plano de conjunto: e, ao passo que amparava os trabalhadores, por um lado, dando-lhes maiores salários, deixava que os trabalhadores também fossem roubados, por outro lado, pelo encarecimento desproporcionado do custo de vida.

Agora querem novamente roubar a PLÍNIO as suas idéias de governo, — e, para isto, não escolhem armas. — Tudo vale: a intriga, a miséria, a calúnia mais vil! —

AS QUEIXAS DE BELMIRO

Queixa-se o Sr. Belmiro Valverde que Plínio abandonou os seus amigos, depois do fracassado movimento, não confortando, nem socorrendo os mais necessitados. — Esqueceu o Sr. Belmiro do “Socorro verde” Integralista, que, na medida de nossos parcos e perseguidos recursos, sempre chegou para as viúvas e filhos de nossos companheiros mais necessitados; esqueceu o Snr. Belmiro que as suas dívidas particulares fôram pagas por êsse movimento, evitando a hipoteca que oneraria a sua casa, a fim de resguardar-lhe pelo menos o seu lar. —

Belmiro diz ainda outras coisas no seu contato com

o povo, na Televisão Tupy : queixa-se êle de que PLÍNIO não quis assumir a responsabilidade da fracassada revolução, chefiada por êle Belmiro. — Que Plínio foi covarde: que Plínio conspirou com o Estado Novo, colaborando com Getúlio. — Tão pueris estas acusações e tão infundadas, quando todo mundo sabe que PLÍNIO foi prêso e deportado sem recursos, para Portugal, onde viveu à custa do seu trabalho de escritor e onde escreveu A VIDA DE JESUS, precisamente porque não quis colaborar com Getúlio, rejeitando o Ministério que lhe fôra oferecido.

Queixa-se de que PLÍNIO não lhe telegrafou, ao passar por Fernando de Noronha, hipotecando-lhe solidariedade e afeto, ao contrário do que fizeram Mangabeira e Salles Oliveira. — Mas, porventura quereria o Snr. Belmiro receber de Plínio um telegrama com os seguintes dizeres :

“Belmiro : envio-te daqui as minhas calorosas felicitações e a minha solidariedade pelo massacre a que levaste os nossos heróicos companheiros, na noite de 11 de Maio, ao Palácio Guanabara” ?

Positivamente : Belmiro não conhece Plínio — e foi muito bom que o confessasse de público. — Assim foi muito melhor — O povo que julgue.

DENÚNCIA AO GENERAL JUAREZ TÁVORA

Por fim, quero dirigir-me ao ilustre e bravo General Juarez Távora.

SENHOR GENERAL !

Permiti que eu, um simples fazendeiro lá do interior das Minas Gerais, venha denunciar a V. Excia. os êrros, os graves êrros imperdoáveis para um homem de bem, que o seu Estado Maior Eleitoral está cometendo nesta campanha !

Primeiro apelaram para PLÍNIO, sem nenhuma razão, sem nenhuma base e sem nenhuma base e sem nenhuma moral, para que desistisse de sua candidatura, a fim de que o seu eleitorado pudesse sufragar o nome de V. Excia.

Verificando que este objetivo não fôra alcançado, porque PLÍNIO caminha, de cabeça erguida, para o PLEITO, certo da VITÓRIA, escolheu agora para munição de sua campanha eleitoral a pior e mais vil munição : a calúnia, a intriga, a vilania !

V. Excia., Snr. General, que é homem de BEM, homem HONRADO — e não digo isto agora hipocritamente, mas V. Excia. já tem correspondência minha em tempos anteriores a este prélio eleitoral, capaz de provar-lhe a sinceridade deste conceito — V. Excia. não pode usar desta munição em sua campanha, — munição que compromete e faz estourar pela culatra as suas armas, reduzindo-as a um MATRAQUEAR TRISTONHO na derrota, a ouvir as SALVAS com que os artilheiros da verdade e os homens de bem de todo o Brasil, saudarão a VITÓRIA DE PLÍNIO em três de outubro.

DEPOIMENTO DE JAIR TAVARES

(Entrevista na "Tribuna da Imprensa"
de 15-9-1955)

— “Em primeiro lugar devemos confessar a nossa grande tristeza com a atitude do nosso velho companheiro por quem sempre nutrimos uma grande admiração. Não podíamos esperar que, na sua idade provecta, quando os espíritos atingem o máximo da maturidade e da compreensão, quando as inteligências se libertam das impulsividades temperamentais, quando a visão se alarga para a interpretação de fatos e acontecimentos, viesse o nosso amigo revelar tanto ódio, tanto recalque; compunge-nos também verificar que caberia ao nosso velho companheiro a ingrata responsabilidade de quebrar os elevados processos de respeito mútuo, com que vinham os candidatos conduzindo as suas propagandas, para reviver o deplorável sistema das retaliações pessoais com que se procura rebaixar o adversário, numa confissão implícita de não encontrar no seu correligionário motivo de elevação.

PLÍNIO CONTRA O FASCISMO

Acentuou o Snr. Jair Tavares :

— “Como é do conhecimento público, uma vez fechado o Integralismo por não haver o Snr. Plínio Salgado,

concordado com a constituição fascista que o Snr. Getúlio Vargas queria outorgar à nação brasileira, e se negado a aceitar o Ministério com que seria comprometido com aquele golpe, a polícia do Snr. Felinto Muller desfechou contra o integralismo e os integralistas a mais tôrpe das perseguições. Os nossos núcleos onde funcionavam escolas, lactários, gabinetes médicos, curso de corte e costura e bordado, fôram vandâlicamente depredados, as casas dos integralistas invadidas, os integralistas presos, espancados, mutilados e até mortos pelas mãos dos policiais bestificados. Isso naturalmente provocou revolta, o que nos fêz preparar a revolução que deveria rebentar em março, a qual por motivos que no momento não interessa expôr, foi frustada obrigando-nos a nos refugiar para tentar nova oportunidade. Estávamos ainda refugiados quando fomos chamados pelo Dr. Belmiro Valverde que nos confirmava haver o Snr. Plínio Salgado fugido para São Paulo, de onde iria articular e dirigir um movimento de caráter nacional, devendo rebentar simultaneamente em todo país, movimento êste que já então não seria exclusivamente integralista porquanto a êle aderiram os Srs. Armando Salles de Oliveira, Flôres da Cunha, Octávio Mangabeira, coronel Euclides Figueiredo, general Castro Júnior, Guedes da Fontoura e vários civis e militares.

Ao mesmo tempo que nos comunicava ter ficado encarregado, pelo Snr. Plínio Salgado, das articulações dos integralistas da Guanabara, exibiu-nos então uma credencial que lhe fôra dada pelo Snr. Plínio Salgado. Convém destacar bem êsse ponto, pois que aí se estabelece a primeira controvérsia.

FÓLHA DE PAPEL AÉREO

— “Essa credencial não era um cartão, como afirma o Snr. Belmiro, traído por sua memória, mas sim meia

fôlha de papel de carta aérea, onde havia duas ou três linhas dactilografadas, tendo embaixo a inconfundível assinatura do Snr. Plínio Salgado. Decorridos quase vinte anos não poderia eu hoje reproduzir fielmente o que ali estava escrito; no entanto, não tenho nenhuma dúvida em afirmar que se tratava de uma ordem apenas para articular os integralistas e não para desfechar uma revolução, que é o ponto controvertido dessa história. Essa afirmação de que a ordem era tão somente para articular os integralistas da Guanabara eu não tenho a menor dúvida em fazê-lo, não só baseado na minha memória como também na lógica.

Pois, por mais ingênuo que fôsse um revolucionário, nunca iria assinar um documento autorizando a articular uma revolução e, muito menos, tratando-se de um movimento nacional, autorizar um chefe local a desfechar um movimento local, quando êsse dependeria de um dispositivo a ser armado e desfechado simultâneamente em todo o país.

TEMPO DE RECUPERAÇÃO

— “Queixa-se o Snr. Belmiro Valverde de têmos sido abandonados pelo Snr. Plínio Salgado. Não é certo. Naturalmente os movimentos revolucionários têm a sua tática própria. Um movimento frustado exige um tempo de recuperação, os elementos marcados devem aparentemente ser abandonados para que se possam utilizar elementos ainda desconhecidos, não poderia se agir de outro modo, do contrário os sucessivos estariam todos fadados ao fracasso. Pois golpe público, pregado pelos jornais e rádios, só agora se quer inaugurar no Brasil, e dêles não temos ainda experiência.

EMISSÁRIOS EM ROMA

— “E de que não houve êsse abandono, disso dou testemunho; internados na Itália, por ordem do Snr. Ge-

túlio Vargas, apesar da vigilância da polícia fascista, lá recebíamos emissários do Snr. Plínio Salgado.

O TROPEIRO JAIR TAVARES

— “Conseguindo sair da Itália, depois de rápida passagem por Portugal, rumo ao Uruguai, lá na fronteira com o Brasil, numa fazenda onde treinava como “peão”, para disfarçado como tropeiro poder atravessar a nossa fronteira e vir continuar a nossa luta no Brasil, recebíamos notícias do Snr. Plínio Salgado que embora gravemente enfêrmo, se correspondia com os seus companheiros. E essas atividades só pararam quando se deflagrou a guerra, e o Snr. Plínio determinou que, por patriotismo, deveríamos suspender tôdas as nossas atividades.

FALTA DE MEMÓRIA

— “Alegam que o Snr. Belmiro acusa o Snr. Plínio Salgado também de haver abandonado os integralistas, fugindo para São Paulo, em vista de, no primeiro desfile do partido, ser inevitável o choque com os comunistas.

Essa é mais uma lastimável falha de memória do Dr. Valverde. Quando se fizeram os primeiros desfiles integralistas no Rio e Niterói, o Dr. Belmiro ainda não era integralista. Êsses primeiros desfiles fôram realizados em 1933, o Dr. Belmiro só ingressou em abril de 1934.

CORAGEM NÃO FALTA A PLÍNIO

Ingressou no movimento em abril de 1934.

— “Por outro lado, é pueril querer negar coragem ao Snr. Plínio Salgado. Então um homem que lança um movimento como o movimento integralista, que tinha como um dos seus principais objetivos salvar o Brasil do comunismo, sabendo portanto que tinha que enfrentar os mais

sérios e árduos embates, poderia ser um homem covarde? Então um homem que começa êsse movimento desfilando com um pequeno grupo de estudantes e operários pelas ruas de São Paulo, arrostando agressões e ridículo, pode ser considerado um fiasco? Então, um homem que deveria participar de comícios e desfiles em todo o Brasil, vendo morrer ao seu lado companheiros, amigos e até parentes vítimas das balas bolchevistas contra êle dirigidas, e êsse homem continua enfrentando êsses perigos, êsse homem pode ter a sua coragem em dúvida? Agora, parodiando o sábio grego, depois fugir para onde? Haveria algum lugar no Brasil onde não existissem comunistas?

CONTRA JUAREZ

Disse, finalizando, o Snr. Jair Tavares:

— O Dr. Belmiro não levará um grande número de companheiros a apoiar o general Juarez. É lógico que não. Primeiro, como é sabido, os integralistas sempre foram doutrinariamente muito coerentes e instruídos; portanto, não poderiam, de maneira nenhuma, apoiar um candidato do partido socialista. Segundo, porque, com essas declarações, o Dr. Valverde veio trazer à luta muitos elementos que, sem êles, se limitariam apenas a votar no Snr. Plínio e que agora, por imposições de consciência irão participar intensamente da campanha. E dentre êsses estou eu.

A CARTA DE BARBOSA LIMA E O TRECHO DA DE PLÍNIO SALGADO A QUE A MESMA SE REFERE

Barbosa Lima em 17 de fevereiro de 1940 (Montevideu para Lisboa) — “Quantas vezes, à primeira vista, pensávamos, embora reconditamente, que estava errado, e, logo depois, evidenciava-se o acerto do seu pensamento. Hoje, então, que folheamos com mais vagar o livro do “passado” e que presenciamos a atuação daqueles que quiseram manobrar por nosso intermédio para realizar as suas vis ambições, e apesar dos seus conselhos e ponderações, é que, de olhos fechados, direi sempre que o Snr. tem sempre razão e que está sempre certo. Se o Snr. não tivesse ordenado que inutilisássemos uma carta que escreveu de São Paulo, a mim e ao Belmiro, aquele documento teria hoje um valor histórico inestimável, evidenciando a sua clarividência e experiência dos homens e do mundo. Foi uma verdadeira lástima que se tivesse perdido aquele documento, que ficou apenas do conhecimento meu e do Belmiro; nas suas preocupações e angustias, conhecendo melhor os homens e especialmente alguns fardados, o Snr. viu realmente tudo o que se ia dar, como se deu...”

Plínio Salgado a Barbosa Lima e Belmiro em 5 de maio de 1938 (São Paulo para o Rio) — “De forma algu-

ma se precipitem, antecedendo a ação militar dos generais sob a chefia de Castro Júnior. Seria sacrificar inútil e cruelmente os nossos companheiros, sem nenhum resultado prático e até com o risco da completa desarticulação do movimento nacional. Não se deixem levar pela cabeça de Fournier, a quem não conheço, mas sei que está com Vocês e desconhece as graves responsabilidades morais e doutrinárias do integralismo. Lembrem-se de que tropa que fica no quartel é tropa com a qual não se pode contar, porque terá de mover-se como uma máquina administrativa e hierárquica e será levada facilmente contra Vocês. O Chefe do movimento é o general Castro Júnior e só ele pode designar data e tomar iniciativas e não Vocês, como civis, que correrão o perigo de ficar sósinhos, sem apoio militar, uma vez que este nunca poderá vir sem preparação (que só os militares sabem) e nem como caudatário de uma revolta de paizanos. Não tomem, pois, nenhuma iniciativa, porque irão sacrificar vidas de companheiros e arcar com tremenda derrota. Além do mais, seria um ato de traição e deslealdade para outras correntes políticas com as quais temos compromissos e, principalmente, para com o general Castro Júnior". (Trecho baseado em cópia da carta enviada por Plínio Salgado e à qual se refere Barbosa Lima).

A MULHER NUA

(Transcrição na íntegra do livro
"Espírito da Burguesia")

Uma revista, dessas que exibem o nu artístico às donzelas casadouras e às meninas da Primeira Comunhão, publicou há dias, numa página inteira, a foto sugestiva de uma garota carnavalesca em trajes de Eva, com uma serpente de flores enroscada no alvo torço de Frineia ondulante no ritmo do samba, como Afroidite a sair da concha do Mar Egeu.

A legenda participava aos leitores que a esplendida nínfa — não sem os protestos gerais dos foliões — fora expulsa do Teatro Municipal pelo fato de erigir-se, naquele pudico e recatado ambiente de virtudes burguesas, como uma nota viva de escândalo a ferir a sensibilidade castíssima da granfinagem carioca.

Vendo-se assim repelida pelas tradicionais virtudes da raça e pelos incontestáveis sentimentos cristãos que animam os folguedos de Momo nos três dias das bacanais e saturnais em que desafogam seu tédio as famílias, a silfide resolveu sair, mas dansando. E de tal forma se portou nos movimentos coreográficos da retirada estratégica, desmanchando-se em reboleios de ritmos tão eloquentes, que um trovão de aplausos saudou-a no saguão

daquele templo de castidade em que se transformara o teatro principal do Rio, à falta de um autêntico santuário de Vesta.

*

* *

A fotografia era expressiva e convidava a meditar sobre as possíveis intenções da heroína desnuda.

De mim, confesso que o nudismo de tão ousada baia-deira não me pareceu imoral: antes, pelo contrário, interpretei-o como verdadeira pregação apostólica em prol da moralisação dos nossos costumes.

Que fez a jovem carioca, naquela noite de tão esplêndido triunfo para a sua beleza corporea, sinão deduzir, da premissa burguesa do nosso cristianismo paganizado, a consequência lógica diariamente encoberta nas malhas dos sofismas com que se absolve de culpas o nosso mundo de hoje?

Muitos modos há de apostolisar consoante a inspiração do pregador e a psicologia do gentio cuja catequese se pretende. Uns se valem da palavra e outros dos atos e atitudes. E tanto os sermões verbais como os que se ministram à força de exemplificações variam na forma, estilo, timbre e mais originalidade que o gênio cria como instrumento de persuasão.

Contra os desmandos orgíacos de Roma, utiliza-se Catão da sua austeridade, e ainda que autores desconfiados vislumbrem nas admoestações do censor algumas frestas a entremostar mal dissimulada hipocrisia, o terrível repúblico ficou a simbolisar, quando não a sinceridade de propósitos, pelo menos um método no aplicar corretivos.

O risco a que se expõem êsse pedagogos, demasiadamente severos e amigos da ordem direta nas suas proposições morais, é a de serem taxados de refinados mis-

tificadores. E não somente na pena dos críticos antigos, mas sobretudo na dos modernos, que jogam hoje com os dados da psicanálise para transformar em despeito de incapazes e fracassados as advertências dos moralistas.

Para os tais psicanalistas, se um homem aconselha a outro que não roube, é porque no íntimo sente inveja do ladrão que é um indivíduo capaz de praticar o delito que o conselheiro não se sente com coragem de efetivar; se outro (ou outra, como no "Eletra" de O'Neil, que é uma das mais edificantes bandalheiras do teatro moderno) sente repugnância pela atração incestuosa de alguém, é porque no fundo sofre o mesmo magnetismo pela sujeira; enfim, qualquer sujeito, que pugne pela moralidade dos costumes, vai para o catálogo do freudianos como tipo a disfarçar a inveja de quantos destapam as comportas dos instintos.

Fica, assim, destruída toda a moralidade privada ou pública e os Batistas que pretendem corrigir as Herodíades e Salomé passam por indivíduos recalcados a pretender que outros se recalquem. Não faltará aos moralistas, já não dizemos a cicuta de Sócrates, a fogueira de Savonarola, a Cruz de Cristo, mas as críticas mordazes e os motejos ridicularizantes, em nome da ciência e do progresso.



Ora, assim pensando (ou não pensando coisa alguma como é mais provável em pedagogia puramente intuitiva) a garota do Municipal teria resolvido mostrar em todo o esplendor da sua carne jovem, o verdadeiro motivo que reunia, naquele templo de pudicícia carnavalesca, os pais, os rapazes e as moças de família.

Inverteu ela, assim, os papéis. Em vez de ser apontada como hipócrita, desmascarou a hipocrisia da socie-

dade católica-pagã de donzeis e donzelas das missas de domingo e das praias pompeianas da talassoterapia e da heliopigmentação em que se espojam Ganimedes e Safos desabafando complexos e afinando o instrumental endocrinico nos extremos opostos dos recalques ultraistas de pasmosos assexualismos com que o charlatanismo científico pretende contrabandear o conceito realista da filosofia verdadeiramente cristã.

Em vez de, (caso ali comparecesse a pregar um sermão de refundir Tiberios e Messalinas em forjas candidas) em vez de arriscar-se a ouvir de algum folião ou foliona o epíteto de hipocrita, foi ela, a naiade pagã, quem atirou à face da plutocracia e da burocracia, que comandam a saturnal dos nossos dias, o mais veemente dos discursos que jamais boca de frade ousou jorrar de púlpitos ainda os mais atrevidos no escarpelar ulcerações ou esvurmá-las a ferro em brasa.

Nua, inteiramente nua, como Frineia diante dos juizes de Atenas, a nossa patricia dansando o samba e rebolando as curvas afrodisiacas, exclamava em linguagem coreográfica :

— Acaso é a castidade que vos reúne aqui ? Porventura estas músicas lascivas vos sugerem ó velhos de Babilônia, idéias e pensamentos arcangélicos e visões puríssimas do Empireo ? E vós, Adonis e Narcisos, vestidos de roupas femininas, alimentais fantasias menos lubricas do que as de Hellogabalo ou de Calígula quando cingiam roupagens de Venus ou de ninfas de tal maneira alucinados pelo fascínio das formas opostas ao seu sexo, que procuravam identificar-se cerebralmente com elas ? E vós, Faunos e Satiros espiritualmente caprides, farejando os perfumes mesclados ao odor dos suores femi-

neos, pretendeis renovar a façanha de Santo Antão no deserto, a resistir varonilmente às tentações envolventes? E vós, Virgens que ledes os romances analistas e as poesias eróticas da nossa época e assistis aos filmes de longos beijos que galvanizam as platéias escuras e povoadas de tactos subtilíssimos, estais aqui por acaso para rezar ave-marias ao ritmo das músicas barbaras? E vós, matronas que vos confundis com vossas netas e filhas na indumentária e nas atitudes, comparecesteis a êste logar nada litúrgico para, pelo menos, vos engolfardes no romantismo daquelas velhas valsas que falavam em doçuras de líricos amores e devaneios castíssimos de heroínas de novelas atingidas? E ainda todos vós, que mergulhais na onda tépida e aliciante dos pares em torvelinho sob o colorido das serpentinas e os vapores da champanha, estais acaso insensibilizados pelo bacilo de Hansen que vos eteriza a epiderme, ao ponto de não sentirdes o contacto morno dos pares conchegados? Êste baile é então um festim de eunucos ou algum místico entoar de matinas e laudes ao bruxoleio das lâmpadas sob vitrais em que o crepusculo transcendentaliza a doçura claustral?

Tudo em vós, ou explícita ou implicitamente, são pensamentos volutuosos, em cuja corrente boiam as formas corporeas esplendidas e vivas com maciezas ondulantes e curvas harmoniosas de Astarteias ou masculinidade ostensivas ou equívocas de Narcisos ou Ganimedes. Ora, se êsses são os pensamentos ocultos em vossas cabeças, porque os não quereis ser objetivamente?

Ouso dizer-vos, senhores, senhoras, rapazes e mocinhas, o que nem por sombras podereis supor. É o seguinte: esta nudez completa, sem disfarces, é mais casta e mais pura do que as vossas roupas e as vossas atitudes.

A nudez, em si mesma, não é imoral. Se o fosse, não estariam nos altares a imagem de São Sebastião, as dos anjinhos barrocos e encimar frontarias de nichos e relevos de colunas e de púlpitos, e a do próprio Cristo pre-

gado na sua Cruz. A atitude de dôr do capitão Romano varado pelas flexas, a de inocência dos anjos, a de misericórdia do Redentor de braços abertos, como que animam a nudez de uma eurtmia sagrada, de uma expressão divina.

O Apolo do Belvedere, a Venus de Milo, o Adão da Capela Sixtina, estão nus e há nêles a castidade das expressões naturais.

O que torna imoral o nu são as intensões que nêles se refletem, os pensamentos secretos que o animam. No meu caso (diz a dansarina expulsa pela assembléia do Municipal) o que vos escandaliza não é o nu do meu corpo, mas sim a lascivia que ponho nos ritmos com que interpreto tudo quanto se passa nas vossas almas. Sois como os velhos de Babilônia, que denunciaram Suzana porque a viram nua no tanque por entre as frestas das árvores. Não era contra a nudez da formosa israelita que êles se revoltavam, mas contra a lascivia que requeimava o sangue decrepito e que dava intelectualmente ao corpo da banhista a próxima expressão subjetiva de suas imaginações doentias.

Notai que Suzana banhava-se às ocultas, recatadamente. E vós? Não ides à praia publicamente? O simples fato de vos exhibirdes não transfigura o vosso nudismo em ostentação das vossas formas, e se nessa ostentação sentis algum prazer, que nome dareis a êsse prazer? Eu o chamarei a delícia de mostrar-se e a essa delícia chamarei deleite luxurioso. Etmologicamente, luxuria quer dizer exuberância, ostentação, transbordamento, expansão. Ora, quem se mostra, exubera, ostenta, transborda, expande-se e nisso há secreto gozo.

Além do mais não há apenas o deleite subjetivo de quem exhibe e o faz com artes de provocar; há o gosto dos que veem e sôbre as fantasias objetivas engendram outras tantas pelo poder da imaginação.

Olhar é uma forma de apoderar-se. Tanto assim é

que se pagam entradas nos cinemas, onde as fitas são alugadas aos olhos; e, em certas galerias de arte, onde os quadros e as estatuetas são alugadas à vista.

Olhos nada levam, dizem os espíritos superficiais. Eu vos asseguro que os olhos levam muito. Levam a imagem estampada no cérebro e se isso não for uma forma de posse, não sei o que seja possuir.

Mas o nu não está somente no alienar a roupa. Uma pessoa pode estar vestida e estar moralmente nua, do mesmo modo como uma pessoa pode estar nua, como as Virgens cristãs levadas ao suplicio, e estarem moralmente vestidas.

Tenho a coragem de vos dizer a todos que vos fantasias de colombinas, arlequins, ciganas, baianas, havaianas, que estais tão nuas como a minha nudez, isto é, como a lascívia que a minha nudez põe na cadência de minha dança.

Nem mesmo a vossa dança é diferente da minha. Também, como eu, não tolerais hoje a delicadeza das valsas e das mazurcas. Os vossos médicos dirão que aquelas dansas não passavam de sublimação do instinto sexual e em nosso tempo já possuis as válvulas de extravasamento daquilo que nossos avós chamavam semvergonhice e os esculapios denominam complexos: são as dansas da regressão atávica, operando no campo da medicina moderna o mesmo que os juristas praticam refundindo as normas do direito internacional e revogando princípios jurídicos e éticos para retrogradar a humanidade até à pedra lascada. Essas dansas nada teem de comum com os ritmos harmoniosos da Grecia Antiga, nem com o ritmo coreográfico e quasi litúrgico do velho Oriente; nem se parece com os inocentes folguedos populares dos países cristãos; nem se aproximam da poesia e da graça do romantismo que iluminou de sonhos e de suaves emoções o século XIX. Não; são dansas inspiradas nos selvagens da Africa e oriundas do cruzamento psico-

lógico de brancos e pretos da America do Norte. Essas dansas não procuram o sentido da harmonia e da musicalidade delicada e espiritual; elas são diretamente sexuais e desbragadamente lascivias.

Qual a diferença entre as vossas havaianas de umbigo de fóra e as vossas baianas mirandescas e esta nudez luxuriante com que me apresento? Qual a diferença entre o ritmo de vossas músicas e o ritmo do meu corpo nu? Qual a diferença entre os pensamentos dos vossos cérebros excitados pela champanha, pelo eter, pelo odor de mulheres e homens e a realidade que exponho aos vossos olhos?



E a dansarina desnuda, no ritmo da dansa parece concluir:

— Puritanos! Fariseus! Ide, primeiro, compor as vossas almas e depois julgai-me! Ou então, expulsai-vos a vós d'aqui. Porque não será expulsando-me que modificareis um milimetro o vosso degradante mundo, os vossos costumes hypocritas, elevando, como seria de desejar-se numa sociedade cristã, a moralidade do povo brasileiro.

FALA O PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

"Pode-se discordar, por motivos ideológicos ou políticos, da candidatura do Snr. Plínio Salgado no pleito de 3 de outubro.

Agem, porém, de má fé, os que têm atacado a vida particular do ilustre brasileiro; procedem indignamente os que o apresentam como "falso católico" e com perversidade os que, citando apenas trechos isolados de um seu artigo, tentam incompatibilizá-lo com a opinião pública.

Se há um ponto em que Plínio Salgado é inatacável é precisamente este: sua vida moral, fundamentada numa piedade sólida, esclarecida e discreta, em tudo coerente com a sua maravilhosa "Vida de Jesus", que o saudoso Padre Leonel Franca, com incontestável autoridade, aplaudiu como "a jóia de uma literatura, verdadeiro monumento erguido à glória de Cristo".

Que o fanatismo partidário não nos leve ao pecado da mentira, da maledicência, da calúnia.

Discorde do político quem quiser; mas não se atire lama sobre o "homem de bem", como ainda há poucas semanas classificava Plínio Salgado, nas colunas do "Diário de Notícias", o eminente Alceu Amoroso Lima.

Divirja do sociólogo quem se julgar mais certo; respeite-se, porém esse cristão exemplar, nosso irmão na fé, na esperança e na caridade".

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1955.

(a) Euripedes Cardoso de Menezes
Presidente da Confederação Católica do
Rio de Janeiro

QUEM É PLÍNIO SALGADO

(Transcrito da imprensa paulista)

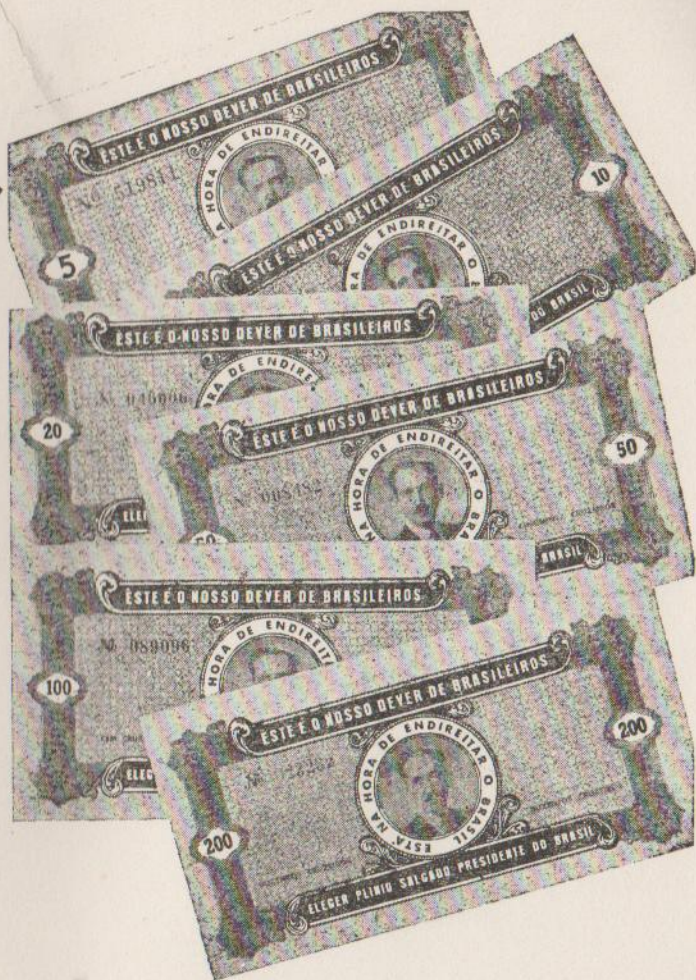
O grupo cripto-comunista, que dirige a propaganda de Juarez Távora, publicou no jornal esquerdista "Diário de Notícias" que reproduziu em páginas inteiras, pagando rios de dinheiro, nos jornais de todo o país, uma série de calúnias contra Plínio Salgado, procurando apresentar êsse homem, por todos considerado irrepreensível exemplo de virtudes privadas, como um tipo imoral. Mais ainda : revoltados pela aceitação do nome de Plínio Salgado em todo o Brasil, fizeram distribuir suas torpes calúnias nos meios religiosos da nossa terra.

Como resposta, damos abaixo as palavras de D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Evora (Portugal), pronunciadas em memorável Congresso da Ação Católica Portuguesa, com a presença do Snr. Cardeal Cerejeira, publicadas depois no órgão católico "Novidades" e transcritas pelos editores no prefácio do livro de Plínio intitulado "Primeiro Cristo !". Assim se exprime o grande prelado lusitano !

"Plínio Salgado vive como pensa. As suas obras, as suas atitudes, as suas conversas, mesmo as mais simples, são luminosamente cristãs, porque a sua

alma é estruturalmente cristã. Poderá mesmo dizer-se que de tôdas as obras do egregio Autor, a mais pura, e a mais perfeita é a sua alma gentíllissima, que o Senhor prodigiosamente enriqueceu e que êle, em colaboração com Deus, tem modelado com trabalhos e sacrifícios ardentes e constantes”.

Entre essas palavras de um Prelado considerado em Portugal como um sábio e um santo, o qual não se pronunciou movido por interesses, mas unicamente por impositivos espirituais, e a palavra dos conhecidos profissionais da calúnia, infiltrados como quinta coluna russa na candidatura Juarez, o povo brasileiro que julgue.



A gravura acima reproduz as cédulas-propaganda utilizadas na campanha financeira em prol da candidatura de Plínio Salgado

ÍNDICE

INDICE

Taboas das matérias

1.^a PARTE

De onde vim, porque vim e como agi

	Pág.
I — Origem da candidatura de Plínio Salgado	7
II — Mensagem ao Povo Brasileiro	23
III — Coerência histórica da Mensagem de 1955	51
IV — Declaração de bens	57
V — Despesas com a propaganda	65
VI — Incompatibilidade doutrinária com o Socialismo	79
VII — O caso da vice-presidência	89

2.^a PARTE

Os batraquios

VIII — A campanha de calúnias e injúrias	95
IX — Com a palavra Summer Wells	101
X — Os acontecimentos de 1938	105
XI — A mulher núa	119
XII — Farras em Paris	129
XIII — A tómbola da Cruz Vermelha	141

3.^a PARTE

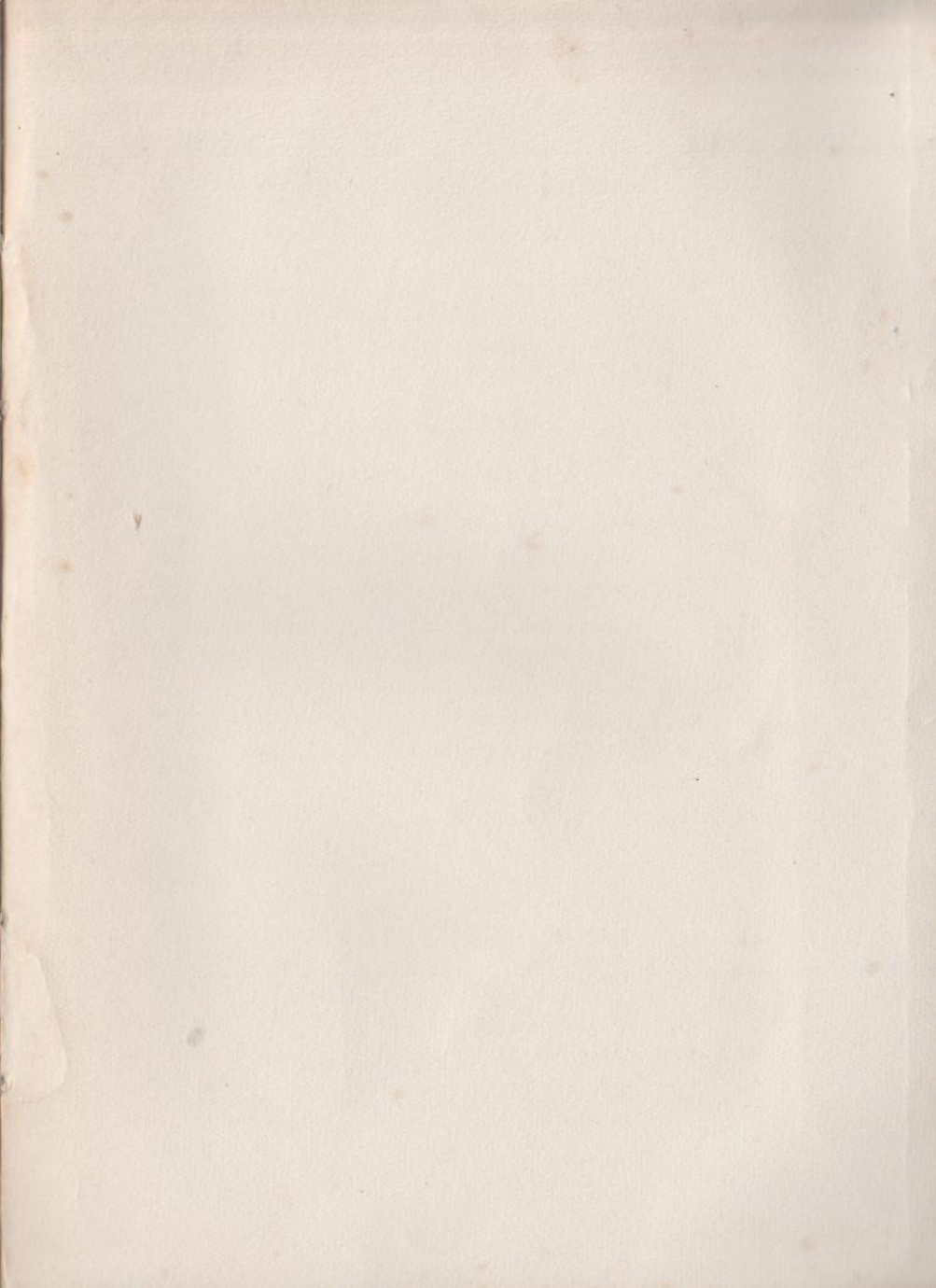
No caminho da honra e do dever

XIV — O Manifesto de 5 de outubro de 1955	149
XV — Por amor ao Brasil	155
XVI — O perigo comunista	163
XVII — Coerência do Integralismo	185
XVIII — Aviso aos filiados do P.R.P.	195
XIX — Agradecimentos	201

4.^a PARTE

DOCUMENTÁRIO

Doc. 1 — Discurso de Plínio Salgado em 29 de maio de 1937	209
Doc. 2 — Carta do Brigadeiro Eduardo Gomes ..	225
Doc. 3 — Plínio Salgado e os acontecimentos de 1938 (declaração coletiva)	227
Doc. 4 — Solidariedade a Plínio Salgado (Carta do Almirante Serejo)	231
Doc. 5 — Depoimento de Vicente Meggiolaro	235
Doc. 6 — Depoimento de Jair Tavares	245
Doc. 7 — A carta de Barbosa Lima e o trecho da de Plínio Salgado a que a mesma se refere	251
Doc. 8 — A mulher nua (transcrição na íntegra daquele capítulo do livro "Espírito da Burguesia")	253
Doc. 9 — Fala o Presidente da Confederação do Rio de Janeiro	262
Doc. 10 — Quem é Plínio Salgado	263
Doc. 11 — Fac-simile dos bonus da campanha financeira	265



LIVROS EDITADOS OU DISTRIBUIDOS PELA

LIVRARIA CLASSICA BRASILEIRA S/A

De Plinio Salgado :

O Estrangeiro — 5. ^a edição	40,00
O Esperado — 4. ^a edição	45,00
O Cavaleiro de Itararé — 3. ^a edição	50,00
A Voz do Oeste — 3. ^a edição	30,00
Madrugada do Espírito	30,00
A Mulher do Século XX — 4. ^a edição	50,00
O Integralismo perante a Nação — 3. ^a edição	120,00
Psicologia da Revolução — 4. ^a edição	60,00
Direitos e Deveres do Homem — 2. ^a edição	60,00
Conceito Cristão da Democracia	45,00
Mensagem às Pedras do Deserto — 2. ^a edição	60,00
O Ritmo da História — 2. ^a edição	80,00
Nosso Brasil	50,00
A Aliança do Sim e do Não	20,00
A Imagem daquela Noite	45,00
São Judas Tadeu e São Simão Cananita	45,00
A Tua Cruz, Senhor! — 2. ^a edição	70,00
Vida de Jesus (a sair)	

De Alcibiades Delamare :

A Samaritana	50,00
Marta de Betânia	40,00
Maria de Magdala	40,00
Amores da Velha Guarda	40,00
Vila Rica	60,00
Na Voz da História	50,00

De Autores Diversos

Deus nos Subterrâneos da Rússia — de Pe. Georges	60,00
A Cortina de Ferro — de Igor Gouzenko	60,00
Os Mistérios da China Vermelha — de Pe. Marck Tennien	60,00
De Lenine à Malenkov — de H. Seton-Watson	100,00
Poesias Completas de Rodrigues de Abreu	100,00
História das Ruas do Rio de Janeiro — de Brasil Gerson	120,00
A Maçonaria e os Jesuítas — do Bispo Dom Vital	10,00

Catálogos e pedidos à :

LIVRARIA CLASSICA BRASILEIRA S/A

Rua 1.^o de Março, 147 — 2.^o andar

RIO DE JANEIRO